

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

Programa de Pós-graduação em Administração Mestrado

Nivea Rocha Fernandes

**O EPISTEMICÍDIO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANAS E AFRO-
BRASILEIRAS:**

Uma Análise Sobre a Negação da Negritude no Ambiente Escolar

Belo Horizonte
2024

Nivea Rocha Fernandes

**O EPISTEMICÍDIO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANAS E AFRO-
BRASILEIRAS:**

Uma análise sobre a negação da negritude no ambiente escolar

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Pereira

Área de concentração: Relações de trabalho e dinâmica das organizações

Linha de pesquisa: Organização e Estratégia

Belo Horizonte
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário
Bruno Tamiet de Almeida CRB6 3082

| | |
|-------|---|
| F363e | <p>Fernandes, Nivea Rocha.</p> <p>O epistemicídio da história e cultura africanas e afro-brasileiras: uma análise sobre a negação da negritude no ambiente escolar. Belo Horizonte: Centro Universitário Unihorizontes, 2024. 141 p.</p> <p>Orientador: Dr. Jefferson Rodrigues Pereira</p> <p>Dissertação (mestrado). Centro Universitário Unihorizontes. Programa de Pós-graduação em Administração.</p> <p>1. Epistemicídio - Poder simbólico - Negritude - Educação I. Nivea Rocha Fernandes II. Centro Universitário Unihorizontes – Programa de Pós-graduação em Administração. III. Título.</p> <p>CDD: 658.61</p> |
|-------|---|

Instituto Novos Horizontes de Ensino Superior e Pesquisa Ltda.
Centro Universitário Unihorizontes
Mestrado Acadêmico em Administração

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Acadêmico em Administração do(a) Senhor(a) **NÍVEA ROCHA FERNANDES** REGISTRO Nº. **785** No dia **11/10/2024** às **13:00** horas, reuniu-se no Centro Universitário Unihorizontes, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, para julgar o trabalho final intitulado "**O EPISTEMICÍDIO DA HISTÓRIA E CULTURAS AFRICANAS: A NEGAÇÃO DA NEGRITUDE NO AMBIENTE ESCOLAR**". Abrindo a sessão, o(a) Senhor(a) Presidente da Comissão, **Jefferson Rodrigues Pereira**, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares da apresentação do Trabalho Final, passou a palavra ao(à) candidato(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após a Comissão se reuniu sem a presença do(a) candidato(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final: **APROVADA**.

O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Senhor(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou o(a) presente ATA, que foi assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Documento assinado digitalmente
 **JEFFERSON RODRIGUES PEREIRA**
Data: 10/11/2024 17:11:20-0300
Verifique em <https://validar.ji.gov.br>

11/10/2024

Prof. Dr. **Jefferson Rodrigues Pereira**
Centro Universitário Unihorizontes

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIA APARECIDA QUINTAO**
Data: 10/11/2024 16:58:34-0300
Verifique em <https://validar.ji.gov.br>

PROF. DR. **ANTONIA QUINTAO**
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Documento assinado digitalmente
 **MICHELLE REGINA SANTANA DUTRA**
Data: 10/11/2024 19:27:00-0300
Verifique em <https://validar.ji.gov.br>

PROF. DR. **MICHELLE DUTRA**
Centro Universitário Unihorizontes

DECLARAÇÃO DA REVISÃO DE PORTUGUÊS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Declaro ter procedido à revisão da dissertação de mestrado intitulada

O EPISTEMICÍDIO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS:

Uma análise sobre a negação da negritude no ambiente escolar

apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico Centro Universitário Unihorizontes, como requisito parcial para obtenção do título de

MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO

de autoria de

NIVEA ROCHA FERNANDES

Contendo 144 páginas

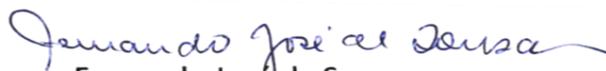
Sob a orientação de

PROF. DR. JEFFERSON RODRIGUES PEREIRA

ITENS DA REVISÃO:

- Correção gramatical
- Inteligibilidade de texto
- Adequação do vocabulário

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2024


Fernando José de Sousa
REVISOR

Registro: 20710, Livro LR-36 – Decreto nº 5786/2006, Processo 2758814/2014
Licenciado em LETRAS
Centro Universitário de Belo Horizonte
UNI-BH

REVISADO

AGRADECIMENTOS

A Deus e às divindades que me protegeram, guardaram e fortaleceram nesta árdua jornada, por me darem sabedoria, força e estratégia para enfrentar o racismo institucional. Para uma mulher negra, periférica e mãe solo as dificuldades são maiores. Assédio e racismo fazem parte de seu cotidiano.

Ao meu querido e sempre disposto orientador, Prof.Dr^o Jefferson Rodrigues Pereira, por direcionar meus passos e fortalecer a nossa comunidade realizando estudos e construindo narrativas sobre nós. À professora Dr^a Antônia Aparecida Quintão, que foi tão afetuosa e cuidadosa durante minha qualificação e que me trouxe reflexões e apontamentos preciosos sobre o trabalho. À professora Dr^a Michelle Regina Santana Dutra, por sempre trazer em suas aulas palavras de apoio e perseverança para enfrentar os desafios do Mestrado.

Aos meus pais, por sempre me ensinarem a importância dos estudos e a importância de ser estudiosa. Ao meu irmão, pela amizade e companheirismo. A meu filho, Gabriel, pela compreensão, paciência, parceria e ajuda nas muitas dificuldades com o manejo das tecnologias. Ao meu companheiro de vida, Cláudio, que sempre esteve de mãos dadas comigo durante a jornada. Aos meus familiares e amigos a compreensão pelas inúmeras ausências, presencialmente e virtualmente.

Aos personagens participantes destes trabalhos que me permitiram observar suas subjetividades em seus locais mais íntimos, sem reservas, realmente abertos, entregues, dispostos a contribuir com estudos para revelar nossa comunidade.

Sempre acreditei e experienciei o poder transformador da educação. A educação sempre transformou minha vida para melhor, me transformando em uma pessoa melhor, mais crítica, elevando todo tipo de percepções e reflexões. Chego ao final desta jornada transformada, forte, resistente, atenta e vigilante. Para nós mulheres negras, nenhum lugar é seguro e os tentáculos do racismo estrutural e institucional vão tentar nos tombar a qualquer custo em qualquer lugar que possamos ocupar fora do que foi cuidadosamente planejado para nós.

Agradeço novamente a Deus, aos encantados por me oportunizarem participar desta jornada enriquecedora que é o Mestrado.

E finalmente à ancestralidade. Nossos passos vêm de longe! Conquistar este título é uma vitória que não é somente minha, mas de toda comunidade negra.

RESUMO

Objetivo: Analisar como o epistemicídio da história e culturas africanas e afro-brasileiras influenciam a negação da negritude e nas violências simbólicas em uma escola pública periférica de Belo Horizonte.

Teorias: O termo epistemicídio se refere à supressão, apagamento ou destruição sistemática do conhecimento, da cultura e da história de um grupo étnico, cultural ou social. Foi utilizado como teoria seminal O poder Simbólico de Bourdieu. Desse modo, esta pesquisa analisou como o poder simbólico domina e subjuga corpos e mentes de pessoas pretas. A teoria do *habitus* de Bourdieu assegura que os processos de socialização estruturam os pensamentos, ações e comportamentos, o que acontece inconscientemente.

Método: Trata-se de uma pesquisa social, descritiva com abordagem qualitativa. Os sujeitos de pesquisa são 22 estudantes pretos, maiores, matriculados e frequentes em uma escola pública Estadual de um bairro da periferia de Belo Horizonte. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados através da técnica Análise de Narrativa.

Resultados: O epistemicídio da história e cultura africanas e afro-brasileiras deixa sequelas profundas nas subjetividades e nas percepções identitárias nos estudantes. O poder simbólico age nas estruturas, portanto, todo o sistema educacional é pautado em uma lógica hegemônica excludente que emite mensagens, de maneira constante, do que é valorizado e o que é estigmatizado socialmente.

Contribuições teórico-metodológicas: Enquanto temática de estudos, a diversidade ainda é um tema emergente em Administração. Entre 2001 e 2019 houve crescimento das publicações em diversidade no campo organizacional. Neste período, 142 artigos foram publicados com o tema diversidade. A produção científica brasileira com o tema diversidade em Administração no mesmo período, totalizando 18 anos, demonstra uma aresta teórica para a temática étnica/racial. Em todo o período mencionado, apenas 5,6% dos estudos em diversidade se debruçaram sobre questões raciais.

Contribuições pragmáticas e organizacionais: A produção científica brasileira com o tema diversidade em Administração no período de 2001 a 20019, totalizando 18 anos, demonstra uma aresta teórica para a temática étnica/racial. Em todo o período mencionado, apenas 5,6% dos estudos em diversidade se debruçaram sobre questões raciais. A presente pesquisa objetiva contribuir para os estudos em Administração com foco em Estratégia e Organização analisando as relações de poder contemporâneas no âmbito escolar.

Contribuições sociais: A contribuição social desta pesquisa é demonstrar que o Brasil possui um grande problema que é o apagamento sistemático da história e culturas africanas e afro-brasileiras, que tem como consequência a negação da negritude. Portanto, o poder público não possui os dados corretos sobre a população negra, já que os mesmos negam que o são.

Palavras chave: Epistemicídio. Poder simbólico. Negritude. Educação.

ABSTRACT

Objective: To analyze how the epistemicide of African and Afro-Brazilian history and cultures influence the denial of blackness and symbolic violence in a peripheral public school in Belo Horizonte.

Theories: The term epistemicide refers to the systematic suppression, erasure or destruction of the knowledge, culture and history of an ethnic, cultural or social group. Bourdieu's Symbolic Power was used as a seminal theory. Thus, this research analyzed how symbolic power dominates and subjugates the bodies and minds of black people. Bourdieu's theory of habitus ensures that socialization processes structure thoughts, actions and behaviors, which happens unconsciously.

Method: This is a social, descriptive research with a qualitative approach. The research subjects are 22 older black students, enrolled and attending a state public school in a neighborhood on the outskirts of Belo Horizonte. Data collection occurred through semi-structured interviews. The data was analyzed using the Narrative Analysis technique.

Results: The epistemicide of African and Afro-Brazilian history and culture leaves profound consequences on students' subjectivities and identity perceptions. Symbolic power acts in structures, therefore, the entire educational system is based on an exclusionary hegemonic logic that constantly sends messages about what is valued and what is socially stigmatized.

Theoretical-methodological contributions: As a study topic, diversity is still an emerging theme in Administration. Between 2001 and 2019 there was an increase in publications on diversity in the organizational field. During this period, 142 articles were published on the topic of diversity. Brazilian scientific production on the topic of diversity in Administration in the same period, totaling 18 years, demonstrates a theoretical edge to the ethnic/racial theme. In the entire period mentioned, only 5.6% of diversity studies focused on racial issues.

Pragmatic and organizational contributions: Brazilian scientific production on the topic of diversity in Administration in the period from 2001 to 20019, totaling 18 years, demonstrates a theoretical edge to the ethnic/racial theme. In the entire period mentioned, only 5.6% of diversity studies focused on racial issues. This research aims to contribute to studies in Administration with a focus on Strategy and Organization by analyzing contemporary power relations in the school environment.

Social contributions: The social contribution of this research is to demonstrate that Brazil has a major problem, which is the systematic erasure of African and Afro-Brazilian history and cultures, which results in the denial of blackness. Therefore, the public authorities do not have the correct data on the black population, as they deny that they are black.

Keywords: Epistemicide. Symbolic power. Blackness. Education.

RESUMEN

Objetivo: Analizar cómo el epistemicidio de la historia y las culturas africanas y afrobrasileñas influyen en la negación de la negritud y la violencia simbólica en una escuela pública periférica de Belo Horizonte.

Teorías: El término epistemicidio se refiere a la supresión, borrado o destrucción sistemática del conocimiento, la cultura y la historia de un grupo étnico, cultural o social. El poder simbólico de Bourdieu se utilizó como teoría fundamental. Así, esta investigación analizó cómo el poder simbólico domina y subyuga los cuerpos y las mentes de las personas negras. La teoría del habitus de Bourdieu asegura que los procesos de socialización estructuran pensamientos, acciones y comportamientos, lo cual ocurre de manera inconsciente.

Método: Se trata de una investigación social, descriptiva y con enfoque cualitativo. Los sujetos de la investigación son 22 estudiantes negros mayores, matriculados y que asisten a una escuela pública estatal en un barrio de las afueras de Belo Horizonte. La recolección de datos se produjo a través de entrevistas semiestructuradas. Los datos fueron analizados mediante la técnica de Análisis Narrativo.

Resultados: El epistemicidio de la historia y la cultura africana y afrobrasileña deja profundas consecuencias en las subjetividades y percepciones identitarias de los estudiantes. El poder simbólico actúa en las estructuras, por tanto, todo el sistema educativo se basa en una lógica hegemónica excluyente que envía mensajes constantemente sobre lo valorado y lo estigmatizado socialmente.

Aportes teórico-metodológicos: Como tema de estudio, la diversidad aún es un tema emergente en la Administración. Entre 2001 y 2019 hubo un aumento de publicaciones sobre diversidad en el ámbito organizacional. Durante este período se publicaron 142 artículos sobre el tema de la diversidad. La producción científica brasileña sobre el tema de la diversidad en la Administración en el mismo período, que suma 18 años, demuestra una arista teórica al tema étnico/racial. En todo el período mencionado, sólo el 5,6% de los estudios de diversidad se centraron en cuestiones raciales.

Contribuciones pragmáticas y organizativas: la producción científica brasileña sobre el tema de la diversidad en la Administración en el período de 2001 a 2019, que suma 18 años, demuestra una arista teórica para la temática étnico-racial. En todo el período mencionado, sólo el 5,6% de los estudios de diversidad se centraron en cuestiones raciales. Esta investigación pretende contribuir a los estudios en Administración con enfoque en Estrategia y Organización mediante el análisis de las relaciones de poder contemporáneas en el ámbito escolar.

Contribuciones sociales: La contribución social de esta investigación es demostrar que Brasil tiene un problema importante, que es el borrado sistemático de la historia y las culturas africanas y afrobrasileñas, lo que resulta en la negación de la negritud. Por tanto, las autoridades públicas no disponen de datos correctos sobre la población negra, ya que niegan que sea negra.

Palabras clave: Epistemicídio. Poder simbólico. Negritude. Educação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 Personagens da história | 74 |
| Figura 2 Comunidade à qual a escola está inserida | 79 |
| Figura 3 Entrada principal da escola | 79 |
| Figura 4 Quadra descoberta e estacionamento..... | 80 |
| Figura 5 Quadra coberta com integrantes da igreja católica do bairro | 80 |
| Figura 6 Livro que reforça estereótipos da mulher negra..... | 82 |
| Figura 7 Mural onde Machado de Assis é retratado como branco | 84 |
| Figura 8 Prateleiras inteiras dedicadas a autor supremacista branco..... | 85 |
| Figura 9 As aventuras de infensivo alemão que é pego por canibais | 86 |
| Figura 10 Percepção dos personagens sobre cabelos e olhos bonitos | 97 |
| Figura 11 Imagem do Projeto da consciência negra | 102 |
| Figura 12 Imagem do Projeto consciência negra..... | 102 |
| Figura 13 Imagem do Projeto da Consciência Negra | 103 |
| Figura 14 Imagem do Projeto Consciência Negra | 103 |
| Figura 15 Declaração da cor no gabarito da Olimpíada de Matemática..... | 104 |
| Figura 16 Declaração da cor no gabarito da Olimpíada de Matemática..... | 104 |
| Figura 17 Declaração de cor no gabarito da Olimpíada de Matemática..... | 105 |
| Figura 18 Declaração de cor no gabarito da Olimpíada de Matemática..... | 105 |
| Figura 19 Distribuição de Gênero..... | 111 |
| Figura 20 Desejo de Procedimentos Estéticos..... | 111 |
| Figura 21 Desejo de Mudança na cor dos olhos | 111 |
| Figura 22 Assuntos Relacionados à Negritude Abordados | 111 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 Revisão de Literatura com foco em questões raciais | 23 |
|--|----|

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-------|--|
| ANPAD | Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração |
| BNCC | Base Nacional Curricular Comum |
| ENAP | Escola Nacional de Administração Pública |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| GP | Gestão Pública |
| IBGC | Instituto Brasileiro de Governança Corporativa |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IES | Instituições de Ensino Superior |
| IFAC | International Federation of Accountants |
| KKK | Ku Klux Klan |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| OCDE | Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| PNLD | Programa Nacional do Livro e do Material Didático |
| PPP | Parceria Pública Privada |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UPM | Universidade Prestibariana Mackenzie |
| USP | Universidade de São Paulo |

PRÓLOGO

Tenho o privilégio, ou será sorte? de ter nascido em uma família unida, respeitosa, amorosa, companheira e possuidora de consciência racial. Minha mãe, filha de uma família numerosa de nove irmãos, sete mulheres e dois homens e avó viúva aos quarenta e poucos anos com os dois homens mais jovens com nove e dez anos, educou e encaminhou com punho forte a numerosa prole. Neste braço da minha família os valores sempre foram união, empatia e igualdade. As oito mulheres, minha avó, tias e mãe, sempre tiveram de resolver tudo sozinhas, entre elas, já que vovô havia falecido e os dois filhos mais jovens eram crianças. As resoluções perpassavam desde manutenções e consertos domésticos corriqueiros até grandes decisões e ações. Vem daí a minha força e das mulheres que sempre lutaram e se protegeram acima de qualquer coisa.

Essa união fez com que os irmãos permanecessem unidos e minha mãe educou seus filhos dentro desta união. Meus melhores amigos estão dentro da minha família. Fazer amigos dentro da família é uma enorme dádiva. Meu pai e tios tinham um grupo de samba e se apresentavam aos finais de semana em bares na nossa região. A música e a cultura negra em minha família sempre foram motivo de orgulho e celebração, assim como ser negro. No Brasil, a maioria quantitativa da população é preta, porém não são negros. Preto é cor, negro é povo. O povo negro está espalhado mundo afora nas diásporas e nossa irmandade e comunidade é maior do que as fronteiras. Quem conhece a história do nosso povo não gostaria jamais de fazer parte da branquitude.

Quando fui à escola pela primeira vez aos cinco anos, minha mãe teve uma conversa comigo da qual nunca me esqueci. Ela me revelou que, a partir daquele momento, eu iria começar a vivenciar experiências racistas, que haveria coleguinhas que não iriam querer sentar na mesma mesa que eu, que diriam que eu era feia, que meu cabelo era feio e, no momento da escolha dos pares da quadrilha, ninguém iria querer dançar comigo. Tive muito medo de enfrentar esse mundo horrível, eu era tão feliz com meus primos e colegas da rua! Eu vivia aquilombada, entre os meus, em paz! Fui obrigada a enfrentar tudo isso sobre o que minha mãe já havia me alertado e, ainda mais, o racismo da professora da Educação Infantil que, durante uma rodinha num espaço externo da escola, me colocou para sentar em um formigueiro. Em todas as fases da minha formação, desde a educação infantil, até a pós graduação, fui vítima de algum tipo de violência. Racismo, assédio moral, assédio sexual. A consciência de minha mãe, ao estimular o despertar da minha vida tão cedo, me protegeu de

muito sofrimento. Aqueles acontecimentos que só acontecem com pessoas pretas... elas levam anos para perceber, ou nunca percebem, eu sempre soube desde sempre. Isso é uma face do empoderamento, ver e perceber coisas que muitos não enxergam.

Desde que iniciei a minha jornada como docente há quatorze anos, sempre soube qual tipo de professora eu não queria ser e principalmente a que gostaria de ser. Tive e tenho muitos professores inspiradores que realmente fazem a diferença e transformam vidas. Quando iniciei minhas práticas docentes e percebi que a grande maioria dos estudantes negros possuíam problemas com sua negritude, problema que sempre me incomodou, com o passar dos anos o incômodo se tornou insuportável. Foi quando escrevi os projetos de afirmação da negritude para serem viabilizados em novembro, no mês da Consciência Negra. Desde 2018 o projeto já teve cinco versões e a cada ano ganha um novo nome, porém com o mesmo propósito que é mostrar uma África rica culturalmente, potente em suas concepções e ideologias e demonstrar também os movimentos de resistência, lutas e vitórias durante o período da escravização.

O primeiro projeto em 2018 foi com o título: Solte Seu Cabelo e Prenda o Preconceito partiu da minha percepção das crianças de 10 anos e adolescentes de 12 e 13 preocupadas com a estética do cabelo. Com este projeto conseguimos com que muitas meninas percebessem beleza nos cabelos cacheados e crespos e que os meninos realizassem cortes que valorizassem os cabelos sem raspá-los totalmente. Novos projetos foram realizados: Em 2019, Cabelo Bom é Cabelo Livre; em 2021, Realezas Africanas; 2022, Raízes; 2023, Aquilombar-se.

Apesar de os projetos serem sempre um sucesso e apresentarem resultados muito positivos, senti a necessidade de aprofundar meus estudos nas relações étnico raciais. Em 2020, durante o período de confinamento da pandemia da Covid-19, escrevi meu projeto e em outubro de 2022 fui aprovada e iniciei minha jornada. A pesquisa aqui apresentada é uma mostra micro do retrato de como os pretos brasileiros se percebem.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 1.1 Objetivo geral..... | 21 |
| 1.2 Objetivos Específicos | 21 |
| 1.3 Justificativa..... | 21 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 25 |
| 2.1 O Epistemicídio da História e Culturas Africanas e Afro-brasileiras | 25 |
| 2.2 Poder e Dominação Sobre Corpos Negros..... | 31 |
| 2.3 Poder Simbólico | 36 |
| 2.4 A Dominação Simbólica Através do <i>Habitus</i> | 42 |
| 2.5 A Linguagem como Instrumento de Dominação..... | 46 |
| 2.6 A Educação como Instrumento de Dominação e Discriminação | 50 |
| 3. PERCURSO METODOLÓGICO | 69 |
| 3.1 Tipo, abordagem e método de Pesquisa..... | 69 |
| 3.2 Unidade de observação e sujeitos de pesquisa..... | 71 |
| 3.3 Plano de coleta de dados..... | 72 |
| 3.4 Estratégia de Análise de Dados | 72 |
| 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS | 74 |
| 4.1 Apresentação dos personagens e enredo..... | 74 |
| 4.2 Configuração do <i>Campus</i> | 79 |
| 4.3 Construção da Identidade de jovens pretos | 87 |
| 4.4 Autodeclarações e processo de embranquecimento | 95 |
| 4.5 A Negação da Negritude..... | 106 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 117 |
| REFERÊNCIAS..... | 120 |
| ANEXO 1 - Termo de consentimento livre esclarecido | 130 |
| ANEXO 2 - Roteiro de Entrevista:..... | 131 |
| ANEXO 3 – Parecer Comitê de Ética | 132 |
| ANEXO 4 – SEI 97475701 – Termo de Anuência..... | 138 |

1 INTRODUÇÃO

Um dos pilares basilares da formação da sociedade brasileira é a invasão territorial portuguesa (Rangel, 2023). Os 388 anos de escravização deixaram sequelas profundas de preconceitos, desigualdades e violências para a população negra (Pinheiro, 2023). O contingente de pessoas que se autodeclararam negras no Brasil é 56,10%, representando maioria quantitativa. Contudo, a disparidade racial se faz presente em todos os campos e relações sociais e abarca diversas dimensões estruturais e de complexa superação (Quintão & Paula, 2021). Sendo professora de uma escola da periferia de Belo Horizonte, pertencente à Secretaria Estadual de Educação, a autora pode perceber a influência do Poder Simbólico (Bourdieu, 1989) como consequência do epistemicídio da história e cultura africanas e afro-brasileiras, no processo educativo e na formação da identidade de jovens negros.

Epistemicídio consiste no apagamento proposital e sistemático de toda produção epistêmica e cultural de um povo (Rangel, 2023). —O Brasil é um cemitério de boas histórias, onde o coveiro possui uma corl (Rangel, 2023 p.40). O epistemicídio versa sobre o apagamento, silenciamento, desvalorização ou subalternização de epistemes produzidas por povos não hegemônicos (Santos, 2007).

A hegemonia eurocêntrica ancorada na hierarquização racial, étnica, cultural, permanece inferiorizando os povos marginalizados (Grosfoguel, 2008). Deste modo, devido à colonização das Américas e do Caribe, foram impostas categorias sociais e identidades raciais, relacionando-as com hierarquias, lugares e papéis sociais que ecoam padrões de dominação dos colonizados subalternos às identidades masculinas ocidentais e identidades europeias, incluindo especificamente heterossexuais, brancos, patriarcais, cristãos, homens, militar, capitalista, percebidos como superiores aos povos e culturas não-europeus (vistos como "outros"), ocorrendo então a consolidação da cultura hegemônica europeia (Grosfoguel, 2008).

Neste contexto de colonialidade do poder, as populações dominadas e subalternizadas têm sua identidade submetida à hegemonia eurocêntrica que define o que é conhecimento (Pereira, 2023 p.3). —Porém, infelizmente, a colonização deixou consequências negativas que modelam a educação brasileira e se expressam através de narrativas preconceituosas e estereótipos (Rangel, 2023 p. 71). Tudo aquilo que é relacionado ao povo negro é estigmatizado e subalternizado (Rangel, 2023).

Esse fenômeno se torna ainda mais complexo quando se considera que os preconceitos são fatores estruturais e estruturantes das sociedades, fazendo com que mesmo os sujeitos pertencentes a grupos oprimidos e minorizados sejam atravessados e formados por esta lógica (Bourdieu, 1989).

Rosa (2012) explicita a teoria formulada pelo antropólogo Livio Sansone sobre as interpretações das cores do Brasil. Áreas —duras‖ são aquelas com elevado grau de dificuldades para pessoas negras para delas participarem que são: mercado de trabalho, matrimônio e relação com a polícia. —Nestes espaços, o negro sofre maior discriminação porque são espaços hegemonicamente brancos onde a competição, a estética e o *status* deixam os negros em desvantagem‖ (Rosa, 2012, p. 11). As áreas —moles‖ são os espaços de lazer, como bares, sambas, forrós, torcidas de futebol (Rosa, 2012). —São espaços onde ser negro não é um obstáculo‖ (Rosa, 2012, p.11). Portanto, ambientes organizacionais são hostis à presença e representatividade negra (Teixeira, Oliveira & Carrieri, 2020).

A estética negra desempenha um papel crucial na construção da identidade dos jovens negros (Gomes, 2019). Em um mundo onde a representação midiática e os padrões de beleza dominantes têm sido historicamente eurocêtricos, a valorização e a promoção da estética negra oferecem uma via vital para a autoafirmação e o fortalecimento da identidade racial (Gomes, 2019). A estética negra não se limita apenas à aparência física, mas engloba expressões culturais, artísticas e históricas que são fundamentais para a construção de uma identidade forte e positiva entre os jovens negros (Gomes, 2019).

Outro fator importante são os termos epistemológicos. Os debates realizados não são propostos por pessoas negras (Teixeira, Oliveira & Carrieri, 2020). Pesquisadores e intelectuais brancos estão realizando debates sobre questões que afetam a população negra (Ribeiro, 2019). Historicamente o debate é construído por quem não é afetado pelo racismo e sim privilegiado (Ribeiro, 2019). A história tem demonstrado que a invisibilidade mata (Ribeiro, 2019). É o que Foucault (2008 p.56) denomina como —deixar viver ou fazer morrer‖.

Salientar a racialização como fator estruturante das organizações e dos fatores que estão imbricados nas produções epistemológicas como instrumento para análises institucionais indica quem são os beneficiados com o processo de silenciamento (Teixeira, Oliveira, Carrieri, 2020). Importa ressaltar, portanto, que os grupos considerados como minorias como as pessoas negras e mulheres são, na realidade, a maioria quantitativa e minorizadas socialmente (Fraga, Colomby, Gemelli & Prestes, 2022).

Quijano (2010) utiliza o conceito de colonialidade com o objetivo de analisar as desigualdades atuantes na América do Sul. A ideologia colonial e os projetos recoloniais

manifestam-se de diferentes maneiras e formas, interferindo diretamente na construção da subjetividade, estimulando, enfatizando a diferença e superioridade, estabelecendo hierarquias e sistemas de opressão (Bernardino-Costa, 2013). Estados Unidos e África do Sul aprovaram legislações segregacionistas. No Brasil não foi necessário, pois, a separação ocorreu e ocorre sem que sejam necessárias leis. No Brasil sempre existiu e existem bairros negros, escolas em que a maioria é negra ou branca. Importa refletir sobre os espaços de poder e decisão e a disparidade da renda e acesso a serviços básicos como saúde, saneamento básico, emprego e renda (Silva, 2019).

O colonialismo moldou a imagem do colonizador como um —salvador inocente e benevolente, bem como sua produção e verificação de conhecimento, e o —outro como violento (Rangel, 2023). O conceito do —outro para pessoas negras é reiterado e consolidado em todos os campos sociais. O outro é tido como exótico, anormal, indesejável enquanto a branquitude é natural, normal, perfeita (Rangel, 2023). Estudantes pretos almejam acessar o natural, o normal, o perfeito através da negação de sua negritude.

A perseguição do ideal de branqueamento é uma realidade no Brasil (Rangel, 2023). —O negro, no desejo de embranquecer, deseja, nada mais nada menos, a própria extinção. Seu projeto é o de, no futuro, deixar de existir; sua aspiração é a de não ser ou a de não ter sido (Santos, 2022, p. 29). —O homem branco é —para si e também —para os outros, o negro não se reconhece como negro - ou não quer se reconhecer como tal-, e tampouco é reconhecido pelo —homem branco, fica visível um problema ontológico que deve ser pensado (Rangel, 2023, p. 44).

O prisma anticolonial trabalha, portanto, para examinar e negar a construção do discurso e da epistemologia dominantes. George Sefa Dei, nascido em Gana, um dos mais relevantes intelectuais sobre estudos raciais e antirracistas, afirma: —O colonialismo não está morto (Dei, 2006, p. 2). Existe um discurso de imposição universal e ele é branco (Rangel, 2023). A redução da história e das culturas africanas, remontadas ao período escravocrata, trazem sérias consequências para os estudantes negros (Pinheiro, 2023).

A história e cultura anteriores ao período escravocrata são completamente silenciadas e apagadas. As revoltas, revoluções, insurreições e movimentos de resistência são completamente apagados do currículo escolar (Rangel, 2023). O epistemicídio produz, como consequência, a negação da negritude, conceito elaborado por Aimé Césaire (2010), que consiste da consciência de si e do outro como pertencentes a um coletivo negro (Césaire, 2010). A ausência de um autoconhecimento deriva de diversas questões que serão tratadas adiante.

Com relação às estratégias de resistência, revoltas e insurreições Rangel (2023) aponta: —Uma lembrança viva de que os saberes —não europeus‖ não fazem parte da normalidade‖. Palmares é também omitido dos estudantes. A contribuição para a construção do país e as influências vigentes na língua, cultura, música, culinária e produção de conhecimento são sistematicamente apagadas (Rangel, 2023).

As práticas anticoloniais contemporâneas têm suas raízes no movimento de descolonização cunhado em décadas pelos intelectuais: —Frantz Fanon, M. Gandhi, Mao Tse-Tung, Albert Memmi, Aimé Césaire, Kwame Nkrumah e Che Guevaral (Dei, 2006, p. 12). O colonialismo persiste, os corpos estão aparentemente livres, mas a mente do povo oprimido permanece cativa (Fanon, 2022). —O poder do prisma anticolonial reside em sua oferta de novas ideias filosóficas para desafiar os discursos eurocêntricos, a fim de preparar o caminho para a emancipação intelectual e política‖ (Dei, 2006, p. 2).

O tráfico de pessoas e as invasões dos países das Américas e África permanecem sendo motivo de atritos (Munanga, 2022). Tais conflitos geram desigualdades que têm como consequência a morte, a fome e todo tipo de violência. As ex-colônias permanecem aprisionadas ideologicamente. —Esses conflitos se traduzem notadamente pelas práticas racistas e xenofóbicas que engendram a violação dos direitos humanos dos diferentes e, conseqüentemente, as desigualdades sociais decorrentes‖ (Munanga, 2022, p. 119).

Fatos históricos de séculos atrás influenciam as relações organizacionais e sociais contemporâneas. Apesar da globalização e inovações tecnológicas, os debates e ações sobre a diversidade igualam todos os países em um mesmo patamar (Munanga, 2022). Muito pouco foi feito para diminuir as desigualdades raciais e os avanços até então foram mínimos (Munanga, 2022). Os modestos avanços realizados são fruto de muita luta do povo negro por visibilidade, direitos básicos e reparações (Rangel, 2023). —O fato que se coloca é que o avanço da população negra sempre foi feito pela própria população negra‖ (Rangel, 2023 p.43). A partir de tal afirmação, vale ressaltar a importância dos estudos organizacionais com foco na diversidade racial (Teixeira; Oliveira; Carrieri, 2020).

Raça e racismo são constituídos empiricamente. Reestruturam-se e se reinventam constantemente em fenômenos de grande impacto individual e coletivo (Rangel, 2023). A ideologia de características fenotípicas retoma ressignificada em meios às discussões acerca do colonialismo (Devulsky, 2021). A brutalidade do racismo é proporcional aos traços negroides (Nogueira, 2007), em contraste ao conceito de branquitude: —lugar social diferenciado de usufruto de privilégio‖ (Bento, 2022, p. 82). O termo negritude não se reduz apenas à cor da pele, mas se vincula aos eventos de serem vítimas históricas das mais

perversas e sistemáticas tentativas de desumanização, juntamente com o esforço de destruição de sua cultura e, além disso, ter sua cultura negada (Munanga, 2019).

O afastamento da negritude é um produto do epistemicídio, que não só apagou toda história e produção epistêmica e cultural africana e afro-brasileira, mas também mata simbólica e sistematicamente as representações positivas do povo negro (Rangel, 2023). Sansone (1996), pesquisador na área de estudos afro-orientais da Universidade Federal da Bahia, estado que concentra o maior quantitativo de pessoas negras do país, em um estudo objetivando documentar as autodeclarações raciais no país, encontrou as seguintes denominações: —negro, preto, moreno, moreno claro, moreno escuro, pardo claro, mulato, escuro, sarará, jambo, pardo cor de formiga, formiga, avermelhado, vermelho, bronzeado, marrom, quase preto, mestiço, caboclo, canela, misturadol (Sansone, 1996 p.167).

Embora 54% da população brasileira seja negra e se denomine preta ou parda, dados do Instituto Ethos (2016), revelam que somente 4,9% dos participantes dos conselhos em Administração das 500 maiores empresas do país são negros (Teixeira, Oliveira, Carrieri, 2020). Portanto, das 500 empresas analisadas pelo Instituto, 95% da composição dos quadros dos conselhos administrativos, que são os espaços de poder e decisão dentro das organizações, são ocupados por pessoas brancas (Teixeira, Oliveira, Carrieri, 2020).

Nas empresas pesquisadas o estudo demonstrou que as pessoas negras ocupam 30% dos cargos operacionais (Teixeira, Oliveira, Carrieri, 2020). Os dados podem ser um indicador do desemprego que assola a população negra mesmo para cargos operacionais. A falta de qualificação já não é mais justificativa para a falta de oportunidades no mercado de trabalho para pessoas negras. Os dados do (IBGE, 2020) demonstram que, mesmo com a mesma formação e qualificação profissional, a remuneração de pessoas negras é 30% menor se comparado às pessoas brancas.

Bourdieu (1989) define violência simbólica como violências subliminares, sutis. As violências simbólicas moldam as subjetividades dos sujeitos, construindo pessoas negras que, diante do racismo estrutural e estruturante, encontram dificuldades em declarar sua negritude, o que se apresenta como direcionamento para este estudo. Assim, para analisar o poder simbólico e a formação do *habitus* (Bourdieu, 1983), importa refletir e identificar quais as motivações que levam os estudantes negros a realizar autodeclarações não condizentes com a realidade. O racismo é um pilar estruturante da sociedade brasileira e há muito deveria ter sido superado, ou, ao menos minimizado (Almeida, 2019). Desse modo, esta pesquisa pretende analisar como o poder simbólico domina e subjuga corpos negros. A teoria do

habitus de Bourdieu (1983) assegura que os processos de socialização estruturam os pensamentos, ações e comportamentos, o que acontece inconscientemente.

As pessoas estão expostas à uma cultura racista e, portanto, absorvem esses preconceitos e práticas. O racismo é uma estrutura social (Almeida, 2019). A dinâmica educacional vigente é muito próxima daquela que proibia pessoas negras frequentar escolas. —O que parece é: não há, nunca, a compreensão do outro, massacrado, ignorado, excluído e, incluído com o intuito de negar a invenção do outro. Prefere-se hoje afirmar que se está frente a um novo sujeito. Mas é preciso dizer: um novo sujeito da mesmicel (Masson & Brasil, 2018 p.52). O que ocorre é a tolerância destes indivíduos. A etimologia da palavra tolerar equivale à ações de suportar (Rangel, 2023).

A tolerância vem da demanda de destinar estes indivíduos a uma utilidade funcional, que é alimentar o sistema capitalista neoliberal com mão de obra desqualificada, humilde, faminta e completamente esvaziada de percepções críticas da sociedade e de si. —Quanto maior e mais brutal for a coação exercida, mais intensa deve ser a persuasão simbólica que a legitime perante os dominados (Bartolome & Ruiz, 2004, p. 56).

As estruturas de poder hegemônicas apagam, oprimem e reprimem estudantes negros (Pinheiro, 2023). O racismo institucional e sistêmico deve ser questionado. Este movimento somente se iniciará quando estudantes negros perceberem e celebrarem suas diferenças e negritude e combaterem pressupostos racistas silenciosos e simbólicos que negam sua formação crítica e de qualidade. O imperialismo cultural hegemônico, desvaloriza, deslegitima, subalterniza e demoniza qualquer vestígio cultural ou epistêmico relativo à negritude e à África (Rangel, 2023). O epistemicídio estratégico da história e cultura africana e afro-brasileira têm, como consequência, a marginalização social, política e epistêmica do povo preto (Rangel, 2023).

A educação deveria ser compreendida em seu sentido amplo para que o individual e o coletivo conheçam e entendam o mundo, para então poder agir neste (Dei, 1996, p. 248). O aparato disciplinar mais eficiente do Estado é o âmbito escolar. —A sociedade da normalização é a sociedade em que se cruzam [...] a norma da disciplina e a norma da regulamentação (Foucault, 1999, p. 332). O Estado assume o papel antipolítico e providencial simultaneamente: os dois papéis em conjunto configuram o biopoder. O uso da violência tem como objetivo administrar a vida da população (Foucault, 1999). O Atlas da Violência 2023, demonstra que a população negra está mais vulnerável a todo tipo de violência.

O processo educativo mal conduzido pode se tornar —má educação ou —deseducação, servindo como engrenagem para um sistema de domínio e opressão,

usurpando o: —verdadeiro senso do eu coletivo (Dei, 2014, p. 240). O sistema educacional pode contribuir para o desenvolvimento de uma —consciência crítica de nós mesmos e de nosso lugar nas comunidades (Dei, 2014, p. 240).

Perceber-se negro, afirmar-se negro ou preto é um passo importante rumo à emancipação ideológica e intelectual para jovens negros periféricos. É um relevante dado para uma governança eficaz e eficiente, já que a qualidade de vida da população é um importante dado para uma governança pública eficiente e eficaz (Castro, 2022). —Raça é importante na educação, negar esta importância no processo educativo demonstra conhecimento limitado (Dei, 2013, p.8). A —retórica da cegueira, fomenta o —*status quo* do privilégio branco (Dei, 2013, p.8). A reflexão acerca da raça na educação é um movimento em direção à pedagogia antirracista e anticolonial. O antirracismo não se limita somente ao discurso, tem de haver ações práticas (Dei, 2014).

Ao abordar a cultura escolar, assim como o restante da sociedade enraizada em racismo e violências simbólicas, faz-se necessária uma estratégia de enfrentamento ao racismo. A escola conservadora de Bourdieu (1999) é ainda mais conservadora para os negros. Como os corpos dóceis de Foucault (2014), é ainda mais brutal. As questões relacionadas ao racismo e a desigualdade racial nas escolas ainda não foram abordadas diretamente. Existe a necessidade de um novo pensamento pedagógico (Pinheiro, 2023 p.15).

Ao analisar os impactos do racismo na subjetividade de jovens se faz necessária a análise das subjetividades que são atravessadas pelo racismo (Gouvêa; Oliveira, 2020). Torna-se imperioso combater o racismo dentro das escolas, uma vez que estudantes pretos não possuem condições de equidade desde o ingresso à escolarização básica e são mais vulneráveis a todo e qualquer tipo de exploração, violência, injustiça e exclusão (Munanga, 2022) e identificar a complexidade das relações raciais e os impactos destas na vida escolar deste grupo. Existe um número significativo de jovens negros que chegam ao final da escolarização básica se declarando pretos e/ou se declaram pardos, e os pardos que se declaram brancos (Rangel, 2023). O âmbito escolar, assim como a sociedade, separa, segrega e exclui (Bourdieu, 1998).

Segundo Bourdieu (1996) os processos de socialização estruturam pensamentos e posteriormente ações e condutas. Assim, o *habitus* ocorre de maneira inconsciente. Expostas desde sempre à uma cultura racista, as pessoas assimilam estes preconceitos e práticas. Muitos adultos inseridos no mercado de trabalho não se percebem ou ignoram a própria negritude. Nesse sentido, o presente estudo tem como questão motriz: De que maneira o epistemicídio da história e cultura africanas e afro-brasileiras tem influenciado o racismo no ambiente escolar?

1.1 Objetivo geral

Analisar como o epistemicídio da história e culturas africanas e afro-brasileiras influenciam a negação da negritude e nas violências simbólicas em uma escola pública periférica de Belo Horizonte.

1.2 Objetivos Específicos

- I. Identificar como a autodeclaração da negritude de estudantes maiores de 18 anos, matriculados no turno noturno pode influenciar no processo antirracista no ambiente escolar.
- II. Identificar os principais fatores críticos da diversidade racial no processo de ensino-aprendizagem em uma escola pública periférica.
- III. Analisar autodeclarações de estudantes pretos que se afastam da negritude.

1.3 Justificativa

Enquanto temática de estudos, a diversidade ainda é um tema emergente em Administração (Fraga, Colomby, Gemelli & Prestes, 2022). Entre 2001 e 2019 houve crescimento das publicações em diversidade no campo organizacional. No período, 142 artigos foram publicados com o tema diversidade. Somente 4 instituições concentram 30% do total de publicações no período que são elas: a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Universidade de São Paulo (USP) (Fraga, Colomby, Gemelli, Prestes, 2022).

A produção científica brasileira com o tema diversidade em Administração no período de 2001 a 2019 totalizando 18 anos demonstra uma aresta teórica para a temática étnica/racial. Em todo o período mencionado, apenas 5,6% dos estudos em diversidade se debruçou sobre questões raciais (Fraga, Colomby, Gemelli, Prestes, 2022).

A presente pesquisa objetiva contribuir para os estudos em Administração com foco em Estratégia e Organização analisando as relações de poder contemporâneas no âmbito escolar. Utiliza, como teoria seminal, O poder Simbólico de Pierre Bourdieu (1989), identificando estudantes pretos que se declaram pardos ou indígenas, realizando

autodeclarações distantes da realidade racial a qual pertencem e reflete sobre os fenômenos que levam os estudantes a adotarem tal prática.

As avaliações externas que são constantes em escolas públicas, sempre solicitam aos estudantes que assinalem nos gabaritos sua cor/raça, pois é um dado importante para criação e implementação de políticas públicas e projetos para o combate às desigualdades raciais. A partir do censo de 2000, foi criada uma padronização para o quesito cor, que foi alocada da seguinte maneira: branca, preta, parda, amarela, indígena. O IBGE considera a população negra o conjunto de pretos e pardos.

A maioria dos estudantes sendo pretos se declaram pardos, e os pardos se declaram brancos, numa tentativa de se distanciar da negritude e se aproximar da branquitude. Os pais ou responsáveis ao realizarem a matrícula também são inquiridos sobre a cor ou raça de seus filhos e a maioria novamente declara suas crianças pardas, sendo que possuem visíveis características negroides.

A escassez de representações positivas da negritude influencia a percepção e o reconhecimento que jovens negros têm de si. Desta maneira, o assunto requer especial atenção para que desigualdades sejam diminuídas e direitos sejam garantidos (Araújo, 2019). As discussões sobre raça em Estudos Organizacionais ainda é um tema silenciado (Teixeira, Oliveira, Carrieri, 2020). —É necessário avançar em uma agenda de temáticas que contemple um debate de desconstrução de silenciamentos (Teixeira, Oliveira, Diniz, Marcondes, 2021 p.9). Portanto, a justificativa deste trabalho atende às questões acadêmicas, sociais e organizacionais.

Bourdieu (1998) pontua que a escola é um dos fatores mais eficazes de conservação social e se encontra em uma inércia cultural, por ainda praticar e acreditar no modelo educacional vigente cuidadosamente planejado pela burguesia. A escola é uma instituição que coopera para a manutenção do *status quo* que perpetua a estrutura desigual. Bourdieu (1998), salienta que o êxito escolar é quase que exclusivamente cultural.

Perante este campo, torna-se essencial investigar e compreender de que maneira os diálogos educativos, as relações de poder, as aprendizagens podem trazer contribuições significativas para estruturação de um ambiente escolar harmônico ancorado no respeito às diferenças e no combate ao racismo e as desigualdades raciais. Salientando a assimetria de informações devido ao epistemicídio da história e culturas africanas e as interferências que estes problemas estruturais ocasionam na formação de jovens e para a Gestão Pública.

Para não saber de onde vem e quem está inutilizado para a luta (Fanon, 2022). Uma das maneiras de exercitar a autonomia é formular um discurso sobre si (Souza, 2022). As

subjetividades das pessoas pretas são atravessadas pelo discurso, ideologia e práticas hegemônicas. Conforme Rangel (2023, p.40), —o negro não se reconhece como negro ou não quer se reconhecer como tal.

Souza (2022), define que elaborando um discurso sobre si, revelar-se-á qual local que se ocupa na dinâmica social e é um caminho para a reflexão crítica acerca do poder simbólico hegemônico.

A relevância acadêmica desta pesquisa objetiva preencher a lacuna de estudos sobre Estudos Organizacionais com foco em questões raciais (Teixeira, Oliveira, Carrieri 2020), explicitada na revisão da literatura que detectou apenas 6 estudos no período de 10 anos.

Tabela 1

Revisão de Literatura com foco em questões raciais

| Período | Spell | Scielo | Unihorizontes | Google acadêmico | Total |
|---------------------|-------|--------|---------------|------------------|-------|
| 2014 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| 2015 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2016 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2017 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2018 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2019 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2020 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2021 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 |
| 2022 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| 2023 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| 2024 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total geral: | 0 | 1 | 0 | 4 | 6 |

Fonte: Autora (2024)

Em 2014, foi encontrado apenas um artigo publicado na plataforma Scielo: De Epistemicídio, (IN) visibilidade e narrativa: Reflexões sobre a política de representação da identidade negra em cadernos negros. Desde 2014 até o primeiro trimestre de 2024, nenhum artigo sobre o tema foi publicado na plataforma. É uma lacuna de 10 anos. Na plataforma Spell nenhum artigo sobre o tema foi publicado. No Google acadêmico foi publicado em 2018 um artigo: Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio.

Apontamentos para o debate. Três artigos em 2021, um em 2022, um em 2023, nenhum até o primeiro trimestre de 2024. Os três artigos de 2021 são intitulados: 1 - Epistemicídio e Necropolítica: A pretagogia como alternativa aos processos excludentes de ensino. 2 - Epistemicídio, Identidade e Educação: Uma reflexão crítica sobre o papel da escola na reprodução do racismo no Brasil e os auspiciosos caminhos abertos. 3 - Ruptura com os racismos linguístico e epistêmico na escola. O artigo de 2023 tem como título: Existências periféricas contra o epistemicídio da cultura negra. O trabalho de 2023 trata sobre o epistemicídio em manuais de linguística produzidos após a lei Federal 11.645/08: Uma proposta de leitura discursiva.

Vale ressaltar a justificativa social, que se faz necessária para que um tema tão relevante não seja silenciado no campo da Administração, especificamente em Estudos Organizacionais (Teixeira, Oliveira, Carrieri, 2020; Quintão, Paula, 2021). A educação e as relações cotidianas em sala devem conduzir à reflexão como afirma Davis (2016. p. 37) —A escola detém o monopólio da manipulação dos bens culturais e dos signos institucionais da salvação culturalll.

Após esta seção, seguirá o tópico Referencial Teórico composto por seis subtópicos: Epistemicídio da História e Culturas Africanas no Brasil, O Poder Simbólico, A Dominação Simbólica Através do *Habitus* e da linguagem, As Relações no Ambiente Escolar como Instrumento de Dominação e Discriminação, Diversidade e Estudos Organizacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Epistemicídio da História e Culturas Africanas e Afro-brasileiras

A epistemologia se propõe a compreender os mecanismos de produção de conhecimento (Hall, 2003). O termo epistemicídio se refere à supressão, apagamento ou destruição sistemática do conhecimento, da cultura e da história de um grupo étnico, cultural ou social. —Tudo que fere a universalidade tende a morrer nos porões da história branca (Rangel, 2023 p.43).

As ideologias de branqueamento, denunciada por Gonzalez (1984, p.237), visa —a dominação da negra mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais. A ideologia hegemônica branca ocidental nega as contribuições africanas e afro-brasileiras para a cultura brasileira, de modo a efetuar práticas epistemicidas contra esses conhecimentos, negando, desprezando, subalternizando sua riqueza e possibilidade de ascensão na sociedade consciente de sua ancestralidade (Nascimento, 2019). —Além dos costumes ditados, uma forma de transformar em branco e alienar o —diferente para esse mundo, é a partir do Racismo Epistêmico (Rangel, 2023, p.43). Este, nada mais é do que a violência acadêmica destinada aos que ousam adentrar este mundo forjado (Rangel, 2023).

Neste contexto, são concedidos privilégios epistemológicos. A ciência moderna desde o século XVII tornou possível o aproveitamento da revolução tecnológica e da hegemonia ocidental criando outras formas de supressão não científicas de conhecimento, no caso os povos indígenas; América e Escravos Africanos (Santos, 2007).

A ênfase na aniquilação epistêmica constitui outra forma de genocídio (Santos, 2007). Inclui não reconhecer diferentes formas de compreender as maneiras pelas quais os indivíduos constroem significado em todo o mundo. Acredita-se em novas teorias críticas e práticas emancipatórias, iniciando a valorização da grande diversidade epistemologia e o mundo cultural (Santos, 2007). —A África negra foi considerada como um deserto cultural, e seus habitantes como o ele entre o homem e o macaco (Munanga, 2019).

A filósofa Sueli Carneiro realiza uma importante análise de como o epistemicídio opera. O epistemicídio, além da destruição e desqualificação das epistemes produzidas por povos subjugados, é um fenômeno que enfatiza e salienta a indigência cultural, através da negação de direitos básicos, como acesso à educação de qualidade, pela fabricação da inferiorização intelectual e pelas diversas maneiras de deslegitimação do povo negro como produtores de conhecimento (Carneiro, 2005). —Por isso o epistemicídio fere de morte a

racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender (Carneiro, 2005, p. 97).

No contexto da história e cultura africana e afro-brasileira, o epistemicídio se manifestou de várias formas ao longo dos séculos, principalmente devido ao impacto do colonialismo e do tráfico transatlântico de pessoas. O conceito de epistemicídio, de acordo com Mogobe Ramos e pode ser definido como: —(...) o assassinato de modos de conhecer e de agir (...)‖ (Ramos, 2011, p. 6). Em seu artigo intitulado "Sobre a Legitimidade da Investigação Filosófica Africana‖, discorreu sobre as contribuições do povo africano e como estas obras foram completamente extintas. Há de se ressaltar o fato de que, mesmo que essas contribuições sejam consideradas, elas são atribuídas a outros povos como elucidado por George James, em seu livro *The Stolen legacy* (2009), (O Legado roubado). A história permanece sendo contada pelos algezes: —A história que ele escreve não é, portanto, a história do país que ele saqueia, mas a história de sua nação, naquilo que ela explora, viola e esfaina (Fanon, 2022, p. 48).

A história e a cultura africana possuem uma riqueza de conhecimento, tradições e realizações que remontam a milênios. No entanto, ao longo da história, esses tesouros foram frequentemente apagados, distorcidos e suprimidos. O intelectual Anibal Quijano (2010) conceitua a respeito do poder da narrativa e dos efeitos devastadores da colonialidade —Colonialidade diz respeito ao enredamento entre diversas modalidades de dominação, subalternização nas sociedades modernas através de um sistema de classificação mundial marcadamente étnico-racial...‖ (Quijano, 2010, p. 88).

O epistemicídio da história e culturas africanas é um capítulo doloroso na trajetória do continente e de suas diásporas. Durante o período colonial, as nações europeias invadiram o continente africano e americano, subjugando populações locais e impondo seus próprios sistemas de governo, língua, cultura e religiosidade. —A igreja nas colônias é uma igreja de brancos, uma igreja de estrangeiros. Chama o homem colonizado, não para o caminho de Deus, mas para o caminho do branco‖ (Fanon 2022 p. 39). No caso da diáspora brasileira, os homens de —Deus‖, invadiram, exploraram, promoveram etnocídio e catequizaram violentamente indígenas e africanos (Gonzalez, 2018).

Muitas das nações africanas alcançaram independência recentemente: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau 1974. São Tomé e Príncipe, 1975. Uma das estratégias utilizadas foi a supressão da história e cultura africana. Isso incluiu a destruição de artefatos culturais, a proibição de práticas tradicionais e a imposição de narrativas eurocêntricas sobre a história africana —Os modelos ocidentais têm sido indevidamente privilegiados em relação aos

outros, ao serem tratados como a essência da racionalidade (Masolo, 2010, p. 316), o que impacta diretamente a subjetividade.

Apagando a história de um povo, apaga-se também a identidade que é a consciência de si e, conseqüentemente, a autoestima. Sueli Carneiro convida a refletir sobre de qual maneira o epistemicídio é uma dessas expressões de linguagem que objetiva não apenas apagar as produções de conhecimento de povos colonizados. Em conjunto com o epistemicídio são orquestradas maneiras de permanência em profundos e constantes processos de desumanização (Carneiro, 2005). O sucateamento da escola pública, a negação do acesso à educação de qualidade, a constante deslegitimação da produção intelectual negra e as recorrentes discriminações em espaços de aprendizagem.

O tráfico transatlântico também desempenhou um papel significativo no epistemicídio da história e cultura africana. Milhões de africanos foram arrancados brutalmente de suas terras natais, perdendo laços familiares, tradições, costumes, línguas e religiões. Suas histórias pessoais e comunitárias foram apagadas e suas contribuições para a cultura e sociedade brasileira foram sistematicamente desprezadas. Apesar do projeto de apagamento, a cultura e história africana demonstram notável resistência. Durante o movimento de descolonização no século XX, muitos países africanos lutaram pela independência e pela revitalização de suas culturas e idiomas.

Embora haja um movimento modesto para reparar as brutalidades, injustiças e violências do epistemicídio, o processo envolve o reconhecimento das contribuições africanas para a civilização global, principalmente para brasileira, para a qual ocorreu a maior diáspora de África, mediante a devolução de artefatos culturais saqueados e presentes em museus europeus e a promoção da educação sobre a história e cultura africanas em todo o mundo e especialmente no Brasil. —É preciso, também, desafiar o racismo epistêmico, denunciá-lo, se colocar radicalmente contra ele em todos os aspectos (Nogueira, 2014, p. 98).

O epistemicídio da história e cultura africanas e afro-brasileiras é um lembrete sombrio de como o poder e a dominação podem levar à destruição do conhecimento e da identidade. O fato demonstra que os navios negreiros foram substituídos por uma sociedade estruturada em classes (Mbembe, 2018). No entanto, é também uma história de resistência, perseverança e esperança na redescoberta e celebração das riquezas culturais de África. É urgente valorizar e reconhecer a diversidade cultural e a contribuição do povo negro e suas riquezas materiais, culturais e históricas para a formação do povo brasileiro (Pinheiro, 2023).

A história do Brasil e do povo negro foi contada pelos usurpadores, pelos sequestradores de seres humanos (Ribeiro, 2019). —O projeto de colonização tem criado essas

identidades, para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas (Ribeiro, 2019 p.29).

Os livros de História resumem a história deste povo ao período escravagista (Gonzalez, 2018). Desde muito cedo as crianças são ensinadas nas instituições escolares que o povo negro passou a existir a partir do início do tráfico de pessoas. Os reinos, as línguas, a diversidade cultural, os processos de luta e resistência no continente africano e nas diásporas é totalmente apagado das proposições curriculares nos três níveis federativos (Rangel, 2023). Existe uma legislação vigente, a 10.639/2003, que prevê o ensino de história africana e indígena em instituições de ensino públicas e privadas em todos os níveis de ensino, inclusive no superior (Rangel, 2023).

A história de escravização do povo negro não desperta orgulho em jovens, adolescentes e adultos (Moreira, Silva 2019). Reconhecer, saber que seus ancestrais foram sequestrados, explorados e violentados por quase quatro séculos, é acessar um passado de dor, sofrimento e humilhações. A sociedade e as instituições escolares reduziram a história do povo negro ao período escravocrata, o período é retratado como se não tivesse havido resistência, organização, confronto, luta. Almeida (2019) e Santos (2022) afirmam que a inclusão de referências e conteúdos afro-brasileiros no currículo de formação continuada de docentes e a valorização da diversidade racial são práticas eficazes para a construção da igualdade racial.

A historicidade, cultura e religião africana são distorcidas e negadas. O reduzido recorte apresentado é negativo, estereotipado e demonizado. A escola é o primeiro espaço no qual as tensas relações étnico-raciais emergem de forma conflituosa e violenta, segregando, excluindo, humilhando, ridicularizando e negligenciando os estudantes negros (Rangel, 2023).

Nada é mencionado ou ensinado sobre os reinos africanos: —Não são apenas descendentes de europeus que possuem ancestralidade real. Os povos africanos e indígenas também tinham seus reis e rainhas e, no caso específico do africano, os primeiros reinos surgiram lá (Pinheiro, 2023, p. 98). Nos livros de ciências a brutalidade permanece. O corpo que representa a humanidade nestes manuais é branco, magro e masculino, sendo assim, tudo que está fora desta representação é menos humano (Pinheiro, 2023, p. 118).

Mesmo sendo vítimas do racismo, muitas pessoas negras admiram e idealizam a branquitude, passando por um branqueamento ideológico, cultural e estético, rechaçando e negando tudo relativo à negritude: traços, cabelos, música, costumes, culinária. —Pensar sobre a identidade negra redundava sempre em sofrimento para o sujeito (Santos, 2022 p. 35). Fazem

uso destas atitudes como estratégia de enfrentamento ao racismo, sem terem consciência de que estão se aliando aos seus algozes (Santos, 2022 p.35). —O modelo de identificação normativo-estruturante com o qual ele se defronta é o de um fetiche: o fetiche do branco, da brancural (Santos, 2022 p. 27).

Um das primeiras experiências da luta contra a negritude e em direção ao ideal branco, consiste na tentativa de reverter características biológicas do corpo (Santos, 2022). Acredita-se na ilusão da intervenção na herança genética, por meio de artefatos mecânicos utilizados no corpo (Santos, 2022, p.36). O corte total ou alisamentos dos cabelos e as cirurgias plásticas exemplificam a colocação da autora. Acreditam assim estarem inseridos em melhores posições na sociedade brasileira (Moura, 2020; Domingues, 2003). Quem detem a narrativa, o local de fala é a branquitude e são eles que contam a história do povo negro (Ribeiro, 2019).

A colonialidade do conhecimento como currículo é pensada e reproduzida a partir de uma perspectiva eurocêntrica onde os brancos criaram todas as formas de conhecimento e que só tiveram ancestrais poderosos (pensadores, cientistas, reis e rainhas); os negros, mesmo sendo o primeiro grupo de seres humanos, são seres cujas histórias foram bloqueadas na lógica da escravidão moderna ao longo dos últimos quatro séculos (Pinheiro, 2023, p. 26). —Negros não são apenas descendentes de europeu, possuem ancestralidade real.

Mesmo sendo os primeiros seres humanos as pessoas negras assistem suas histórias serem apagadas nos últimos quatro séculos. (Pinheiro, 2023). A colonialidade do saber fez com que o currículo escolar fosse construído sob uma perspectiva eurocêntrica na qual a branquitude é a precursora de todas as formas de conhecimento e somente eles possuíam ancestrais potentes (Pinheiro, 2023).

Abdias Nascimento, em *Quilombismo* (1980), realiza uma descrição detalhada sob a égide do racismo. O preconceito racial é o motivo dos ataques constantes sofridos pelo povo negro e pela negação e ocultação de toda contribuição e protagonismo destes povos na história brasileira. —A memória dos afro-brasileiros, muito ao contrário do que afirmam aqueles historiadores convencionais de visão curta e superficial, não se inicia com o tráfico escravo nem com os primórdios da escravidão, no século XVI (Nascimento, 2022, p. 199). —O mergulho no abismo do passado é condição e fonte de liberdade (Fanon, 2018, p. 89; Morales, 1991). Sabendo das origens, mirando o passado é que se pode criar consciência de si, iniciando o percurso pela ancestralidade, a partir deste movimento é que novos passos serão traçados em direção à emancipação (Pinheiro, 2023 p. 99).

A persistência da colonialidade e do apagamento na teoria pós-colonial e na linguística crítica requer análise. A história que foi e é oficialmente contada foi quem construiu a consciência do povo preto, a história que foi sordidamente roubada. A usurpação destas memórias produz feridas mentais e a própria negação de si (Gonzales, 2018). É importante salientar a ênfase dada ao não-lugar ocupados por pessoas negras (Rangel, 2023).

A África tem uma longa história de inovações epistemológicas e linguísticas. Tais inovações e conhecimentos não foram suficientes para conter a brutalidade colonial que levou à disseminação global dos seres humanos, e que também foram apagadas pelo colonialismo europeu. Os governos pós-coloniais não prestaram atenção suficiente aos direitos humanos e linguísticos (Quijano, 2010).

A persistência da colonialidade e do apagamento na teoria pós-colonial e na linguística crítica requer análise. Alcançar a justiça epistêmica requer uma ruptura radical que envolve a descolonização das instituições públicas e das ideias da sociedade civil (Quijano, 2010). Processos colaborativos de debate e estudos devem se afastar do colonialismo e se concentrarem no Sul e podem alcançar de forma mais eficaz a justiça social e transformação das mentes.

Portanto, a história da população negra não se resume à subjugação. Ela é marcada por inúmeras resistências e movimentos de luta (Carneiro, 2005). O corpo docente é uma peça primordial nesta engrenagem de mudança para levar os estudantes a conhecerem a verdadeira história. —A professora, o professor, é um portal que une as memórias e os conhecimento de mundo antigo à construção do mundo que está por vir! (Pinheiro, 2023, p. 150). —As histórias sobre o povo negro foram utilizadas para caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar! (Adichie, 2019, p. 64).

A autora Chimamanda Ngozi Adichie compartilha suas experiências de infância na literatura. Essas experiências permitiram-lhe visualizar a representação intrincada questionável e única a partir do local de suas percepções. A autora relata a sua primeira exposição à literatura europeia, cuja narrativa apresentava personagens de fenótipo predominantemente branco comendo maçãs, brincando na neve e discutindo sobre tempo (Adichie, 2019).

Uma realidade completamente distinta da de seu país de origem, a Nigéria, onde come-se manga, não existe neve e não havia o costume de falar sobre o tempo, como pode ser percebido no seguinte trecho do livro: —Como eu só tinha lidado com livros em que os personagens eram estranhos, eu havia me persuadido de que os livros, por sua natureza,

devem ter estranhos e falar sobre coisas que eu mesmo não conseguia identificarl (Adichie, 2019, p. 13).

É importante salientar a ênfase dada ao não-lugar ocupado por pessoas negras. No caso das mulheres negras, são o outro do outro: o outro do homem branco, o outro da mulher branca. A maioria desses estereótipos do não-lugar vem de países considerados subdesenvolvidos e são criados e enfatizados por países considerados desenvolvidos. Essas comunidades acabam por se subordinar histórica e socialmente a partir de uma narrativa oficial que circula hegemônica em diferentes espaços de conhecimento (Adichie, 2019).

Consequentemente, esta narrativa de versão oficial destas sociedades, como bem assinala Adichie, não corresponde à realidade do seu local de origem e provoca episódios de violência epistêmica e física que assumem a materialização de ataques de racismo e xenofobia. Vale ressaltar que, tal problemática afeta também o autorreconhecimento e empoderamento de identidades e raízes culturais destas comunidades (Adichie, 2019).

2.2 Poder e Dominação Sobre Corpos Negros

Desde as grandes navegações, os portugueses que invadiram o Brasil estranharam os povos originários aqui presentes devido à cor de sua pele (Schwarcz 2012). Devido às diferenças biológicas, ainda no século XVIII, os cientistas nomearam os povos originários de —raças diferentes|. Nos séculos seguintes XIX e XX as características morfológicas também são salientadas e começam a ser uma questão de diferenciação: tamanho da face e crânio, modelo de nariz e boca, enquadrando os negros como raça diferente (Munanga, 2017). É a partir de então que raça começa a ser uma questão de diferenciação para estereotipar, discriminar, marginalizar e dominar (Schwarcz, 2012).

A partir deste momento, instaura-se o racismo na era colonial com a legitimação da ciência (Teixeira, 2015). Em qualquer momento que alguém é diferenciado, em que suas —diferenças são atenuadas| existe ali um ato de discriminação, segregação, exclusão. As narrativas histórico-culturais moldam identidades, estigmas e preconceitos.

Depois de findado o período escravocrata no Brasil que perdurou 388 anos, quase quatro séculos, a dominação perdurou (Gomes, 2022). A marginalização, violência e exclusão não foram finalizadas em 13 de maio de 1888 (Gomes, 2022). A população negra permaneceu sendo perseguida, violentada, aviltada e morta. Morta fisicamente e simbolicamente (Gomes,

2022). Aqueles que conseguiam resistir, sobreviver, eram encarcerados ou proibidos de trabalhar e viver dignamente e toda essa dominação com o aparato estatal como pilar (Mbembe, 2018). Proibidos de possuir terras, frequentar bancos escolares, jogar capoeira e fazer música. É a aniquilação total, de qualquer possibilidade de tornarem-se sujeitos, seja através do trabalho, seja através de seus costumes e cultura. Um projeto de poder, estrategicamente planejado para subjugação da população negra.

A lei 1 de 14 de janeiro de 1837 proibia as pessoas negras, escravizadas ou libertas de frequentar as instituições escolares (Gomes, 2022). A lei 601 de 18 de setembro de 1850 estabelece que a posse de terras somente pode ocorrer através de compra ou doação estatal. Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, a lei do ventre livre, previa que os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir desta data eram livres (Gomes, 2022). Seria possível um recém-nascido conseguir sobreviver apartado de sua mãe? Acaso as mulheres escravizadas possuíam núcleos familiares a quem pudessem confiar o cuidado de seus filhos —nascidos livres!?

Em 1885 a lei do sexagenário, número 3.270 de 28 de setembro de 1885 (Gomes, 2022) concedia o benefício da liberdade às pessoas escravizadas que completassem 60 anos. Importante ressaltar que a expectativa de vida das pessoas escravizadas no período colonial era de 19 anos, devido às condições insalubres e condições extenuantes de exploração (Schwartz, 2013).

A lei Áurea 3.353 de 13 de maio de 1888 vem após 388 anos de escravização. A maioria das pessoas já havia conquistado a liberdade através de luta (Gomes, 2022), por fuga, movimentos abolicionistas negros ou compra de alforria. A escravização brasileira já era insustentável, o povo negro já havia se libertado (Gomes, 2022). A benevolente princesa Izabel somente legalizou um movimento já estabelecido e consolidado (Gomes, 2022). E mesmo assim assumiu o protagonismo da narrativa da abolição da escravatura e é ovacionada nos livros de História e pela sociedade até a atualidade (Gomes, 2022).

Em 1890, dois anos após a lei Áurea, através no decreto 847 de 11 de outubro de 1890, a nomeada Lei dos vadios e capoeiras, encarcerava aqueles que permaneciam nas ruas sem trabalho ou residência comprovada e, aos que jogassem ou portassem objetos relativos à capoeira, eram encaminhados ao cárcere (Gomes, 2022). Lei 5.465 de 3 de julho de 1968, Lei do Boi, destinava aos descendentes dos donos de terras a reserva de 80% das vagas em escolas técnicas e nas universidades para este público. Somente 100 anos após a promulgação da lei Áurea, exatos 488 anos, a Constituição de 1888 tipifica racismo como crime no artigo 4º, os incisos II prevalência dos direitos humanos, VI defesa da paz, VIII repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Desde a abolição, quando as pessoas negras conseguiram se colocar no mercado de trabalho, ocupando cargos subalternos e estigmatizadas por serem consideradas mão de obra desqualificada, nada foi feito no âmbito das políticas públicas para que tal realidade fosse transformada (Gomes, 2022). Ao contrário, o Estado brasileiro legislou contra a população negra um século depois do fim do período escravocrata (Gomes, 2022).

O racismo é uma superestrutura que alimenta o sistema capitalista. Corpos marginalizados e subalternizados produzem lucro ao sistema capitalista. —[...] a história do capitalismo foi marcada pelos mais virulentos racismos já conhecidos até hoje (Heller, 2011, p. 78). Para corpos negros, a dose de violência e exploração é ainda mais feroz. A estes corpos estão reservados os trabalhos estigmatizados e braçais.

O sistema capitalista, cuja aviltante concentração de renda, é o fator basilar de sua manutenção se beneficia de corpos dóceis e produtivos (Foucault, 2004). Grandes capitais foram acumulados no período escravocrata através de mais de três séculos de escravidão. O racismo e os instrumentos de dominação não são ideologias e tecnologias estáticas, mas sim um aparato político-ideológico que se reestrutura para se adaptar às inovadoras tecnologias produtivas (Fanon, 2022).

O sistema de dominação continua ativo, vivo e faminto (Fanon, 2022). O poder de dominação sobre corpos negros age na alta evasão escolar (Borges, 2019), na negação ou tentativa desesperada de afastamento da negritude (Fanon, 2022), na aversão aos traços negroides (Gomes, 2019). —Ao proteger as pessoas brancas e elegê-las como padrão universal de beleza, inteligência, competência e civilidade, o racismo inculca e gera em suas vítimas, um sentimento antagônico a todos esses atributos (Gomes, 2019 p.59).

A dominação é evidente e não mencionada para a manutenção de privilégios. Um grupo perde e outro lucra com a dominação. Almeida (2019, p. 57) alerta: —[...] que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos sociais detêm privilégios.

Casa Grande & Senzala lançado em 1933 por Gilberto Freyre faz parte do projeto de identidade nacional que teve como objetivo a propagação da ideologia da democracia racial, da convivência harmoniosa entre as raças (Guimarães, 2021; Moura, 2020; Munanga, 2017). O objetivo da obra era ovacionar a mestiçagem e fazer desta a identidade brasileira. Para Munanga (1999) o conceito de mestiçagem é ideológico e não biológico. Assim como o conceito de raça é social e não biológico (Munanga, 1999).

O precursor do mito da democracia racial, através da propagação de sua ideologia, intencionava transmitir a imagem de um país miscigenado de três raças, tolerantes, sociáveis e amistosas entre si. Freyre (1933) consolidou o mito da formação da sociedade brasileira com a mistura das três raças: branca, negra e indígena e através desta mistura surgiram as heranças culturais da miscigenação. —Da ideia dessa dupla mistura brotou lentamente o mito da democracia racial: somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreiras, sem preconceito (Munanga, 1999, p. 79).

Consolida-se assim um branqueamento ou negação da negritude sob a perspectiva da democracia (Teixeira, 2015; Silva, 2017). Divulga-se assim um país miscigenado e não negro, um país que está caminhando em direção ao branqueamento que simboliza a evolução, o desenvolvimento (Fernandes, 2019).

Na mesma obra precursora da ideologia do paraíso das três raças (Munanga, 2017), o autor defende a tese de que a escravização ocorrida no nordeste brasileiro apresentou menor grau de violência se comparada a outros países (Freyre, 1933). O mito criado e consolidado nesta obra, camuflou as mazelas do racismo à brasileira e que ocasionou a falsa atmosfera da harmonia entre as raças alienando principalmente o povo negro que percebia as desigualdades e pobreza como fracassos pessoais (Munanga, 2017).

Eu resumiria o racismo brasileiro como difuso, sutil, evasivo camuflado, silenciado, em suas expressões e manifestações, porém eficiente em seus objetivos, e algumas pessoas talvez suponham que seja mais sofisticado e inteligente do que o de outros povos (Munanga, 2017, p. 41).

A tecnologia mencionada e estrategicamente planejada e executada inutilizou o povo negro para a luta por igualdade. A burguesia reestrutura constantemente os instrumentos de produção e das relações sociais, mas a dominação e a exploração permanecem com uma nova roupagem (Marx; Engels, 1998, p. 11).

A relação entre poder e dominação de corpos negros é uma questão intrínseca que perpassa a história da humanidade e continua a ser um grande desafio premente na contemporaneidade (Fanon, 2022). Para compreender esta dinâmica complexa, é necessário examinar o papel desempenhado pela raça e pela cor da pele na determinação do acesso ao poder e à autoridade, bem como as formas sutis e evidentes de opressão que afetam a população negra. A perspectiva histórica e cultural deveria destacar a trajetória de luta e

resistência negra ao longo dos séculos e as formas contemporâneas de poder e dominação que persistem a marginalizar, estigmatizar, excluir e negar direitos (Rangel, 2023).

A história de poder e dominação de corpos negros remonta aos primórdios da invasão europeia em África e a exploração nas Américas. O tráfico transatlântico, que durou séculos, foi um dos exemplos mais extremos dessa relação (Muanaga, 2017). A brutal exploração de africanos escravizados, sua negação à propriedades, à mercadorias, a negação de direitos básicos e a constante humilhação serviram como um alicerce para a acumulação de riqueza e poder por parte das elites brancas (Munanga, 2017). Essa forma extrema de dominação estabeleceu um padrão que, em muitos aspectos, ainda opera na sociedade contemporânea, com desigualdades raciais assustadoras protagonizando as estatísticas no desemprego, na renda, nos índices educacionais, em todos os tipos de violências, nos moradores de favelas e periferias e no acesso às universidades (Almeida, 2018).

Apesar dos avanços na luta contra o racismo, persistem formas mais sutis de poder e dominação que afetam os corpos negros (Kilomba, 2019). Além disso, as disparidades econômicas, a segregação habitacional e as disparidades na educação demonstram a persistência do poder e da dominação racial (Borges, 2019).

A representação na mídia e na cultura popular também desempenha um papel fundamental na forma como os corpos negros são vistos e tratados na sociedade (Quintão, 2004; Gomes, 2022). Os estereótipos prejudiciais e representações negativas contribuem para a perpetuação do poder e da dominação (Gomes, 2019). —Essa negatividade é expressada principalmente em seus corpos, na superfície de sua pele e no tipo de cabelo. Quanto mais preta é a cor da pele e mais crespo o tipo de cabelo, mais as pessoas que possuem tais características são desvalorizadas e ensinadas a se desvalorizar (Gomes, 2019 p.57).

O sistema judiciário brasileiro, em conjunto com as forças de segurança, por exemplo, age desproporcionalmente nas comunidades negras, desde prisões em massa até casos de brutalidade policial (Borges, 2019). Além disso, as disparidades econômicas, a segregação habitacional e as disparidades na educação demonstram a persistência do poder e da dominação racial.

A representação na mídia e na cultura popular também desempenha um papel importante na forma como os corpos negros são vistos e tratados na sociedade (Quintão 2004; Borges, 2019). Especificamente em relação às mulheres negras, estereótipos prejudiciais e representações negativas contribuem para a perpetuação do poder e da dominação (Quintão, 2004). Personalidades negras são constantemente retratadas como brancas. Machado de Assis,

Chiquinha Gonzaga, Nilo Peçanha, Maria Firmina Reis, Clara Nunes, Alexandre Dumas e outros (Pinheiro, 2023).

O poder e a dominação de corpos negros são questões profundamente enraizadas na história e na sociedade contemporânea (Almeida, 2018). A luta contínua pela igualdade e justiça. É um lembrete de que a resistência e a resiliência da população negra continuam a ser uma força motriz na busca por um mundo mais justo e igualitário (Souza, 2022). Para superar essas formas de poder e dominação, é essencial que a sociedade reconheça as injustiças do passado e do presente para criar mudanças significativas e duradouras.

2.3 Poder Simbólico

A teoria do Poder Simbólico foi formulada entre os anos 1950 e 1960 na Argélia, colônia francesa. O poder simbólico do qual Bourdieu (1989) trata nesta obra, se refere ao poder invisível, encoberto, presente em diversas relações sociais. O poder simbólico não é explícito como o braço armado do Estado (Mbembe, 2018). Como elucida Rosa (2017, p.5) —(...) o poder tem uma dimensão eminentemente coercitiva, sendo a violência física um instrumento comum, e o Estado, detentor exclusivo de tal prerrogativa. Existem outras relações em que a opressão é clara, visível, como é o caso das profissões estigmatizadas como afirma (Pereira, 2021 p. 839) ou das religiões não cristãs a exemplo das religiões de matriz africana como a Umbanda e o Candomblé que são alvos constantes de violência.

Pereira (2021) elucida que colonialismo e colonialidade são conceitos e processos, interseccionais. O colonialismo se deu pela invasão de países europeus em territórios na América do Sul e da África. A colonialidade pode ser entendida como o espólio do colonialismo que persiste com a lógica da dominação e exploração, apesar de a maioria dos países colonizados haverem conquistado sua independência. A dominação simbólica, ideológica, cultural, religiosa e linguística, ainda perdura como definem (Kilomba, 2019; Fanon, 2022).

Bourdieu salienta que o poder invisível exercido conta com a conivência de quem o exerce e também daqueles que estão subordinados a ele. (Bourdieu, 1989, p. 7). O autor afirma que o poder simbólico é estruturante pois, é estruturado, ou seja, este poder é a base, o alicerce das ideologias da classe dominante. Tais ideologias são amplamente divulgadas e reiteradas pela mídia e pela indústria dos bens de consumo cultural que a todo instante

consolidam estes princípios, como exemplo as produções cinematográficas, livros, revistas, mídias sociais e até mesmo a academia. —O racismo e a branquitude, ao operarem em conjunto, lançam dardos venenosos sobre a construção da identidade negra e tentam limitar os indivíduos negros, sobretudo as crianças e as mulheres que, ao se mirarem no espelho, veem aquilo que ele – o racismo - coloca à sua frente (Gomes, 2019 p.74).

Uma sociedade dividida em classes multirraciais e racistas, como a brasileira, a raça imprime funções simbólicas estratificadoras ou valorizadoras (Santos, 2022). As categorias raciais fomentam as designações dos indivíduos em distintas posições dentro da pirâmide social (Santos, 2022). Quanto mais próximos dos padrões raciais da classe dominante da branquitude, melhor a posição ocupada na escala social (Santos, 2022 p.49).

A elite do dinheiro financia pesquisas, projetos, que legitimam seus ideários (Souza, 2017). —Ninguém na mídia cria alguma ideia. Fala-se aqui obviamente de ideias-força, aquele tipo de pensamento que conduz a sociedade para um sentido ou outro é restrito a intelectuais e especialistas treinados (Souza, 2017, p. 25). As ideias que estruturam a sociedade são sempre as ideias de quem domina, subjuga, oprime (Souza, 2017). A divulgação e reprodução das ideologias elencadas são um produto para a elite do dinheiro, valendo a manutenção do *status quo*, que mantém o valor financeiro, visto que gozam de privilégios.

O poder exerce uma persuasão tão eficaz que os dominados sentem as desigualdades e as injustiças como algo natural. A cultura hegemônica contribuiu para a integração da classe dominante —assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes (Bourdieu, 1989, p.10). Para uma inclusão fictícia da sociedade, entre dominadores e dominados, estimula-se uma falsa consciência dos dominados para que a hierarquização seja legitimada (Bourdieu, 1989, p. 10).

Os estudantes negros e periféricos dos quais tratarão esta pesquisa, estão submetidos a este poder simbólico duplamente, por serem negros e periféricos. Em uma sociedade marcadamente racista e classista, jovens são influenciados. Os oprimidos vivenciam a opressão, a dominação, atravessando os sujeitos de maneira sutil e subjetiva (Bourdieu, 1989).

O atravessamento subjetivo é o poder simbólico operando (Bourdieu, 1989). Através de mecanismos estruturados e estruturantes da comunicação e da produção de conhecimento é que os sistemas simbólicos concluem a função política de instrumentos de imposições e legitimações da dominação (Bourdieu, 1989). Estes mecanismos contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (Bourdieu, 1989). Configura-se assim a —violência simbólica, dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e

contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (Bourdieu, 1989, p. 11).

O racismo brasileiro possui caráter estrutural e estruturante (Almeida, 2018). É exercido pelo braço forte e armado do Estado, no interior das organizações públicas e privadas e no mercado de trabalho (Mbembe, 2018). O Estado age como criador da inversão da morte e da vida, portanto representa um sistema que ancora a soberania do próprio Estado, guiado pela lógica da licença para matar e escraviza para a manutenção da soberania (Mbembe, 2018).

Os indicadores sociais comprovam os números de pessoas negras vivendo abaixo da linha da pobreza e insegurança alimentar, e a relação direta com o mercado de trabalho e as instituições públicas e privadas. —Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados e em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações (Silva, 2017, p. 129).

Muitas pessoas negras, quando despossuídos de uma consciência histórico-crítica sobre sua realidade social, acabam incorporando o sentimento de inferioridade e culpabilidade pela realidade em que vivem, achando que somente podem exercer papéis sociais subalternizados e suprimindo desejos de um futuro melhor (Souza, 2022; Helal, 2011).

O racismo estrutural, aliado ao pacto narcísico da branquitude, permanece negando direitos e concedendo privilégios (Almeida, 2018; Bento, 2022). Acredita-se que o racismo performa de maneira individual, em pessoas com deformação no caráter, desconsiderando uma estrutura de poder e dominação que atravessa as subjetividades das pessoas e age diretamente dentro das organizações (Resende; Pereira 2023). Este fenômeno tem como resultado deliberações e políticas institucionais que atribuem vantagens e desvantagens baseadas em raça (Almeida, 2018; Bento, 2022; Fanon, 2020; Gouvêa & Oliveira, 2020). Identificar os casos e os agressores não resolverão o problema da desigualdade racial no Brasil (Pinheiro, 2023, p.73).

A palavra branquitude não se refere às pessoas brancas e suas particularidades, consiste em uma categoria social com vantagens simbólicas, subjetivas e materiais direcionadas para pessoas tidas como brancas em uma sociedade na qual o racismo é estrutural (Pinheiro, 2023). —Essa identificação no Brasil é fenotípica, ou seja, se dá pela estética e não pela constituição genética (genótipo) (Pinheiro, 2023, p. 40).

A branquitude é um local na estrutura que preserva a sanidade, o conforto, o bem-estar psíquico, no qual os privilégios se materializam através de diversas vantagens econômicas e

sociais fomentadas pelo Estado (Bento, 2022). Para Almeida (2018), o racismo estrutural e o institucional têm sido conceituados pela literatura como intercambiáveis. Portanto, nesta concepção, o racismo tem sido abordado na perspectiva individual ou grupal e deveria ser combatido com penalidades jurídicas, isentando assim a sociedade e as organizações, reduzindo-o à esfera individual (Almeida, 2018).

O racismo, em nível micro, como um problema individual, desconsiderando a dimensão estrutural, (Almeida, 2018), é perfeito para as discriminações indiretas, onde não existe uma agressão clara, direta. Nesta modalidade de racismo as agressões são subjetivas, subliminares. Rangel (2023, p.47) pontua: —A discriminação indireta é marcada pela ausência de intencionalidade explícita de discriminar pessoas. A discriminação, a humilhação, ocorrem de maneira velada, ignorando, desacreditando, tratando de maneira diferenciada, esquecendo nomes, trocando nomes, negando direitos mínimos.

Pierre Bourdieu (1989) e Foucault (2008), respectivamente, desenvolveram conceitos distintos sobre o poder simbólico e o poder em geral. Bourdieu, sociólogo francês, desenvolveu a teoria do poder simbólico como parte de seu trabalho sobre a teoria da prática e da reprodução social. Para Bourdieu (1989), o poder simbólico refere-se ao poder que opera por meio de símbolos, signos e representações, e que é muitas vezes sutil e não reconhecido. Este poder influencia o comportamento e as percepções das pessoas, moldando suas escolhas e decisões de maneira invisível (Bourdieu, 1989).

O poder simbólico está profundamente enraizado nas estruturas sociais, nas práticas culturais e nas instituições (Bourdieu, 1989). O poder simbólico é exercido principalmente pelas elites culturais e dominantes, que detêm o controle sobre os campos simbólicos, como a arte, o Estado, a educação e os meios de comunicação (Bourdieu, 1989). Através da imposição de padrões culturais e normas simbólicas, essas elites moldam a visão de mundo das pessoas e mantêm seu domínio. Os oprimidos enxergam e leem o mundo pelo vértice do opressor (Bourdieu, 1989).

Foucault (2008) adota uma abordagem diferente para entender o poder. O autor rejeita a ideia de que o poder seja uma entidade monolítica ou controlada por uma classe dominante. Em vez disso, Foucault (2008) conceitua o poder como disseminado por toda a sociedade e operando em redes complexas. Foucault (2008) descreve o poder como sendo "produtivo" em vez de simplesmente "repressivo". Ele argumenta que o poder não apenas impõe limites, mas também molda as identidades e as práticas das pessoas (Foucault, 2008). O poder é exercido em diferentes instituições e contextos, criando discursos e regimes reais que moldam como as pessoas se veem e se comportam (Foucault, 2008). Foucault (2008)

também enfatiza a importância da vigilância, do controle social e da disciplina como meios de exercer o poder. O autor analisa como instituições, como prisões, hospitais e escolas, regulam e normalizam o comportamento humano (Foucault, 2002).

Enquanto Bourdieu (1989) se concentra no poder simbólico e em como as elites culturais moldam a cultura e a visão de mundo das pessoas, Foucault (2008) aborda o poder como uma força disseminada e produtiva, moldando identidades e práticas em uma variedade de contextos sociais e institucionais. Para o filósofo, as relações sociais são inevitavelmente atravessadas pelo poder. Não é apenas o Estado que exerce poder sobre os cidadãos nem as classes burguesas sobre as classes trabalhadoras —(...) ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos (Foucault, 2002, p. 30). O autor assegura que as técnicas de poder vão se aperfeiçoando, aprimorando, não são estáticas e imutáveis (Foucault, 2002, p.16).

O poder disciplinar pretende condicionar, disciplinar os sujeitos (Foucault, 2002). É um poder móico, porém, contínuo e permanente. Além de serem domesticados simbolicamente, acreditam que a sociedade organizada injustamente como tal, é a ordem natural (Bourdieu, 1996). Para Bourdieu (1989) e Foucault (2008), o poder deve ser entendido como uma estrutura de relações que distribui posições hierarquizadas definindo acessos desiguais e recursos sociais estratégicos. —A estrutura é envolvida por uma luta simbólica que faz com que ela se apresente aos atores sociais tanto para dominados quanto dominantes como natural (Perissinotto, 2007, p. 317). Para ambos os atores sociais envolvidos, as posições hierárquicas são naturais (Bourdieu, 1996). Não enxergam nada de injusto ou desigual nas relações, seja a parte privilegiada, seja a parte subjugada (Bourdieu, 1996).

Para os Bourdieu (1989) e Foucault (2008), a percepção inicial de que a sociedade se estrutura com base numa distribuição desigual de recursos, que por sua vez, produz desigualdades estruturais quanto à capacidade de ação dos atores sociais, torna legítimo supor que a continuidade dessa situação se deve a mecanismos de poder que —convencem os dominados a aceitarem a sua posição inferior no sistema de diferenciações ou nas relações de força que caracterizam o campo.

Ou por outra, seria lícito supor que os dominados gostariam de reverter a sua posição caso tivessem consciência dela (Perissinotto, 2007, p. 317). O campo para Bourdieu (1989) é o meio social no qual as relações se dão na academia, no âmbito escolar, religioso ou familiar. De acordo com cada campo e atores sociais envolvidos é que os interesses e, conseqüentemente, as relações de poder são construídas.

Todas as relações sociais são perpassadas pelo racismo que é uma superestrutura (Almeida, 2018; Grosfoguel, 2020). As práticas racistas do grupo dominante, estão diretamente ligadas às vantagens materiais e simbólicas que a branquitude mantém em razão da desqualificação constante e sistemática do grupo negro (Hasenblag, 2022, p. 111). A branquitude e a negritude são posições sociais de privilégio e estigma (Bento, 2022). —O conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder (Foucault, 2008, p. 03).

A visão do ser-estar no âmbito escolar através das possibilidades de (in) visibilidade por meio das relações de poder são construídas na escola (Masson & Turgeon, 2018). O acesso à escola, apesar de ser um direito inalienável, não se destina a todos. Dentro deste ambiente que deveria ser democrático, inclusivo e acolhedor, a juventude negra é invisibilizada, excluída e marginalizada (Masson & Turgeon, 2018). A sala de aula é um campo de batalha no qual se estabelecem relações de poder. As relações estabelecidas no interior deste campo, muitas vezes são ditatoriais e violentas. Este poder invisível —só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo o exercem (Bourdieu, 1989, p. 8).

Estas violências brutais e sistemáticas às quais os estudantes negros são expostos durante todos os anos da escolarização básica totalizam 14 anos, desde a educação infantil até o ensino médio. —Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso (Santos, 2022 p. 25). Muitas vezes, fazem com que estudantes assumam uma postura passiva de inércia comportamental à qual se submetem, sem questionar de forma efetiva, por meio da luta por direitos, ou mesmo de maneira crítica. Este processo configura violência contra o exercício da cidadania (Masson; Brasil, 2018). O processo de silenciar e invisibilizar estudantes negros é concomitante ao processo de inferiorizar (Rangel, 2023)

Ignorar, menosprezar para atender aos projetos hegemônicos. O branco criou a inquisição, o imperialismo, o antissemitismo, o nazismo, o colonialismo e várias outras maneiras de despotismo e opressão (Souza, 2022, p.28). A grande questão é que as formas de opressão são reconfiguradas, reestruturadas, e se perpetuam, latentes, potentes e atuantes. A colonialidade, por sua vez, impõe um modelo de hierarquia social que se estrutura através de discriminações sociais, raciais e étnicas (Quijano, 2005), exercidas primordialmente pelos aparatos estatais. As relações de poder se consolidam através do olhar que o professorado dedica aos estudantes pertencentes a —outridade.

2.4 A Dominação Simbólica Através do *Habitus*

Para Bourdieu (1983) o *habitus* é um conjunto de princípios, valores, crenças, ideologias, gostos, preferências, adquiridos a partir de vivências sociais. O bom ou o mau gosto, preferências distintas ou vulgares, são incorporados a partir das classes sociais às quais os sujeitos pertencem (Bourdieu, 1983). O *habitus* das pessoas é direcionado desde os primeiros anos de vida pelas famílias e depois a escola e igreja contribuem para que se consolidem *habitus* específicos de lugares sociais. O *habitus* pode se transformar ao longo da vida de acordo com as experiências sociais dos indivíduos (Bourdieu, 1983).

Portanto o *habitus* posiciona os sujeitos nas classes sociais. Aqueles que incorporam *habitus* que não são de sua classe desejam pertencer à classe admirada. —*Habitus* é um princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas¹ (Bourdieu, 1983, p. 162). —E quando o *habitus* encontra um mundo social do qual é o produto, ele é como um —peixe na água: não sente o peso da água e toma o mundo como algo natural² (Bourdieu, 1983, p. 162). As desigualdades são percebidas como naturais (Bourdieu, 1983).

O *habitus* é um direcionamento para a construção da identidade social (Bourdieu, 1983). Pode se manifestar de maneira consciente ou inconsciente. Quando sujeitos incorporam hábitos de consumo que não pertencem à sua classe social, o *habitus* opera de maneira consciente (Bourdieu, 1983). Quando estudantes negros negam a negritude, se declarando pardos ou até brancos é o *habitus* inconsciente que opera. O sujeito procura se aproximar da branquitude, do que é valorizado e respeitado pela sociedade (Fanon, 2020). O *habitus* é flexível e mutável, pode se transformar (Bourdieu, 1983).

Assim como hábitos de consumo e de relacionar são construídos e consolidados socialmente, os colonizados também assimilam os padrões de comportamento dos europeus (Fanon, 2020). É comum encontrar brasileiros que exaltam e ostentam constantemente a ascendência e sobrenomes europeus. Os hábitos e costumes culinários da trisavó portuguesa ou italiana. É o *habitus* operando na branquitude. As pessoas negras procuram cegamente se aproximar desta branquitude, como afirma Fanon (2020, p. 34): —Quanto mais o colonizado assimilar os valores civilizados da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será³.

O fenômeno pode se manifestar de muitas maneiras: alisando ou raspando os cabelos, uso frequente de perucas ou alongamentos de cabelos longos e lisos, realizando cirurgias

plásticas para o afilamento do nariz, fazendo uso de cremes clareadores, priorizando relacionamentos com pessoas brancas, negando a existência do racismo ou negando a negritude (Santos, 2022).

A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um ideal ao ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório, incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo. (Santos, 2022 p.25).

Todo processo identificatório dos negros, transforma-se desta maneira, num ideal de regresso ao passado, onde este poderia ter sido branco, ou projetando tais ideias para um futuro o qual seu corpo e identidade negros deverão desaparecer. (Santos, 2022 p.29).

Portanto, a análise *in loco*, das questões estéticas, relativas ao corpo, são, ao mesmo tempo, tão subjetivas e latentes para jovens negros periféricos. —Uma visão panorâmica, rapidamente nos mostra que o sujeito negro, ao repudiar a cor, repudia radicalmente o corpo (Santos, 2022 p.29).

Existem construções conceituais subjetivas que expressam as experiências de dominação colonial e que perpassam as relações de poder a nível global (Quijano, 2005). A lógica global de racialização que tem como consequência a desumanização persiste mesmo após a extinção da maioria das colônias legalizadas (Maldonado-Torres, 2020).

Com a abolição da escravização, o conceito social de raça passou a ser reiterado, pavimento ideal para instauração do racismo (Quijano & Wallerstein, 1992). No pós-abolição, momento em que as relações sociais foram reestruturadas, as relações de dominação são pautadas na racialidade (Quijano, 2005). —[...] historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade / inferioridade entre dominantes e dominados (Quijano, 2005 p.21). Fanon (2022) adverte que a Europa consolidou um ideal civilizatório que condenou a África a um não lugar, que tem, como a mesma herança, o mesmo destino para pessoas negras que tem África como origem ancestral (Fanon, 2022). É primordial que os negros afirmem sua identidade para que assim ocupem lugares visíveis e assumam a negritude.

Vale dizer que a negritude, em seu estágio inicial, pode ser definida primeiramente como tomada de consciência da diferença, como memória, como fidelidade e como

solidariedade. Mas, a negritude não é apenas passiva (...)A negritude resulta de uma atitude proativa e combativa do espírito. Ela é um despertar; despertar de dignidade (Césaire, 2010, p. 109-110).

O racismo deixa marcas negativas e interfere diretamente em processos identitários (Munanga, 2019). O ambiente escolar é hostil e violento para estudantes negros, deixando feridas que interferem na subjetividade, na identidade e na autoestima e tendo como consequência deste processo violento... —o comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativol (Carneiro, 2005 p.97).

O distanciamento e apagamento da historicidade, foi uma estratégia utilizada no período da escravização e da colonização (Munanga, 2019). O objetivo era destruir a memória coletiva dos colonizados e escravizados (Munanga, 2019). A mesma estratégia é ainda utilizada. O processo de construção da negritude ou identidade negra, se refere à história que um povo tem em comum, conectando a totalidade de grupos de seres humanos que através da ótica ocidental branca, reuniu sob o nome de negros (Munanga, p.18 2019). Possuir ou construir o pertencimento à negritude, é ferramenta primordial para amenização das desigualdades.

Com o desenvolvimento da sociedade o racismo já não se atreve a se apresentar sem disfarces (Fanon, 2018). O sistema estrutural se reinventa e se reestrutura para continuar operando. —Contesta-se. Num número cada vez maior de circunstâncias, o racismo esconde-se (Fanon, 2018 p.83). O campo, local onde se estrutura o *habitus*, influencia diretamente a formação do *habitus* (Bourdieu, 1983). Quando estudantes pretos procuram agir, ser e existir como brancos é o ambiente escolar agindo diretamente no *habitus* destes estudantes.

O *habitus* influencia as práticas e percepções individuais (Bourdieu, 1983). O conceito refere-se a um conjunto de disposições internalizadas que orientam a forma como os indivíduos percebem, avaliam e agem no mundo (Bourdieu, 1983). Jovens pretos internalizam os valores culturais da branquitude. —O grupo inferiorizado tinha admitido, com uma força de raciocínio implacável, que a sua infelicidade provinha diretamente das suas características raciais e culturais (Fanon, 2018 p.85). Tais disposições são adquiridas através de experiências sociais e estão intimamente ligadas ao contexto cultural e social em que o indivíduo está inserido (Bourdieu, 1983). Simultaneamente o oprimido sofre um processo de aculturação e desaculturação produzido pelo racismo (Fanon, 2018). Portanto, a cultura hegemônica é interiorizada. Já a desaculturação é a degradação até alcançar a perda da cultura de um povo.

No ambiente escolar, a influência do *habitus* na constituição do espaço oferece uma lente eficiente para compreender as dinâmicas de reprodução social e as desigualdades educacionais. As escolas, como instituições sociais, não apenas transmitem conhecimentos, mas também reforçam e reproduzem as estruturas de poder existentes na sociedade (Bourdieu, 1983).

São nas escolas que crianças negras são expostas às primeiras violências racistas (Amaral, 2013; Cavalleiro, 2000; Cavalleiro, 1999; Gomes, 2019; Gomes; Teodoro, 2021; Gonçalves, 2015; Gonçalves, 1985; Leite; Salvador; Cunha Junior; 1979; Negrão, 1988; Souza, 2022; Trinidad, 2011), sejam elas cometidas diretamente por docentes sejam pela omissão dos mesmos diante de tais agressões (Teodoro, 2021).

O *habitus* dos estudantes, dos professores e gestores influencia e é influenciado pelas práticas escolares constituídas através do espaço que emite constantemente mensagens, conceitos. A escola pesquisada está repleta de linguagens e simbologias racistas. Os estudantes chegam à escola repletos de *habitus* que foram formados em grande parte por sua família, cultura e ambiente social (Bourdieu, 1983). Esse *habitus* molda suas atitudes em relação ao aprendizado, seus comportamentos em sala de aula e suas percepções do mundo e de si (Bourdieu, 1983). As evidências demonstram que estudantes de famílias privilegiadas, podem ter um *habitus* que valoriza a educação formal, a leitura e a expressão verbal sofisticada, o que tende a facilitar seu sucesso escolar (Bourdieu, 1983). Os mesmos estão, portanto, mais alinhados com o que Bourdieu chama de "capital cultural", que inclui o conhecimento, as habilidades e as atitudes que são valorizadas pela escola.

Por outro lado, estudantes de famílias da classe trabalhadora ou de minorias étnicas podem ter um *habitus* que não se alinha tão bem com as expectativas da escola (Bourdieu, 1983). Eles podem sentir que a escola não é um lugar onde eles pertencem. Isso pode resultar em um desempenho acadêmico inferior, não por falta de capacidade, mas porque o *habitus* deles não está em sintonia com as exigências da instituição escolar (Bourdieu, 1983). Este desencontro pode levar à perpetuação das desigualdades sociais, já que a escola acaba favorecendo aqueles cujos *habitus* estão mais próximos do "capital cultural" dominante (Bourdieu, 1983).

O *habitus* dos professores e administradores também desempenha um papel crucial na configuração do ambiente escolar. As percepções e expectativas que eles têm dos estudantes podem ser influenciadas por suas próprias experiências sociais e pelo *habitus* que desenvolveram ao longo de suas vidas (Bourdieu, 1983).

Além disso, o *habitus* dos professores influencia a forma como eles aplicam o currículo, avaliam o desempenho dos estudantes e lidam com questões disciplinares (Bourdieu, 1983).

As práticas pedagógicas e as normas escolares geralmente refletem os valores e as disposições da classe dominante, reforçando a hegemonia cultural e marginalizando aqueles cujo *habitus* são diferentes (Bourdieu, 1983). Este processo de reprodução cultural e social na escola contribui para a manutenção das desigualdades.

Em suma, a teoria do *habitus* de Bourdieu, 1983 ajuda a entender como as práticas educacionais e as experiências escolares estão profundamente enraizadas nas estruturas sociais. O *habitus* influencia tanto o comportamento dos estudantes quanto as práticas dos educadores, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais. No entanto, ao reconhecer essas dinâmicas, a escola também pode se tornar um lugar de resistência e transformação, onde os indivíduos têm a oportunidade de desenvolver novos *habitus* que podem desafiar e alterar as estruturas sociais existentes.

2.5 A Linguagem como Instrumento de Dominação

As relações sociais são criadas, estabelecidas e consolidadas através da linguagem (Foucault, 1996). Os padrões estéticos e o juízo de valor, são estabelecidos através da linguagem (Foucault, 1996). As ideologias somente se materializam e interferem diretamente na vida prática das pessoas através da linguagem (Foucault, 1996).

O poder simbólico de Bourdieu 1989 se materializa através da linguagem. É através da língua que se é estabelecido o normal e o anormal, o belo e o feio, o padrão e não padrão, o humano e aqueles que possuem a humanidade negada (Kilomba, 2019). —A língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade (Kilomba, 2019, p. 14). Através das terminologias de uma língua, percebemos constantemente quem é normal e a quem é dedicado o poder de representar a verdadeira condição humana (Kilomba, 2019).

Uma das principais estratégias dos colonizadores aqui na América do Sul e em África foi a imposição da língua (Fanon, 2020). A Inglaterra e posteriormente os Estados Unidos como potências econômicas, ideológicas e bélicas, também impõem a língua inglesa como um instrumento de dominação e poder, haja visto os currículos escolares brasileiros que ofertam

há décadas o inglês como língua estrangeira ao invés da língua espanhola de nossos vizinhos que estão situados no mesmo bloco continental (Rangel, 2023). Dos estudos em Administração com o tema diversidade publicados entre 2001 e 2019 no Brasil, de um total de 142 trabalhos, 10,5% foram publicados em inglês e somente 1% em espanhol.

O imperialismo vigente no mercado atravessa também as instituições escolares. Oferta como língua estrangeira o inglês ao invés do espanhol no Brasil, localizado no sul global onde a maioria dos países tem o espanhol como língua oficial. A proposição curricular do Estado brasileiro que privilegia a língua inglesa em detrimento da língua espanhola demonstra o interesse em manter conexão, contato e subserviência ao norte global ao invés de priorizar-se o ensino da língua espanhola, a língua mais falada na América do Sul, se desconectando, se distanciando de seu próprio continente (Rangel, 2023).

Língua é cultura e poder (Ribeiro, 2019). Quem aprende uma nova língua, não aprende somente a pronunciar palavras, aprende também sobre os costumes e cultura desse povo. Em Martinica colonizada pelos franceses, falar a língua materna era visto como impróprio, indesejável, as professoras corrigiam os estudantes que ousavam utilizar a língua materna nos bancos escolares e as famílias destinavam até castigos físicos para os filhos que não utilizassem o francês (Fanon, 2020).

A linguagem é a maneira de existir (Kilomba, 2019; Fanon, 2020). Portando, tudo aquilo que não é nomeado não existe e tudo passa a existir através da linguagem. Fanon (2020) afirma ainda que o complexo de inferioridade do povo colonizado, se dá devido ao extermínio da cultura local em conjunto com a imposição da língua do colonizador. É o caso dos países lusófonos africanos.

Os nativos possuem diversos dialetos que não alcançam o *status* de língua, mas a língua oficial dos países é a Língua Portuguesa, ministrada nas escolas e redigida em documentos oficiais. O intelectual delata ainda que, em Martinica, a burguesia não fazia uso do crioulo, língua falada pelos nativos. A escola estimulava os estudantes a desdenharem sua língua nativa e algumas famílias proibiam o seu uso e reprendiam severamente quem insistisse em sua utilização (Fanon, 2020 p. 34.)

O povo negro está sendo silenciado por quase cinco séculos (Ribeiro, 2019). Sua voz e grito são inaudíveis. Muitos não reconhecem ou compreendem sequer as razões desumanas e desiguais às quais estão sujeitos (Kilomba, 2019). Denunciar o discurso desumanizante é um caminho relevante que deve mobilizar outras linguagens que nos afirmem como humanos e humanas (Carneiro, 2005).

Uma das maneiras de exercitar a autonomia é formular um discurso sobre si (Santos, 2022). Quando as subjetividades das pessoas são atravessadas pelo discurso e ideologia hegemônicos declarar-se negro não é algo genuíno (Santos, 2022). Ocorre então a tentativa desesperada e frustrada de aproximar-se da branquitude (Santos, 2022). —As identificações normativo-estruturantes se dão através da mediação entre relações físico-emocionais criadas dentro da família e do estoque de significados linguísticos que a cultura põe à disposição dos sujeitos‖ (Santos, 2022 p.27)

A identidade do povo negro, para aqueles que possuem consciência, é construída através de percepções, observações, leituras e troca de experiências. É mais fácil, prático e confortável confiar e acreditar no mito da democracia racial e do mérito (Fernandes, 2019). —Assim, ser negro não é uma condição dada *a priori*. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro‖ (Santos, 2022 p.25).

De forma complementar, o racismo —[...] passa do sistema discursivo, uma série de palavras e imagens, por meio de associação, Equivalente a: África - Selva - Selvagem - Primitivo - Inferior - Animal – Macaco‖ (Kilomba, 2019). A linguagem promove estas associações. Estigmatiza um povo e exalta outro. A raça afeta diretamente a linguagem e as relações de poder e dominação (Kilomba, 2019). A Europa é vista como um microcosmo, é a humanidade universal, não são racializados. O discurso científico, em consonância com o discurso religioso, divulgado e praticado pela igreja católica, atribuiu a inexistência de almas às pessoas negras foi fundamental para o processo de construção de racialidade (Pinheiro, 2023 p. 40).

A linguagem é frequentemente vista como um instrumento de poder e dominação em diversas áreas da sociedade, incluindo política, cultura, comunicação e relações interpessoais (Kilomba, 2019). Essa ideia é baseada em teorias e observações que exploram como a linguagem é usada para influenciar, controlar e subjugar pessoas e grupos (Foucault, 1996). É através da linguagem que as injúrias raciais se concretizam e as estruturas de poder operam para subjugar e oprimir grupos minorizados (Kilomba, 2019).

O poder opera por meio da produção de conhecimento e da criação de discursos que definem o que é aceitável e legítimo em uma determinada sociedade (Kilomba, 2019). A linguagem, assim, torna-se uma ferramenta crucial na manifestação do poder (Foucault, 1996). As relações sociais são criadas, estabelecidas e consolidadas através do discurso (Foucault, 1996). Os padrões estéticos e o juízo de valor, são estabelecidos através do discurso. As ideologias somente se materializam e interferem diretamente na vida prática das pessoas através do discurso (Foucault, 1996).

Foucault (1996) define que em cada sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos. Ao invés de buscar a verdade ou a intenção por trás do discurso, ela propõe examinar as condições históricas e sociais que possibilitam a produção de determinados discursos, a reflexão de como o conhecimento é construído em diferentes épocas e contextos (Foucault, 1996).

As formações discursivas são um conjunto de regras, práticas e instituições que moldam a produção de discursos em uma sociedade (Foucault, 1996). Essas formações discursivas estabelecem o que pode ser dito, por quem, e em que contexto. Elas são instrumentos-chave na regulação do poder através do discurso. (Foucault, 1996). Os dispositivos de poder são intrínsecos à formação de discursos e à manutenção de estruturas sociais. Foucault (1996) desafia a ideia de que o discurso é neutro, conceituando que o discurso está sempre enraizado em relações de poder e vieses ideológicos inclusivos ou excludentes. Os discursos não apenas refletem a realidade, mas também a constroem, influenciando a percepção e a compreensão das pessoas (Foucault, 1996).

O discurso é utilizado a todo momento como um instrumento de poder e dominação em publicidades, músicas, filmes, imagens, símbolos, propagandas políticas e frequentemente utilizada na política para moldar a opinião pública, manipular eleições e consolidar o poder (Foucault, 1996). Políticas e governos podem usar discursos, *slogans* e retórica persuasiva para criar narrativas que atendam aos seus interesses e objetivos, distorcendo fatos ou mesmo criando-os (Foucault, 1996).

A utilização da palavra —escravo é muito problemática e denota a intenção de subjugar um povo simbolicamente e linguisticamente (Harkot, 2012). A expressão naturaliza a condição, reforça a ideia de que ser escravo é algo inerente a um determinado grupo de seres humanos (Harkot, 2012). Nesta mesma perspectiva o negro africano é retratado na condição de passivo, submisso, subserviente, escravo (Harkot, 2012). A professora Elisabeth Harkot, da Universidade de São Paulo (USP), aponta a relevância da carga semântica das palavras: —O ser humano, lançado à mera condição de mercadoria, é um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão. O vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade (Harkot, 2012, p. 8).

A linguagem é particularmente um mecanismo efetivo de exclusão (Kilomba, 2019). Para que pessoas excluídas sejam incluídas em diversos campos sociais, é imprescindível a adequação ao padrão discursivo dominante. Gírias, sotaques, marcadores regionais, são

utilizados para desqualificar grupos minoritários (Bickford, 1996 p. 97). A população negra possui menor acesso aos recursos materiais, menor tempo livre pois está sempre trabalhando em condições precárias e se protegendo da violência policial e sistêmica impetrada pelo Estado (Almeida, 2018).

As diversas desigualdades sociais tornam a população menos habilidosa na produção de um discurso adequado, mesmo porque a maioria ocupa cargos subalternos nos quais a argumentação, a tomada de decisão, não estão entre as suas atribuições (Rangel, 2023). Este fato tem como consequência a dificuldade de que seus interesses sejam explicitados e gerem mudança na ordem social.

O *status quo* é um campo em que se abrigam beneficiados e prejudicados e se apresenta para a sociedade como neutro (Bourdieu, 1996). Assim como o discurso, que se apresenta como neutro, é repleto de estigmas, ideologias e preconceito (Foucault, 1996). Através da linguagem, que pode ser expressa por meio de símbolos não-verbais, a realidade é constantemente construída e reconstruída (Rangel, 2023). Muitos linguistas consideram a linguagem como um campo científico neutro, porém os estudos indicam a linguagem como um campo interseccional, precursora do racismo linguístico. Nesta conjuntura, ao eliminar a categoria política de raça do discurso, a democracia racial foi institucionalizada (Fernandes, 2019). O mito realizou o mesmo movimento em relação à linguagem, eliminando do debate as desigualdades raciais (Collins & Bilge, 2021).

2.6 A Educação como Instrumento de Dominação e Discriminação

A escola desempenha um papel significativo na estratificação social (Bourdieu, 1998). Refere-se à divisão da sociedade em diferentes estratos ou camadas, com base em características como classe social, renda, educação, ocupação e *status*. —O racismo é um elemento constitutivo fundante de nossas organizações (Rezende, Pereira, 2023). São nas escolas que as crianças negras entram em contato com as primeiras e continuadas violências racistas (Pinheiro, 2023). Um número relevante de pesquisas corrobora a presença de discriminação racial e do racismo nas escolas, apresentando dados e fatos que demonstram a violência racista sofrida por estudantes negros no interior das instituições escolares. (Amaral, 2013; Cavalleiro, 2000; Cavalleiro, 1999; Gomes, 2019; Gomes; Teodoro, 2021; Gonçalves, 2015; Gonçalves, 1985; Leite; Salvador; Cunha Junior; 1979; Negrão, 1988; Souza, 2022; Trinidad, 2011).

As escolas ainda são um ambiente hostil e violento para estudantes negros (hooks,2022). —Nenhuma educação é politicamente neutral (Hooks, 2022, p. 53). Devido ao racismo estrutural inerente à sociedade brasileira, o racismo está presente nas instituições (Almeida, 2019). As violências partem de seus pares, do poder público e dos docentes. —É importante lembrar que, embora indivíduos específicos realizem ações que perpetuam o racismo, eles estão agindo dentro de uma estrutura maior que permite, e, muitas vezes, incentiva tais comportamentos (Rezende, Pereira 2023).

É importante enfatizar que as organizações escolares são produtos do Estado que ocupa amplo espaço no ordenamento político e manipula o sistema capitalista (Mbembe, 2018; Nascimento, 2019; Moreira, 2019). —Reconhecer os problemas que a educação perpetua é uma tarefa difícil, porém o grande desafio é —o que fazer depois que estes são reconhecidos e pontuados (Rangel, 2023 p.46)

O conteúdo do currículo ainda reflete vieses e preconceito cultural, racial, de gênero ou até religioso. —Isso mostra a grande necessidade de se refletir sobre este ponto e trazer as antologias negras e diaspóricas (Rangel, 2023 p. 68). Livros didáticos, materiais de ensino e currículos muitas vezes enfatizam perspectivas eurocêntricas ou etnocêntricas, excluindo ou marginalizando outras culturas e visões de mundo (Rangel, 2023). —O currículo escolar, embora tenha algumas mudanças, sempre tratou a raça como um problema ou é rejeitada como um fenômeno de poucas consequências (Woodson, 2021, p. 29).

A instituição escolar necessita assumir a função de despertar a consciência e apurar o senso crítico dos estudantes e não reproduzir a lógica e visão das classes opressoras. —A tarefa educacional, sob a perspectiva da classe dominante, é reproduzir a sua ideologia (Freire & Macedo, 2002, p.74). A função que a escola contemporânea vem exercendo é o de fomentar corpos dóceis e produtivos (Foucault, 2011), conveniente para o sistema capitalista, que se alimenta do racismo.

Os pensamentos das pessoas geram ações. O pensamento está imbricado nas aprendizagens sociais que se dão através das interações, das relações. As escolas são grandes mediadoras no processo de formação da aprendizagem e socialização dos indivíduos (Pinheiro, 2023). A escola, sendo um agente de socialização, compõe a personalidade integral de uma sociedade (Bourdieu, 1998). Portanto, o sistema de ensino... —é profundamente marcado por uma história singular e capaz de modelar os espíritos dos discentes e docentes tanto pelo conteúdo e pelo espírito da cultura que transmite como pelos métodos segundo efetua esta transmissão (Bourdieu, 1998, p. 227).

A abordagem adotada conduz os estudantes a acreditarem que apenas o norte global tem realizado contribuições significativas para a sociedade (Pinheiro, 2023). Os estudantes podem internalizar noções preconceituosas se não tiverem modelos diversos para se identificar e criarem a percepção: —sua raça como um vazio de realizações (Woodson, 2021, p. 33). Ou seja, nada de positivo e relevante foi construído por este povo.

Desta maneira, a escola, por meio das ações pedagógicas e pelas pessoas que aplicam tais práticas, exerce violência simbólica sobre os estudantes pois apresenta aos estudantes os conhecimentos e conteúdos de interesse das classes que ocupam os espaços de poder (Bourdieu, 1989). Desconsidera a cultura marginal como a música, literatura, poesia, a história, geografia e língua predominante do próprio continente e do próprio país. —Todas as opressões estruturais (racismo, classismo, sexismo, LGBTQIAPN+fobia, capacitismo etc.) encontram na escola um palco importante para a sua exposição e fortalecimento, pois a escola reproduz estes estigmas (Pinheiro, 2023, p.129). A escola, é o maior aparato ideológico do Estado (Bourdieu, 1998).

É importante salientar que muitos governos e organizações internacionais têm trabalhado para combater a discriminação racial e promover a igualdade de direitos para todas as crianças, independentemente de sua origem étnica (Almeida, 2018). A luta contra o racismo e a discriminação é uma questão importante e deve ser enfrentada por meio de políticas públicas, educação e conscientização do povo preto e da sociedade. Desde a Carta Magna que o racismo é crime no Brasil. Em 2023 a injúria racial foi tipificada como racismo e se tornou um crime imprescritível e inafiançável. Embora o número de casos e de registros de ocorrências aumente a cada ano, não existe punição efetiva para os agressores. Não existe na prática aplicação da lei.

A escola possui o dever social de adotar como tarefa primordial o estímulo e desenvolvimento a consciência crítica dos estudantes e, conseqüentemente, a consciência negra. As opressões são sempre interseccionais, nunca estão desacompanhadas (Nascimento, 2019). Muitas pessoas que sofrem racismo, também sofrem preconceito social, homofobia ou machismo. É urgente consolidar a —responsabilidade de garantir o resgate da consciência negra, a qual tem sido violada, distorcida e agredida de muitas formas e maneiras (Nascimento, 2019, p. 104).

A ideia de uma "escola opressora" é um conceito que teve destaque nas discussões sobre educação e igualdade nos últimos anos (Hooks, 2013). Este termo desafia a concepção tradicional de escola como um lugar de aprendizado e crescimento, destacando como as

instituições educacionais podem, inadvertidamente, perpetuar desigualdades sociais, marginalizar certos grupos e reforçar normas culturais discriminatórias (Hooks, 2013).

Importa considerar as raízes históricas da educação e como essas instituições muitas vezes estiveram ligadas a sistemas de opressão (Nascimento, 2019). Em muitos países, a educação foi historicamente usada como uma ferramenta para manter o *status quo*, reforçar o poder das elites e perpetuar preconceitos culturais e raciais (Ribeiro, 2019). Durante grande parte da história, a educação foi negada a grupos minoritários, como mulheres e negros. Isso criou um sistema de desigualdade educacional que persiste até a atualidade (Rangel, 2023).

A escola é o cenário onde o *bullying*, o racismo e o assédio ocorrem. Isso pode ser direcionado a estudantes com base em sua aparência, raça, gênero, orientação sexual, religião, origem étnica, entre outros fatores. Muitas escolas nem sempre abordam adequadamente questões relacionadas ao preconceito e a discriminação, o que resulta em estudantes que não compreendem a importância de se respeitar a diversidade e de se opor ao preconceito e aos impactos pessoais e sociais do racismo e a todo tipo de preconceito (Rangel, 2023).

A escola pode ser considerada opressora por dois pilares nos quais estão ancoradas as práticas pedagógicas: padronização e uniformidade. Muitos sistemas educacionais enfatizam a padronização e uniformidade, o que pode levar à supressão da individualidade e do potencial criativo dos estudantes. Isso pode prejudicar estudantes que não se adequem aos moldes tradicionais de aprendizado (Rangel, 2023).

O currículo pautado em perspectivas eurocêntricas relega a história, a cultura e as contribuições de outros grupos a um papel secundário ignorando-os completamente (Rangel, 2023 p.71). Um currículo que omite a contribuição do povo negro para a sociedade e promove estereótipos negativos, é opressor e tem como consequência a invisibilidade e a sub-representação da cultura e das identidades afro-brasileiras, perpetuando a marginalização e a estigmatização de histórias e culturas não europeias.

A desigualdade de oportunidades, a falta de acesso igualitário a recursos educacionais de qualidade contribui para a opressão. Estudantes de comunidades economicamente desfavorecidas muitas vezes são submetidos à práticas discriminatórias, preconceitos ou tratamento diferenciado destinados aos estudantes negros. Os mesmos têm menos oportunidades educacionais do que seus pares de áreas privilegiadas desde os primeiros anos de escolarização (Ribeiro, 2019). Normas e práticas culturais que não refletem a diversidade da sociedade podem alienar os estudantes e criar um ambiente que privilegia determinados grupos.

A escola pode ser um ambiente onde ocorrem discriminação e preconceito, afetando negativamente as oportunidades dos estudantes negros e marginalizados, tendo como consequência a evasão e a limitação das suas chances de alcançar o sucesso acadêmico e, por sua vez, impactar a mobilidade social (Gomes, 2012).

A aplicação desigual de medidas disciplinares, como suspensões e ocorrências, afeta de forma desproporcional estudantes negros, perpetuando um ciclo de desvantagem. As escolas, por vezes, perpetuam estereótipos de gênero, raça e orientação sexual, criando ambientes hostis para estudantes que não se enquadram em padrões brancos e heteronormativos. A escola, em muitas ocasiões, lida com questões disciplinares de maneira injusta, aplicando punições mais severas a estudantes negros, o que pode contribuir para o ciclo de marginalização e criminalização (Borges, 2019). A população carcerária brasileira, por exemplo, é composta por 68,2% de pessoas negras (IBGE, 2022).

Superar o conceito de escola opressora envolve uma série de mudanças estruturais na educação que devem ser fomentadas, implementadas e constantemente reforçadas pelo poder público. Um currículo inclusivo precisa representar diversas perspectivas culturais e históricas, dando a devida importância a todas as contribuições para a formação do povo brasileiro (Rangel, 2023). O acesso equitativo é fundamental para garantir que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades e acesso e permanência a recursos educacionais, independentemente de sua origem socioeconômica (Ribeiro, 2019).

Urge, portanto, promover uma cultura escolar inclusiva que desafie estereótipos prejudiciais e promova a celebração da diversidade (Nascimento, 2019) e adotar abordagens de ensino que se adaptem às necessidades individuais dos estudantes, reconhecendo que todos aprendem de maneiras distintas, promovendo a participação comunitária na tomada de decisões educacionais e estimulando a participação ativa dos estudantes e de suas famílias (Freire, 2001).

A ideia de uma escola opressora é um chamado à ação para reformar o sistema educacional, tornando-o igualitário, inclusivo e sensível às necessidades de todos os estudantes (Nascimento, 2019). A busca por uma educação que não apenas ensine conteúdo, mas também promova a igualdade e o respeito à diversidade, é um passo primordial para alcançarmos uma sociedade justa e equitativa (Rangel, 2023).

A escola opressora e excludente que ainda vigora, se refere a um ambiente educacional em que práticas, políticas e estruturas institucionais perpetuam a desigualdade, a discriminação e a marginalização de estudantes negros (Hooks, 2013). O conceito da escola opressora está enraizado na teoria crítica da educação e é frequentemente associado a

pensadores como Paulo Freire (2001), Bell Hooks (2013), Frantz Fanon (2022) e outros que exploraram a relação entre educação, poder e desigualdade.

A luta contra a escola opressora e excludente envolve a conscientização e a ação para desafiar e transformar essas práticas e estruturas (Fanon, 2022). É de extrema urgência uma escola mais inclusiva, equânime e justa, na qual todos os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver suas habilidades e alcançar aprendizagens significativas. A escola desempenha um papel crucial na formação das atitudes, valores e percepções dos estudantes e pode contribuir positivamente, com o intuito de realizar transformações sociais (Rangel, 2023).

Ações pedagógicas que construam meios de denúncia e reversão desta tragédia social que fere o povo negro de várias maneiras devem ser implementadas (Pinheiro, 2023), —na dimensão corpórea e cultural, na psicológica, epistemológica, religiosa, estética, curricularmente e em tantas outras dimensões (Pinheiro, 2023, p.49).

A implementação de currículos precisa valorizar a diversidade, a formação continuada de educadores em questões de justiça racial e social, a promoção de práticas disciplinares justas e o combate às desigualdades estruturais (Rangel, 2023) e —evidenciar a luta política das populações afrodispóricas, uma vez que somente, a partir de mobilizações sociais é possível reinventar práticas coloniais (Rangel, 2023 p.54).

O objetivo da luta contra a escola opressora é criar um ambiente educacional que capacite todos os estudantes a atingir seu pleno potencial e a contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva. Embora a escola possa ser uma ferramenta importante na estratificação social, ela desempenha um papel vital na promoção da mobilidade social e na redução das desigualdades. Políticas educacionais que buscam promover a igualdade de oportunidades, fornecem recursos adequados para todas as escolas e combatem a discriminação e ajudam a reduzir a estratificação social e permitem que mais pessoas alcancem seu potencial educacional e profissional, independentemente de sua origem socioeconômica.

O acesso ao ensino superior é um fator-chave na mobilidade social. No entanto, barreiras econômicas e educacionais podem dificultar o acesso ao ensino superior para negros o que perpetua a estratificação social, pois as oportunidades de emprego e renda geralmente estão relacionadas ao nível de educação alcançado. Freire (1976, p. 64) afirma —quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor. A organização escolar é o primeiro espaço de socialização, no qual ocorrem os diversos tipos de preconceitos, opressões e violências. Cultura e educação de qualidade pavimentam a consciência crítica.

É bem cedo que as nossas crianças são expostas ao racismo destilado, a todo momento pela sociedade (Hooks, 2022). O espaço escolar é reflexo das relações sociais e o racismo

molda e direciona todas as interações sociais (Pinheiro, 2023), de modo que fazem parte da formação cultural da população brasileira (Almeida, 2019).

Pelo prisma Freiriano, educação e política são indissociáveis. (Freire, 2002). Sendo a educação eminentemente política, não há como ser neutra. Os princípios ideológicos educacionais possuem vieses ideológicos (Bourdieu, 1989). —A prática educativa e a formação humana implicam opções, rupturas, decisões, estar com e pôr-se contra, a favor de algum sonho e contra outro, a favor de alguém e contra alguém (Freire, 1997, p.39). O modelo de ensino vigente, está a favor de quem?

Os desejos, os planos, os projetos, dos pais para com os filhos devem estar em consonância com a comunidade que os cercam. Os propósitos educativos devem estar alinhados entre família e comunidade. Qualquer outro ideal é pernicioso e antidemocrático (Dewey, 2002). Segundo Hooks (2013) desde o ensino fundamental encoraja-se a acreditar que a escola é um ambiente democrático. Touraine (2007) conceitua democracia como igualdade de direitos sociais e destaca a soberania popular e em segundo momento o debate democrático. O conceito de democracia se materializa através dos objetivos coletivos. Os ideais democráticos devem se estender à todas as organizações sociais e tais princípios devem se manter nos setores público e privado. Com espaços de decisão mais amplos e numerosos, amplia-se a democracia, e para que tais espaços sejam ocupados é preciso que a consciência do público seja igualmente expandida para que todos participem ativamente do processo.

Para que haja democracia e desenvolvimento é primordial a cidadania. A cidadania é a âncora da democracia (Dhal & Touraine, 2007). A América do Sul é celeiro de democracias em desenvolvimento. No caso brasileiro, ainda persiste resquícios da colonização que têm como consequência, profundas desigualdades sociais e flertes frequentes com regimes autoritários. Dhal e Touraine (2007) realizaram um panorama conceituando cidadania e os requisitos necessários para seu exercício. Para os autores, cidadãos são aqueles que não estão submetidos à dominação autocrática e à coerção do Estado para defesa de interesses particulares. São pessoas que garantem seus direitos e deveres primordiais.

De acordo com os conceitos elencados por (Dhal & Touraine, 2007), cidadãos são aqueles que garantem seus direitos fundamentais. Analisando a situação dos brasileiros por este prisma, pode-se afirmar que a maioria dos brasileiros não pode ser considerada cidadãos e consequentemente a democracia é uma grande falácia, pois, para que haja democracia é primordial o exercício da cidadania. E como seria possível exercer a democracia e consequentemente a cidadania se o Estado se isenta de fomentar os instrumentos necessários para a concretização do conceito? O Estado brasileiro é omissor e sócio do capital. São amigos

íntimos. A escola atende aos interesses do capital e às ideologias burguesas. Em sociedades em que a ética é imperiosa é a —perversa ética do mercado e do lucro, oposta à —ética universal do ser humano (Freire, 2000, p. 129). Portanto —a tarefa educacional, sob a perspectiva da classe dominante, é reproduzir sua ideologia (Freire & Macedo, 2002, p. 74). A escola é o principal aparato ideológico do Estado.

A partir da análise e conceitos elencados por Dhal e Tourine (2007), pode-se inferir que a maioria dos brasileiros são meros indivíduos. Permanecem escravos ideologicamente (Fanon, 2022). Faz-se necessário a pavimentação de uma educação para a cidadania democrática. —A Educação é uma forma de intervenção no mundo (Freire, 2003, p. 98). A educação como ferramenta para o exercício democrático da cidadania é a condição indispensável para igualdade e justiça social (Giroux, 2017, p. 136).

O colonialismo permanece com seus tentáculos opressores na sociedade brasileira, dominando, explorando, colonizando pensamentos, ideias, ações e a linguagem. A origem do complexo de vira-lata está no colonialismo no qual tudo que não descende da Europa é lido como inferior (Souza, 2017). A norma, o padrão, é o homem, branco, heterossexual. Tudo aquilo que se desvia deste modelo é considerado o outro (Kilomba, 2019). A negritude marca a diferença colonial, subalternizando e marginalizando o povo negro (Fanon, 2020). O cristianismo é o âmago da imposição colonial. Quem não é cristão é considerado o outro do cristão, assim como as mulheres são consideradas o outro do homem e os negros o outro dos brancos (Fanon, 2022).

Para Mbembe (2014, p. 28) —negro, em particular, é o exemplo total deste ser-outro, fortemente trabalhado pelo vazio, e cujo negativo acaba por penetrar todos os momentos da existência — a morte do dia, a destruição e o perigo, a inominável noite do mundo. (Fanon (2020) elucida que no processo de colonização, os colonizados são vistos e tratados como a personificação do mal. As sociedades colonizadas são consideradas más e sem valores, já o colonizador, com seus valores e princípios cristãos são exemplos de bondade, ética e retidão. Para Quiangala (2015), ser branco não simboliza cor nem etnia, mas sim uma delimitação política que oferta privilégios de toda ordem. O homem branco é lido como universal em qualquer lugar do mundo.

Fanon (2020, p. 52) ressalta a relação de escoramento entre língua e coletividade. Professar a língua do colonizador é assumir seu mundo, sua cultura. É se aproximar da branquitude e sepultar a origem. O simbolismo da negação da negritude é também a negação da existência do racismo. Para negar o racismo, é preciso primeiramente negar a negritude (Kilomba, 2019). Importa salientar que autora indica que somente quando forem

reconfiguradas as estruturas de poder é que as inúmeras identidades mantidas à margem poderão construir a noção de conhecimento.

Processos de subalternização e desumanização da população negra foram pavimentados por recursos discursivos e materiais cuidadosamente planejados e executados. (Kilomba, 2019; Gonzalez, 1984; Mbembe, 2014). A linguagem exerce poder. É através dela que se exalta ou desqualifica, valoriza ou despreza, protege ou violenta. Concede privilégios ou nega direitos.

O termo eugenia elaborado pelo britânico Francis Galton em 1883 significa —boa geração|. O primeiro ensaio foi publicado em 1865 *Hereditary genius*, sob a influência da Origem das espécies de Darwin, texto fundador das teorias eugênicas. O projeto de eugenia brasileira se deu através de estudos que previam o embranquecimento da população em um século e do incentivo à mestiçagem como um ideal a ser seguido e como identidade étnica e cultural. Silvio Romero (1851-1914) defendia a ideologia da mestiçagem como salto evolutivo para aos brasileiros. Primeiramente tornando-se mestiços e posteriormente —brancos| (Domingues; Sá, 2003, p. 117). Defendia inclusive que a mistura das raças negra, indígena e branca resultaria na constituição da identidade nacional como povo brasileiro.

A miscigenação que foi vista como um processo evolutivo natural era contraditória ao projeto de desenvolvimento do país, pois, o mestiço, assim como o negro era considerado um retrocesso para o Brasil devido à sua inferioridade (Rosa, 2014). O Brasil foi construído sobre o racismo, um racismo robusto suficiente para utilizar como justificativa a ciência que é pilar para relações sociais e políticas públicas.

A percepção do mestiço como representatividade brasileira trouxe como consequência a tentativa de apagamento de qualquer passado indígena e negro do Brasil (Souza, 2022). As características, costumes, e cultura destes povos foram denominadas pertencentes aos brasileiros (Souza, 2022). —A questão racial envolvia a forma de interpretação do país desde cedo, desde a descoberta do cruzamento racial, do darwinismo social e posteriormente com o mito da democracia racial, o país foi esculpido pelo signo da raça| (Souza, 2022 p.29).

2.7 A Educação como Base para Equidade em Questões Étnico-raciais

Raça e etnia possuem distintos conceitos para nomear grupos humanos. As teorias raciais surgiram para justificar o imperialismo europeu e seguem permanecendo com estratégias tácitas para o imperialismo estadunidense (Gomes, 2017). O termo raça foi amplamente utilizado pela ciência e pelo Estado até a segunda grande guerra quando o nazismo ascendeu vertiginosamente e chocou o mundo com as atrocidades cometidas, pautadas no conceito de raça (Gomes, 2017).

Enquanto o conceito de raça está relacionado às características biológicas como cor da pele, tipo de cabelo, o conceito de etnia baseia-se em grupos que possuem origem, coerência, solidariedade, religião e interesses em comum. É o pertencimento histórico e cultural. Sendo assim, etnia constitui-se de heranças históricas e culturais de um determinado grupo, e, de acordo com Nilma Lino Gomes, alguns termos e conceitos se fazem presentes no debate sobre relações sociais no Brasil.

Pilares primordiais para a educação para as relações étnico-raciais se assentam na demonstração aos estudantes que o cerne da sociedade brasileira é pluriétnico e multicultural (Gomes, 2017). A partir da percepção desses fatos formadores da sociedade brasileira, seria possível iniciar a pavimentação rumo a uma sociedade consciente, reflexiva e consequentemente democrática.

Importante salientar que não se trata de inverter o foco etnocêntrico do europeu para o africano, mas, sim ampliar e realmente trabalhar a diversidade racial, cultural, social e econômica brasileira conforme a legislação prevê há décadas com a promulgação da Lei 10639/03 e a recente BNCC de 2017. Gomes (2011) salienta: —O percurso de normatização decorrente da aprovação da Lei nº 10.639/03 deveria ser mais conhecido pelos educadores e educadoras das escolas públicas e privadas do país (Gomes, 2011, p. 1).

Este percurso se insere num processo de luta pela superação da mazela social do racismo na sociedade brasileira e tem como principais atores o Movimento Negro e os demais coletivos participantes da luta antirracista (Gomes, 2011).

De acordo com Almeida (2018, p. 38) na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena no ano de 1993 onde foram elencadas as desigualdades sociais e o respeito à diversidade. O Brasil implementa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que data do ano de 1996. Em 2001 ocorre a 3ª Conferência Mundial da ONU contra o racismo, xenofobia, e discriminação correlativa. Em 2003 é estabelecida a lei 10.639 que traz a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afrobrasileira, preferencialmente nas

disciplinas de História, Língua Portuguesa e Artes. Inicialmente a legislação atendia somente instituições públicas de ensino. Em 09 de janeiro de 2003, acrescentou-se o artigo 26 que estabelece que este currículo deve ser contemplado também em escolas particulares.

Os países e indivíduos que praticaram o tráfico de pessoas escravizadas se beneficiaram muito (Munanga, 2017). Do mesmo modo que os descendentes dos colonizadores obtiveram vantagens econômicas, sociais e simbólicas, os descendentes da parcela sequestrada, até a atualidade amargam os frutos das desigualdades e injustiças (Munanga, 2017, p. 118). A negligência dos governantes brasileiros durante séculos diante das consequências da escravidão gera efeitos cruéis para o povo negro (Munanga, 2017).

Para que se inicie um movimento de diminuição da desigualdade. A obrigatoriedade da lei eleva a autoestima dilacerada da juventude negra que assistiu, durante décadas nos bancos escolares, a História de seus ancestrais submetidos às violências físicas e açoites com os mais variados cenários de crueldade (Gomes, 2011).

O caminho para uma escola democrática e libertadora é a participação efetiva de toda a comunidade escolar e a formação continuada dos trabalhadores em educação, promovendo reflexões e mudanças estruturais (Gomes, 2011). Projetos pedagógicos devem ser trabalhados durante todo ano letivo, combatendo preconceitos, desmistificando práticas coloniais, levando à reflexão toda a comunidade escolar sobre a socialização e a reprodução de preconceitos (Gomes 2011). —Para que a legislação seja efetivamente cumprida e realize seu dever social de transformar a sociedade, a formação de professores necessita abandonar o euro centrismo (Gomes (2011, p. 5). Gomes 2021, enfatiza a importância da descolonização das mentes e das práticas pedagógicas na educação básica e no ensino superior.

O processo de descolonização das mentes e das práticas como ação de combate ao racismo nas sociedades é tenso e conflituoso. A educação talvez seja o espaço em que essa tensão é mais visível. Há apagamentos históricos e epistemológicos presentes nos currículos, nas propostas e nas práticas educacionais, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, que só serão superados se o campo educacional e a produção científica compreenderem-se como espaços que precisam descolonizar-se (p.436).

Para Almeida (2018), docentes comprometidos com as demandas sociais e empenhados em combater a desigualdade racial são fatores primordiais para a aplicação da legislação vigente e a transformação social. Contudo, estes dois movimentos não são suficientes para a redução das desigualdades raciais. —É preciso mais incentivo às pesquisas

sobre a História da África, sobre a presença do negro no Brasil e as lutas de resistências antes e depois da abolição, dentre outros temas (Almeida, 2018, p. 45).

No âmbito acadêmico a dinâmica é a mesma (Ribeiro, 2019). Os poucos que conseguem acessá-la sempre viveram marginalizados e sistematicamente invisibilizados e desqualificados (Kilomba, 2019). —A academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de consciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a (Kilomba, 2019, p. 51).

O racismo presente na academia é o racismo institucional. Esse tipo de racismo tem a função de manter a estrutura racista (Teixeira, 2015; Almeida, 2018), criando uma barreira para que as pesquisas e estudos de pessoas negras sejam menosprezados (Teixeira, Oliveira, Carrieri, 2020). No Brasil, 1% dos professores universitários são negros (Silva, 2017). —A luta diária de acadêmicos negros em instituições de ensino superior é a de resistir e manter sua localização neste espaço de abjeção por causa da pele (Davis, 2020 p.19).

A representatividade constrói identidades e autoestima (Pinheiro, 2023). As fontes históricas, a cultura, a religiosidade, foram destruídas no processo de dominação e depois de mais de um século, pouco foi feito para resgatá-las. A lei 10639 é o primeiro passo neste processo (Rangel, 2023).

Lamentavelmente, na sociedade brasileira, o silenciamento e a invisibilidade das duras realidades das comunidades negras e indígenas ajudaram a formatar mentalidades etnocêntricas (Almeida, 2018). Este mesmo processo —desestimulou crianças, jovens e adultos negros e indígenas a (re)conhecer a sua própria cultura, num contexto que, por vezes, no seu extremo, estimula o próprio negro e indígena a rejeitar sua identidade étnica (Almeida, 2018, p. 47).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, de 2003, reconheceu a necessidade de reformas educacionais específicas (Almeida, 2018, p. 48). Necessária se faz a conscientização da sociedade e principalmente dos jovens que estão na escola (Gomes, 2011). A importância de se enxergar e declarar negro é o cerne desta questão. Primeiramente é preciso se identificar com grupo, pertencer a ele e após, lutar junto e com este grupo pela diminuição das desigualdades e posteriormente pela igualdade.

O ideário da democracia racial internalizado pela população, e especialmente pela população negra, que Florestan Fernandes (2019) conceituou como mito da democracia racial. Vários movimentos foram realizados para que a sociedade brasileira acreditasse no mito da democracia racial (Fernandes, 2019). —Um paraíso racial (como menciona Munanga (2017 p. 119)). Tal mito foi amplamente divulgado por décadas pela academia, mídia e governo

(Fernandes, 2019). —O racismo segue se alimentando da noção social de raça e se sofisticando com base na ideia de democracia racial no Brasil, que aponta para a ausência de raças e para a existência, sim de um povo miscigenado que celebra diariamente esta mistural (Pinheiro, 2023 p. 50).

A estratégia utilizada é muito eficaz para a manutenção do sistema pois paralisa as vítimas (Pinheiro, 2023). Como questionar, lutar, exigir algo que não existe e o poder público por sua vez, se isenta de seu dever pois não há demanda. —A dissimulação do racismo dificulta a percepção cotidiana desse gigantesco mal social (Pinheiro, 2023, p. 50). Quando os dados indicam que a população negra é pouco mais de 50% e não a grande maioria, ocorre a assimetria de informações que influencia diretamente as tomadas de decisões dos gestores públicos (Castro, Neto, Cunha, 2022).

A ideologia da democracia racial é severamente contestada por diversos estudiosos, ativistas e organizações que argumentam que o racismo estrutural é uma realidade inquestionável no Brasil (Almeida, 2018). Embora o país seja conhecido por sua diversidade racial e cultural, as desigualdades raciais são evidentes em várias áreas, como educação, emprego, acesso a serviços de saúde, moradia e justiça (Almeida, 2018).

O mito frequentemente minimiza a discriminação racial e a violência enfrentada pela população negra e afrodescendente no Brasil (Fernandes, 2019). É imprescindível reconhecer que o racismo persiste no país, exclui e mata diariamente. Parte da intelectualidade brasileira participa ativamente dos processos de violência que acometem a população negra. —O intelectual colonizado investiu sua agressividade na vontade, mal disfarçada, de se assimilar ao mundo colonial (Fanon, 2022, p. 57).

A divulgação e destaque da falácia da democracia racial demonstra a aparente evolução, superação de problemas estruturais o que aproxima a colônia do colonizador. Fanon se refere às burguesias intelectuais e econômicas dos países colonizados, que além de não se identificarem com seu povo, arquiteta projetos de subjugação. Conceituando esta classe de escravos libertos individualmente e escravos forros. O corpo é livre, mas a mente, os ideais continuam escravos das colônias. —Não se trata de competir com o colono. Querem o lugar delel (Fanon, 2022, p. 57).

Faz-se necessário que as classes populares assumam suas escolas. Tomem posse do que lhes pertence e façam reflexões sobre o modelo educacional adotado e quais mudanças são necessárias (Freire, 2001) e reformulem culturas, ideias e ações. Gilberto Freyre (1933) em Casa-grande e senzala enaltece a harmonia das três raças desconsiderando a opressão e violência colonial. É oportuno evidenciar (Gonzalez, 2018, p.193-194): —Racismo? No Brasil?

Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratadol.

Para que haja oferta de uma educação revolucionária e libertária, serão necessárias mudanças estruturais (Freire, 1999). Capacitação, qualificação e formação continuada são peças fundamentais do processo. Muitas das capacitações ou formações continuadas ofertadas pelo poder público têm como público-alvo somente professores. A equipe de trabalhadores da educação deve ser vista como um todo (Freire, 1999). Embora sejam os professores que mantêm um contato contínuo com os discentes, toda a equipe tem contato diário com os estudantes. Mudanças estruturais são realizadas em conjunto, em comunidade (Freire, 1999). É importante ofertar aos estudantes uma educação revolucionária e libertária (Freire, 1999).

Uma educação que não esteja a serviço dos colonizadores e que revolucione e liberte a escola de tanta segregação, opressão e preconceitos estruturais. Que busque equidade de gênero, raça. Freire nos indica um caminho: —(...) A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade (Freire, 1999, p. 102).

Revoluções culturais, devem abarcar os mais diversos campos sociais (Freire, 1999). A escola, as políticas educacionais e as mídias devem participar ativamente do processo. Os movimentos sociais que já participam ativamente do processo deveriam receber incentivos financeiros estatais para ampliação de suas atividades e alcance. É necessário um esforço amplo, com muitas frentes para o enfrentamento do racismo estrutural (Almeida, 2018).

Munanga (2017) nos mostra que a dificuldade de se nomear negro está diretamente relacionada a inabilidade de elaboração de uma identidade negra, ou seja: pertencimento. Tal prática, fomenta o racismo, uma vez que o indivíduo não se percebe negro, é também incapaz de identificar e nomear fenômenos racistas. Se reconhecer e autodeclarar delimita uma conduta de resistência que é uma poderosa ferramenta no combate ao racismo (Santos, 2022). —Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível (Ribeiro, 2019 p.41).

Abordar as temáticas raciais no âmbito escolar é ferramenta primordial para enfrentamento ao racismo (Pinheiro, 2023). A negação da negritude é também a negação do racismo e a negação deste, perpetua as situações e vivências opressoras da população (Ribeiro, 2019). —Enquanto este não for enfrentado por cientistas e pelos próprios negros numa forma de autoidentificação não será possível extirpar as desigualdades tão antigas no cenário nacional, especialmente mediante seu processo de naturalização (Silva, 2017, p. 102).

As organizações escolares e o âmbito acadêmico necessitam enfatizar a identidade racial brasileira e todas as relações de poder, dominação e subjugação que envolve tal problemática (Gonzalez, 2018). Que as instituições escolares sejam inclusivas e acolhedoras e que promovam os estudantes ao *status* de sujeito do processo de ensino aprendizagem. Peres (1999) ressalta que professores e a escola têm muito a oferecer, —Há contributos pessoais e institucionais que são imprescindíveis para repensar a cultura humana da liberdade, fraternidade, igualdade, justiça social, solidariedade e tolerância – a utopia da consciência social – que nos redima e torne possível uma melhor educação e formação para todos|| (Peres, 1999, p. 389).

É importante uma pedagogia reflexiva, que revele aos estudantes as condições injustas as quais estão sujeitos (Hooks, 2013), despertando a conscientização, para perceberem que estão em desvantagem, mas primeiramente é fundamental a conscientização acerca da negritude (Santos, 2022). Somente assim operar-se-á a libertação do eu-objeto que ao operar como sujeito que pensa, questiona, reflete, pergunta, conhece, se liberta e emancipa. Ocorrendo a transformação no processo educativo, o sujeito: —(...) está enfim em condições de intervir no mundo, de forma a modificar as condições econômicas, sociais e políticas que o mantêm cativo numa situação de minoridade intelectual e existencial|| (Carvalho & Peres, 2019, p.27).

A educação emancipadora é oposta à educação bancária na qual os estudantes são tratados como objeto e nestes são inseridos todo tipo de conteúdo e conhecimento que em muitas ocasiões não acrescentará em nada na vida do estudante (Carvalho & Peres, 2019, p.21). —Uma educação emancipadora, por oposição a uma educação bancária, é precisamente aquela que não impõe, mas antes propõe à curiosidade dos alunos.|| (Freire, 2003, p. 17). O maior e mais poderoso cativo são a mente e as concepções ideológicas (Fanon, 2022). —Pensar certo é indubitavelmente o primeiro passo para fazer certo|| (Freire, 2003, p. 34).

Combater o colonialismo é contestar contra a pobreza, miséria, o atraso educacional e industrial e contra as ideias esterilizantes (Fanon, 2022, p. 91). O colonialismo assumiu uma nova roupagem: atualmente possui a nomenclatura de imperialismo, a estruturação é a mesma do colonialismo, objetivando vantagens econômicas e dominação ideológica. —O colonialismo e o imperialismo não ficaram quites ao retirar suas bandeiras e forças policiais de nossos territórios.|| (Fanon, 2022, p. 96). A exploração e manipulação política e econômica perduram.

A descolonização das propostas curriculares e práticas pedagógicas é um processo que busca questionar e transformar abordagens educacionais que refletem e perpetuam a

dominação cultural, política, econômica e social de grupos colonizadores sobre grupos colonizados (Pinheiro, 2023). Esse é um tema relevante, especialmente em contextos pós-coloniais, onde a herança do colonialismo ainda se faz presente nas estruturas educacionais (Fanon, 2022). —A descolonização das mentes insta-nos a construir práticas pedagógicas e epistemológicas antirracistas (Gomes, 2021 p.437).

O progresso e riqueza europeia foram obtidos através da exploração perversa de pessoas escravizadas (Fanon, 2022). O bem-estar e o progresso foram edificados sobre o suor e cadáveres dos negros, indígenas árabes e amarelos (Fanon, 2022). —Isso nós decidimos nunca mais esquecer (Fanon, 2022, p. 92).

A Europa que ostenta desenvolvimento político, social e econômico omite do mundo de onde retirou o financiamento para o que vivencia atualmente (Fanon, 2022). Ainda atualmente, explora o solo e mão de obra barata oferecendo condições de trabalho insalubres, jornadas em turnos extenuantes, condições e remuneração não praticadas há décadas em seus países de origem. —Se as condições de trabalho não forem transformadas, serão necessários séculos para humanizar esse mundo tornado animal pelas forças imperialistas (Fanon, 2022, p. 96).

Muito especificamente, a Europa enriqueceu-se excessivamente com ouro e matérias-primas provenientes de países colonizados como os da América Latina, China e África. Diamantes e petróleo, sedas e algodão, madeira e produtos exóticos de todos estes continentes foram enviados para a Europa durante séculos, e a Europa hoje ergue-se diante deles com as suas torres ornamentadas. (Fanon, 2022). —A Europa é, literalmente, a criação do Terceiro Mundo. As riquezas que a sufocam são as que foram roubadas dos povos subdesenvolvidos. (Fanon, 2022, p. 97).

A descolonização das propostas curriculares e práticas pedagógicas envolvem diversos aspectos. O primordial é a extinção do currículo colonial e a construção de um novo espaço com a participação da sociedade e dos movimentos sociais para o estabelecimento de um currículo descolonial (Rangel, 2023). Os currículos escolares ainda têm raízes coloniais, enfatizando a história, a cultura e o conhecimento dos colonizadores em detrimento das perspectivas e contribuições das comunidades indígenas, afrodescendentes e outras comunidades marginalizadas (Rangel, 2023). A descolonização exige a revisão desses currículos para incluir uma gama mais diversificada de perspectivas e conhecimentos (Pinheiro, 2023).

A descolonização implica em reconhecer, celebrar e enaltecer a história, a cultura e as contribuições das comunidades afrodiáspóricas e indígenas. Isso ajuda a construir uma

compreensão mais ampla e precisa da identidade e história da nação, levando à consciência os processos sociais nos quais estamos imersos.

A educação descolonizada também busca abordar questões de desigualdade e justiça social. Isso envolve a garantia de que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades e acesso a recursos educacionais (Gomes, 2011; Rangel, 2023). Pode-se envolver a integração de práticas de aprendizado baseadas em tradições orais e conhecimentos ancestrais (Pinheiro, 2023). A promoção do diálogo intercultural é fundamental para a descolonização. Isso implica em estabelecer pontes entre diferentes grupos culturais, de modo a promover a compreensão mútua e o respeito à diversidade. Em ambientes de aprendizagem, a diversidade deve ser celebrada (Pinheiro, 2023).

Incentivar a participação da comunidade e de movimentos sociais como o movimento negro na tomada de decisões relacionadas à educação é um elemento-chave da descolonização. A sociedade deve levar suas demandas ao poder público. Isso garante que as práticas educacionais reflitam as necessidades e aspirações das comunidades locais.

A formação de professores deve desempenhar um papel crítico em suas práticas pedagógicas. Os educadores devem ser capacitados a adotar abordagens pedagógicas sensíveis à diversidade cultural e que promovam a diminuição das desigualdades raciais. A descolonização das propostas curriculares e práticas pedagógicas não é um processo simples, pois envolve desafiar estruturas enraizadas e muitas vezes resistência institucional e dos agentes que irão operar a proposta.

Entretanto, é um passo importante na busca por uma educação mais inclusiva, justa e representativa, que respeite e valorize as diversas culturas e identidades presentes em uma sociedade. —A descolonização é indiscutivelmente uma criação de homens novos. Mas essa criação não recebe sua legitimidade de nenhum poder sobrenatural: a ‘coisa’ colonizada torna-se homem no próprio processo através do qual ele se liberta. É por isso que, no plano da descrição, toda descolonização é um triunfo (Fanon, 2022, p. 33).

A descolonialidade consiste em um instrumento teórico e político objetivando reverter os efeitos nefastos da colonialidade (Pinheiro, 2023). A colonialidade traduz ações subjetivas de subalternidade e subserviência de todo o sul global, uma subalternidade ideológica que ultrapassa a dimensão territorial (Pinheiro, 2023). —Ela também está relacionada à construção de um padrão ético, estético, epistêmico, cultural, religioso – tudo isso atravessa os padrões de colonialidade (Pinheiro, 2023, p. 107). Portanto, o processo educativo é primordial para redução das desigualdades e o caminho para equidade e início da

desconstrução da colonialidade, tão fortemente presente nas subjetividades das pessoas negras.

É através da educação que se desenvolve a consciência crítica, a consciência sobre si, a reflexão sobre a sociedade e as realidades e a percepção de que a transformação social, que é um passo em direção à justiça social, é tão urgente e necessária (Freire, 2013). Para que a educação avance qualitativamente, é recomendável que a formação inicial nas licenciaturas construa nos futuros docentes a importância de se almejar uma sociedade que garanta direitos e se estruture em bases inclusivas, democráticas e equânimes (Gomes; Recio, Garcia, 2022), uma educação pautada na cidadania e ancorada nos direitos humanos e na decolonialidade.

No entanto, o que vem acontecendo nas últimas décadas é uma educação pública pautada em uma lógica neoliberal, ancorada em números, em indicadores de rendimento na qual o trabalho docente crítico é desprivilegiado (Rangel, 2023). Os juízos negativos e muitas vezes pejorativos que os docentes formam a respeito dos estudantes negros, se manifestam de maneira objetiva e subjetiva. A forma objetiva através de notas e conceitos e subjetivamente por meio de comentários, desrespeito, grosseria, irritação, desprezo. Bourdieu e Champagne (1992), apontam que a escola ao inserir aqueles que exclui, produz os —excluídos do interior|. Portanto, estão inseridos e não incluídos, atuam como figuras decorativas que além de não participarem ativamente do processo, não são tratadas com respeito e dignidade.

A invisibilidade da realidade social das diferenças étnicas-raciais, nas proposições curriculares do sistema educacional, transforma os temas abordados em sala desinteressantes e irrelevantes para estudantes pretos. A vedação do acesso aos sistemas educativos é também o impedimento ao crescimento econômico. É reservado à população preta espaços sociais e profissionais pré-estabelecidos nos quais a condição de outro é reforçada e chancelada pela escola com o aval do Estado.

Entretanto, o que vem acontecendo nas últimas décadas é uma educação pública pautada em uma lógica neoliberal e regida por números e indicadores de rendimento no qual o trabalho docente crítico é desprivilegiado (Santomé, 1998). Organizações econômicas internacionais como a Organização para cooperação do Desenvolvimento econômico (OCDE), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) direcionam os sistemas educativos a criarem políticas públicas educacionais com a lógica vigente no mercado.

A tendência ocorre em toda a educação básica e no ensino superior. —Os valores do mercado se convertem em um padrão que forma todos os aspectos da sociedade| (Giroux, 2013, p. 14). Uma das consequências desta lógica é um sistema educacional que prepara mão de obra que adentre o mercado competitivo que alimenta o sistema capitalista (Gómez; Recio;

Garcia, 2022). A política hegemônica que adentrou as escolas, sequestrou a oportunidade do corpo docente e discente de se tornarem agentes críticos e servindo como lacaios do Estado (Giroux, 2013, p. 2).

A formação de professores se assemelha a uma linha de montagem das indústrias, estrategicamente planejada por políticas públicas neoliberais e conservadoras. Aos professores é essencial um processo de construção de uma escola e de uma sociedade inclusiva e democrática, garantindo uma formação rigorosa de professores com autonomia profissional, entre outros aspectos, para cumprir com as funções atribuídas que devem responder à máxima da educação pública, laica e democrática. (Gómez; Recio; Garcia, 2022).

O maior desafio da escola contemporânea é oferecer à população uma escola de qualidade e democrática (Masson, Turgeon, 2018). A escola está inserida em uma sociedade excludente. Quem são os excluídos já foi detectado, porém, os efeitos que esta exclusão causa nos indivíduos é que necessita de análise. Os docentes, preferencialmente os da rede pública, deveriam priorizar a história e cultura do povo negro como o primeiro passo rumo à uma sociedade sustentável e equânime.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Tipo, abordagem e método de Pesquisa

A área de concentração e a linha de pesquisa na qual esta pesquisa se concentra são respectivamente de: Organização e Estratégia e Relações de poder e Dinâmica nas Organizações. O racismo está imbricado no colonialismo e nas relações de dominação e exploração. As relações sociais são constantemente atravessadas pelo racismo, interferindo diretamente nas relações dentro das organizações (Teixeira, Oliveira, Diniz, Marcondes, 2021).

As palavras carregam consigo trajetórias social, histórica e política. Diante de tal exposto, formas cristalizadas de se entender o funcionamento da sociedade moldam o pensamento e o comportamento da sociedade. Quando se realiza um recorte direcionado para jovens estudantes, as influências cristalizadoras são ainda mais potentes.

Considerando tais premissas, o presente estudo caracteriza-se pela modalidade exploratória. Pesquisas exploratórias são recomendáveis em ocasiões em que o tema abordado foi pouco explorado, planejando: —padrões, ideias, ou hipóteses em vez de testar ou confirmar uma hipótese (Collis, Hussey, 2005, p. 24). A modalidade exploratória ambiciona conhecer em profundidade o tema pesquisado e torná-lo mais acessível. Ademais, a pesquisa exploratória orienta o caminho da descoberta.

De acordo com Selliti et al. (1967) estudos exploratórios aspiram proporcionar maior conhecimento de um tema ou assunto ao pesquisador que se debruça sobre o objeto de estudo. A pesquisa exploratória é um ponto de partida para o pesquisador. A partir da utilização de tal método é que a pesquisa será iniciada. Para aplicação de pesquisas exploratórias é significativo que sejam realizados estudos a respeito da colonização europeia no Brasil, que é o cerne dos conflitos das relações étnico-raciais e do racismo estrutural que permeia toda e qualquer relação social no país.

Foi realizada uma abordagem caracterizada como qualitativa pois o enfoque será em fenômenos e processos (Kauark; Manhães; Medeiros; 2010). Para Neves (1996, p. 4) a pesquisa qualitativa: —Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados.

De acordo com Richardson (1999, p.37), os estudos que empregam uma metodologia qualitativa —podem descrever a complexidades de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, assim como compreender e classificar processos vivenciados por grupos sociais. A presente pesquisa pretende realizar um estudo qualitativo sobre o fenômeno do

epistemicídio da história e cultura africana como base para lançar luzes sobre o fenômeno da negação da negritude em estudantes dos anos finais do ensino fundamental analisando tal fenômeno em profundidade. Gil (2012) define como pesquisa descritiva aquelas que têm como objetivo descrever um fenômeno de um determinado grupo.

Foi utilizado o método de estudo de caso. André 2005, ressalta que a aplicação método é recomendado para o presente estudo: —Se o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos (André 2005, p. 71).

Os estudos de caso em Educação apresentam duas características comuns (André, 2005; Mazzotti, 2006; Stake, 1995; Yin, 2001). A particularidade e a multiplicidade. A particularidade é algo específico, peculiar que deve ser investigado. A multiplicidade são as características do caso que exigem métodos que a análise em profundidade. O estudo de caso explora um sistema contemporâneo da vida real (Stake, 1995; Yin, 2001). O estudo de caso é um importante recurso metodológico para as pesquisas que abrangem as ciências humanas. Tal método permite ao pesquisador a análise em profundidade do fenômeno, expondo nuances que seriam difíceis de serem percebidas (Yin, 2005).

O intérprete é parte inerente do processo de compreensão (Bakhtin, 2003). A metodologia auto etnógrafa será utilizada e ela exige flexibilidade. —A autoetnografia é uma metodologia de pesquisa qualitativa em que a etnografia, a biografia e a autoanálise são combinadas com dados fornecidos pelo contexto em que se dá a pesquisa (Silva & Oliveira, 2023 p.106). Isso permite compreender a relação entre o eu e o ambiente social estudado (Silva & Oliveira, 2023).

Esta é uma metodologia em que o pesquisador está no centro da investigação, aproximando sujeito e objeto. Ou seja, ele tanto pesquisa como é pesquisado de forma contínua (Silva & Oliveira, 2023). Portanto, a pesquisa se posiciona como uma extensão da vida do pesquisador, trazendo consigo seus interesses, visão de mundo, experiências de vida (Silva & Oliveira, 2023). Além das entrevistas realizadas, serão incluídas na pesquisa as falas, comportamentos, autodeclarações da negritude, realizadas durante o dia a dia em sala de aula, portanto, as percepções da autora sobre as relações étnico raciais no dia a dia escolar como professora e mulher negra periférica.

Para Grant (2014) a utilização desta metodologia desempenha função valiosa para a antropologia pois demonstra parte de fenômenos culturais vivenciados e não expressados. Como mulher negra, moradora da mesma região periférica na qual a pesquisa foi realizada, as

experiências pessoais e visão de mundo da autora podem contribuir para a realização do estudo e análise dos dados e primordialmente as observações dela como docente.

A expressão auto etnografia remete à —escrita em sil (Foucault, 1992) que associa características da autobiografia e da etnografia na intenção de descrever, registrar, analisar as vivências pessoais, planejando compreender as experiências culturais (Ellis, 2004; Holman Jones, 2005). Ademais, auxilia a produção de conhecimento acadêmico e a prática de pesquisas que incluam vivências e experiências de pessoas marginalizadas (Collins, 2022). —Em suma, na universidade é importante intelectualizar pessoas negras e valorizar suas epistemes, seja pela via do acesso teórico nos componentes curriculares, seja pela via do enegrecimento corpóreo e intelectual docente das instituições brasileiras de ensino superior (Pinheiro, 2023, p. 85).

O fenômeno será analisado em uma escola da rede estadual de Minas Gerais, localizada no município de Belo Horizonte, em um bairro periférico da capital mineira, na qual foram entrevistados vinte e dois estudantes do turno noturno, todos maiores de idade. Os vinte e dois estudantes selecionados serão pretos retintos e não retintos e serão selecionados por conveniência.

O caso a ser estudado é o epistemicídio da história e cultura africana e afro-brasileira, que possui como consequência a história a ser contada pelo vértice dos opressores. As escolas, os livros didáticos reduzem a história do povo negro ao período escravocrata (Carneiro, 2005). O povo negro possuía história, cultura e riquezas materiais e culturais antes dos 388 anos de açoites, humilhações e privação da liberdade. Durante os quase quatro séculos de período escravocrata, houve resistência, organização, revoltas, lutas, aquilombamento. O apagamento proposital destes fatos leva à ausência de referências positivas, baixa autoestima (Munanga, 2017). O epistemicídio da história e cultura africana faz com que os estudantes percebam o povo negro, juntamente com sua história, cultura e religião de forma estigmatizada o que leva estudantes negros a negarem a negritude, como estratégia de enfrentamento ao racismo.

3.2 Unidade de observação e sujeitos de pesquisa

A unidade de observação é uma escola Estadual da periferia de Belo Horizonte. A escola é considerada periférica pelos moradores da região por pertencerem eles à população de baixa renda, embora a escola seja localizada a 9 quilômetros do centro da capital mineira.

A região possui comércio pouco desenvolvido devido à proximidade do centro e a proximidade de um shopping que fica a 1,5 quilômetros da escola.

O *corpus* analítico deste estudo será composto por estudantes pretos, maiores de 18anos, matriculados e frequentes no turno noturno de uma escola pública da rede Estadual de Minas Gerais, localizada em um bairro periférico de Belo Horizonte. A unidade escolar possui 17 salas e 1138 estudantes matriculados nos três turnos. Os estudantes se encontram matriculados no ensino médio regular e EJA (Educação de Jovens e Adultos). Os critérios elencados para a delimitação dos sujeitos de pesquisa são a acessibilidade e a conveniência. A maioria dos estudantes matriculados e frequentes do turno são da cor preta. Ademais, a autora faz parte do quadro de professores efetivos da unidade de ensino.

3.3 Plano de coleta de dados

De acordo com Laville e Dionne (1999) a entrevista semiestruturada possibilita flexibilidade à coleta de dados e proporciona maior liberdade ao entrevistado, conduzindo assim para respostas fidedignas, permitindo aos sujeitos de pesquisa que falem, se expressem e não respondam restritamente ao que foi perguntado. Em entrevistas semiestruturadas são definidos *a priori* pontos de interesse a serem explorados delegando ao participante liberdade para expressar-se, fomentando assim um ambiente cordial e respeitoso com a finalidade de facilitação do processo comunicativo. (Fontana & Frey, 2005).

3.4 Estratégia de Análise de Dados

De maneira geral, pode-se dizer que estas análises são de natureza qualitativa e interpretativa, o que interessa aos fenômenos que ocorrem na vida social (Bastos; Biar 2015). O ponto mais elementar é este. O estudo toma como objeto de pesquisa uma micro situação, ou seja, voltando-se para a análise das práticas linguísticas, discursivas, narrativas que fundam práticas sociais nas quais são pavimentadas situações identitárias de toda ordem (Bastos; Biar 2015).

Os dados foram coletados no mês de julho de 2024, no período noturno, no horário de 18:00 às 22:30. A escola conta com 6 turmas neste período 1º, 2º, 3º regular e 1º, 2º, 3º Eja (Educação de jovens e adultos). O turno funciona com 256 estudantes. A partir dos dados analisados, delimitou-se categorias *a priori* e uma categoria emergente. O roteiro de entrevistas foi submetido ao comitê de ética da Unihorizontes e aprovado sob o protocolo:

2024051424310. Após este procedimento, foi pleiteada a autorização junto à Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais SEE/MG. As entrevistas foram gravadas em áudio, na biblioteca, onde estiveram presentes a pesquisadora e os estudantes. As entrevistas foram realizadas individualmente.

Os dados coletados foram analisados e interpretados com Análise de Narrativa. Fanon (2021), alertando que a linguagem não se atém apenas a processos descritivos. Ela está sempre repleta de questões políticas, psíquicas e carregada de subjetividades. O autor vai além e afirma que para que as diversas violências possam atuar, é necessário o aparato da língua e da linguagem. —Esse processo requer ainda uma interpretação sistemática das funções de orientação, assimilação, interpretação, autodefinição, legitimação, ofuscamento e repressão do portador da biografia! Schütze (1983, p. 286). A técnica de análise de narrativa é frequentemente utilizada na Alemanha para analisar biografias de estudantes que ainda estejam matriculados e frequentes (Ffriebertshäuser, 2006; Krüger, 2006).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Apresentação dos personagens e enredo

A presente seção contemplará a análise de dados e a discussão dos resultados, considerando os aspectos epistemológicos e teórico-metodológicos da Análise de Narrativa. Primordialmente será apresentado um quadro com o perfil sócio demográfico dos 22 entrevistados e, em seguida, imagens da estrutura física da escola pesquisada e da comunidade na qual a escola está inserida.

Para que a identidade dos estudantes seja mantida em sigilo, aos 22 entrevistados serão atribuídos nomes fictícios, divididos pelo gênero que são respectivamente 12 masculinos, 10 femininos. Os personagens possuem idades entre 18 e 33 anos, estão matriculados e frequentes no turno da noite que funciona de 18:30 às 22:20 no Ensino Médio Regular ou Eja (Educação de Jovens e Adultos). Dos 22 estudantes entrevistados, 3 foram alunos da autora no ensino fundamental no turno da tarde. Os outros 19 representam o primeiro contato que a autora teve, pois, a autora leciona na escola há 8 anos no turno da tarde.

A Figura 1, a seguir, está organizada da seguinte maneira: entrevistado (a), gênero, idade, ocupação, número de filhos, autodeclaração da cor ou raça e estilo musical preferido. A opção metodológica escolhida foi a de deixar os entrevistados livres para se autodeclararem como preferirem, sem delimitar previamente: preto, pardo, branco ou negro. Por esta razão aparecem as respostas: não sei, moreno claro e meio moreno e moreninho índio.

Figura 1

Personagens da história

| Personagem | Gênero | Idade | Ocupação | Filhos | Cor/raça declarada pelo estudante | Estilo Musical preferido |
|-------------------|---------------|--------------|-------------------------|---------------|--|---------------------------------|
| Marcos | Masculino | 19 | Estudante | 0 | Pardo | Estrangeira |
| Fábio | Masculino | 26 | Agente funerário | 1 | Moreninho índio | Metálica |
| Carlos | Masculino | 23 | Motorista de aplicativo | 1 | Negro | MPB |

| | | | | | | |
|-----------------|-----------|----|--------------------------|---|--------------|----------------------------|
| Jonas | Masculino | 21 | Jardineiro | 0 | Negro | Pop |
| Vitório | Masculino | 19 | Garçom | 0 | Preto | Trap |
| Vinicius | Masculino | 19 | Estudante | 0 | Pardo | Pop e Gospel |
| Marcelo | Masculino | 23 | Cartazista | 0 | Não sabe | Rock |
| Otávio | Masculino | 19 | Motoboy de aplicativo | 0 | Pardo | Pop |
| Luiz | Masculino | 19 | Operador de tráfego pago | 0 | Pardo | Internacionais |
| Breno | Masculino | 20 | Serralheiro | 0 | Branco | Rock |
| Gabriel | Masculino | 18 | Mecânico de embreagem | 0 | Moreno | Funk consciente |
| Henrique | Masculino | 18 | Jovem aprendiz | 0 | Meio moreno | Funks antigos de São Paulo |
| Maria | Feminino | 19 | Do lar | 0 | Parda | Funk e sertanejo |
| Stella | Feminino | 18 | Jovem Aprendiz | 0 | Preta | Gospel |
| Jordana | Feminino | 33 | Desempregada | 3 | Parda | Sertanejo |
| Juliana | Feminino | 18 | Desempregada | 0 | Parda | Funk |
| Stefane | Feminino | 18 | Jovem aprendiz | 0 | Morena clara | Funk |
| Maia | Feminino | 18 | Parda | 0 | Parda | Música em inglês |
| Luana | Feminino | 18 | Confeiteira | 0 | Branca | Funk/Pagode |
| Eduarda | Feminino | 19 | Cuidadora de Idosos | 1 | Parda | Funk/Sertanejo |
| Luzia | Feminino | 18 | Jovem Aprendiz | 0 | Preta | Samba/pagode/Rap |
| Nádia | Feminino | 19 | Jovem Aprendiz | 0 | Preta | Sertanejo modão |

A quadro acima demonstra os 22 personagens da narrativa. 12 homens e 10 mulheres, em sua maioria já adentraram no mercado de trabalho. Em sua maioria, ocupam postos subalternos neste mercado, além de terem de conciliar uma extensa jornada de trabalho e os estudos no período noturno. O mercado de trabalho é um ambiente complexo e dinâmico, que reflete as desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade (Souza, 2023). Para jovens pretos, o acesso e a permanência em empregos de qualidade muitas vezes são marcados por desafios significativos, decorrentes de uma série de fatores históricos, sociais e econômicos (Souza, 2023).

A dificuldade de estudar e se qualificar profissionalmente é uma das maiores barreiras enfrentadas por essa parcela da população, perpetuando um ciclo de exclusão e desigualdade (Souza, 2023). Um estudo realizado pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego retratou uma das muitas dificuldades enfrentadas pelos jovens pretos no mercado de trabalho: —Dos 207 milhões de habitantes do Brasil 17 milhões são jovens de 14 a 24 anos e desses, 5,2 milhões estão desempregados, o que corresponde a 55% das pessoas nessa situação, no país, que no total chega a 9,4%. Ainda, sobre o estudo realizado —entre os jovens desocupados, 52% são mulheres e 66% são pretos e pardos (Gonzales, 2020, p. 35). Jovens negros enfrentam um cenário de exclusão no mercado de trabalho, que é evidenciado por indicadores como a maior taxa de desemprego, a precariedade das ocupações e os salários mais baixos em comparação aos jovens brancos (Souza, 2023).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa de desemprego entre jovens negros é significativamente maior do que entre jovens brancos (IBGE, 2019). Além disso, mesmo quando conseguem emprego, é mais comum que esses jovens estejam em ocupações informais, com menos proteção social e direitos trabalhistas, o que contribui para a vulnerabilidade econômica (Souza, 2023). Essa desigualdade está enraizada em fatores históricos, como a escravização e a discriminação racial persistente, que têm impactos profundos nas oportunidades educacionais e profissionais (Souza, 2023). A falta de representatividade de pessoas negras em cargos de liderança e em setores estratégicos também contribui para a perpetuação dessa desigualdade. Muitas vezes, jovens negros não veem exemplos de sucesso com os quais possam se identificar, o que afeta suas aspirações e expectativas em relação ao futuro profissional (Souza, 2023).

A educação é uma das principais ferramentas para a mobilidade social e para o acesso a melhores oportunidades de emprego (Souza, 2023). No entanto, jovens pretos enfrentam inúmeras dificuldades no acesso e na permanência no sistema educacional. O racismo estrutural presente na sociedade brasileira também se manifesta nas instituições de ensino

(Almeida, 2019). Jovens pretos são frequentemente alvo de discriminação e preconceito, o que pode afetar seu desempenho acadêmico e sua autoestima. O ambiente escolar, que deveria ser um espaço de acolhimento e desenvolvimento, muitas vezes se torna um local de exclusão e violência simbólica para esses jovens (Pinheiro, 2023).

A dificuldade de acesso e permanência na educação afeta diretamente as chances de inserção no mercado de trabalho formal e qualificado (Souza, 2023). Sem uma formação adequada, os jovens acabam sendo direcionados para trabalhos informais ou de baixa remuneração, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão. Além disso, a falta de redes de contato e de capital social, que são frequentemente acessados por meio da educação e de ambientes de trabalho formais, limita ainda mais as oportunidades de crescimento profissional para esses jovens (Bourdieu, 1983). A discriminação racial também se manifesta de forma explícita e implícita no ambiente de trabalho (Souza, 2023). Jovens negros frequentemente enfrentam preconceitos na hora da contratação, promoções e na avaliação de desempenho. As barreiras não se limitam apenas à entrada no mercado de trabalho, mas se estendem ao longo de toda a trajetória profissional, restringindo as possibilidades de ascensão e desenvolvimento de carreira (Souza, 2023).

O personagem Fábio que é um homem preto retinto, que se auto declara moreno, gosta de ouvir rock no estilo metálica e considera ter uma boa profissão lidando 12 horas em cada turno de trabalho, incluindo sábados, domingos e feriados no maior pronto socorro de Minas Gerais, localizado na capital mineira, o Hospital João XXIII. O estudante relata ter enfrentado problemas psicológicos e dificuldades para dormir devido à exposição a corpos nas mais diversas situações.

Estou aqui na escola para concluir o estudo, para ter uma profissão melhor, quer dizer, a profissão boa até tem, mas a gente tem que correr atrás de mais coisas boas na nossa vida. Pesquisadora: Você trabalha todo dia ou é plantão? Não, lá eu trabalho 12 por 36 de agente funerário, a gente lida com corpos e todo dia é uma cena chocante que eu vejo, crianças, mulheres e daí por diante só coisa pesada. Pesquisadora: Como que é isso para você? Bom, isso para mim agora está sendo tranquilo. Há três meses atrás eu estava até fazendo tratamento com psicólogo, tomando remédio para dormir porque eu via as cenas, não conseguia lidar com a situação ou às vezes pegava o problema e levava para casa. Isso afetava o cérebro e aí eu ficava meio que pensativo, perturbado diante da situação que eu encontrava. Mas agora passou o tempo, já adaptei a situação

e isso para mim, quer dizer, não é uma coisa boa que eu gosto de ver todo dia, mas já adaptei a situação (Fábio).

O personagem Marcelo que declarou a qual cor ou raça pertence, declara ser cartazista, profissão que consiste em realizar a comunicação visual das empresas através de cartazes. Relata trabalhar na mesma empresa há dois anos. O que representa uma grande conquista para um jovem preto periférico devido ao alto índice de desemprego que atinge esta população.

Marcelo: Eu trabalho, faz dois anos na mesma empresa, eu sou cartazista.
 Pesquisadora: E você gosta do seu trabalho? Marcelo: Gosto, gosto! Não incomoda não, não me estressa, é bem tranquilo. Não tem ninguém que pegue no meu pé, é bem tranquilo.

O personagem Gabriel revela gostar de ouvir o estilo funk consciente que consiste basicamente em um funk que tem como objetivo realizar denúncias sociais, e o cotidiano dos jovens pretos de favelas e periferias. O personagem Henrique consome funk antigos e de São Paulo, pois trabalha com o despertar da consciência. Importa refletir que o mesmo personagem, sendo um jovem preto declarou ser —meio moreno. O personagem Vítório afirma gostar de ouvir o ritmo Trap que consiste em um estilo musical com a batida e rimas do Rap porém com temas sobre ostentação e experiências sexuais. O personagem Luiz de 19 anos revela gostar de todos os tipos de músicas internacionais. O personagem Marcos, além de achar muito bonito cabelos longos e lisos, também admira tudo que vem de fora do país. Isto mostra como as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural podem ser internalizadas por um setor que também é discriminado e desconhece que, dentro do seu próprio discurso, existem velhos mecanismos de branqueamento de ideais e mitos da democracia racial (Gonzalez 2020, p.43). A língua possui dimensões políticas para construir e perpetuar relações de poder (Kilomba, 2019). O personagem é um jovem preto que se autodeclara pardo, gosta, admira e consome todo tipo de músicas internacionais. É a materialização dos impactos que a colonialidade pode causar nas subjetividades dos sujeitos.

Pesquisadora: E que tipo de música você gosta de ouvir? Você gosta de música?
 Marcos: Pop. Pesquisadora:Pop? É como o hip-hop, é brasileira ou estrangeira?
 Marcos: Estrangeira. Pesquisadora: Como é um cabelo bonito para você? Marcos:

Bom, cabelos longos, primeiramente. Pra mim, o meu gosto é mais a pessoa que é mais asiática, tá entendendo? O meu gosto é mais esse. Porque eu gosto, assim, de coisas de fora. (Marcos)

Com gêneros musicais ricos e diversos como a cultura musical brasileira e afro-brasileira, Luiz gosta de músicas em inglês, francês e russo, mesmo sem entender nem uma palavra destas línguas. A narrativa será construída a partir das declarações destes 22 e personagens que muito têm a revelar sobre identidade, negação da negritude, aproximação da branquitude e desvalorização da cultura afro-brasileira. Todos estes acontecimentos aliados ao poder simbólico que tem como consequência o epistemicídio da história e culturas africanas e afro-brasileiras e o *campus* também é uma engrenagem estratégica para que todo o processo aconteça.

4.2 Configuração do *Campus*

A escola está localizada em um bairro periférico da região Nordeste de Belo Horizonte. Abaixo seguirão imagens da comunidade a qual a escola está inserida e da entrada principal da mesma, em seguida, imagens da quadra descoberta e coberta.

Figura 2

Comunidade na qual a escola está inserida

Figura 3

Entrada principal da escola



(Fonte: Dados da pesquisa)

Figura 4 *Quadra descoberta e estacionamento*

Figura 5 *Quadra coberta com integrantes da igreja católica do bairro*



(Fonte: Dados da pesquisa)

O bairro no qual a escola está localizada, possui um formato de caldeirão conforme demonstrado na Figura 2, constituído de muitos morros íngremes. A escola fica no alto de um dos morros. É uma região com alto índice de abuso de substâncias ilícitas e pessoas encarceradas. A violência é constante com execuções de jovens realizadas no meio da tarde na praça do bairro. Há relatos dos estudantes também de pessoas que são queimadas vivas por acerto de contas de brigas de gangues. O bairro possui três linhas de ônibus que levam direto ao centro ou ao metrô. Possui mais duas escolas, uma da prefeitura de Belo Horizonte que atende ao público infantil, uma do Estado que atende aos anos iniciais do ensino fundamental.

O comércio da região é desenvolvido e possui supermercado, açougue, sacolões, padarias, lojas de roupa e salões de beleza. Possui também uma igreja católica que realiza diversos eventos constantes na quadra coberta da escola como festivais de caldos e sorvetes, encontro de casais como pode-se observar na Figura 4. A igreja e a escola possuem uma relação de parceria. Existem também duas obras sociais da igreja Católica no bairro, uma da mesma congregação parceira da escola que oferece aulas de flauta para crianças de seis a dez anos e uma biblioteca comunitária administrada pela Sabic que é uma rede articulada de bibliotecas e oferta títulos pertinentes à adolescência, juventude e infância. Há também uma obra social de outra congregação religiosa católica. O espaço oferece aulas de dança de rua, informática, reforço escolar e cursos profissionalizantes. O bairro possui também um centro cultural voltado para temáticas afro-brasileiras como capoeira e musicalidade em: pandeiro,

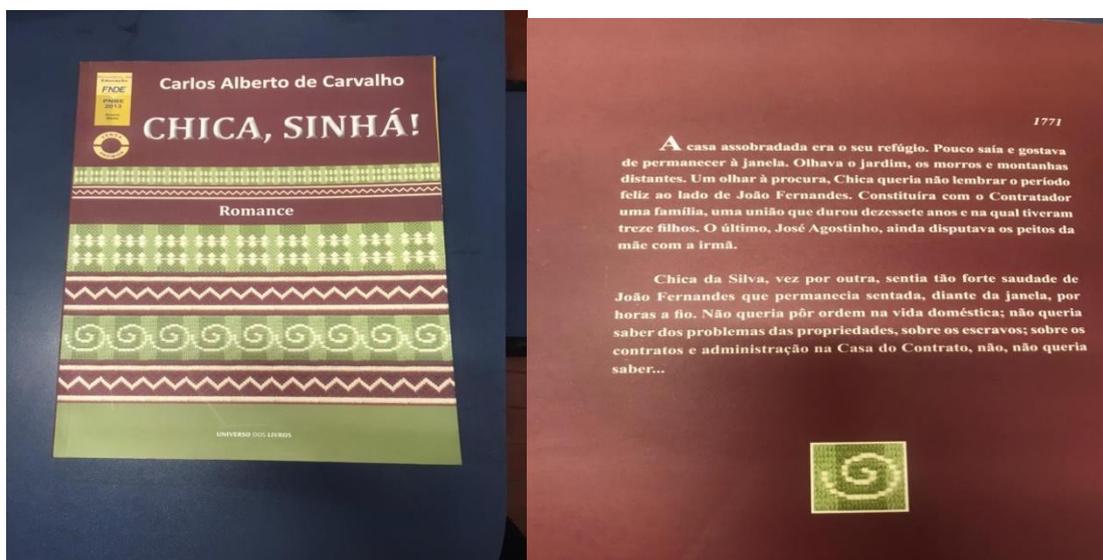
berimbau e atabaque. No bairro vizinho, todo primeiro domingo do mês também acontecem as batalhas, com estudantes da escola e MC's da região. O Rap é uma poesia marginal que muitas vezes é utilizada como denúncia social, trazendo denúncias sobre as injustiças sociais, o racismo e a violência policial nas periferias. Os três centros culturais presentes no bairro, são importantes ferramentas de estímulo à consciência, criatividade, criticidade, comunidade.

Durante a pesquisa de campo que foi realizada no mês de julho de 2024, foram encontrados muitos fatores simbólicos que corroboram e fomentam o racismo. O poder simbólico é aquele que oprime sem se fazer perceber (Bourdieu, 1989). Foi encontrado um mural com Machado de Assis sendo retratado como branco, prateleiras inteiras na biblioteca dedicadas ao autor supremacista branco Monteiro Lobato, um livro intitulado Chica Sinhá! que utiliza expressões racistas do início ao fim.

É neste espaço que jovens pretos periféricos estudam. É a partir deste espaço que se iniciará a análise de narrativa que consiste em: —somente dados textuais que apresentam o processo social de forma contínua, ou melhor, que o trazem à tona, permitem uma análise —sintomática dos dados, que inicia com uma apresentação textual dos dados e uma descrição completa da seqüência dos mesmos. Schütze (1983, p. 286). O livro com o título: Chica, Sinhá! Aparentemente, objetiva contar a história de uma mulher negra relevante para a história afro-brasileira. O livro é problemático do início ao fim e custeado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), programa do Governo Federal que operacionaliza o PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático). A começar pelo título, que sugere que Chica se transformou em uma Sinhá com ponto de exclamação, o que sugere a elevação da mesma, de escravizada a sinhá. Ou seja, ela não é mais a Chica, uma qualquer, ela é uma Sinhá!

Figura 6

Livro que reforça estereótipos da mulher negra



(Fonte: Dados da pesquisa)

O livro *Chica, Sinhá!* segue estereotipando, objetificando a protagonista Chica da Silva e seus filhos. Logo na contra capa são mencionados os seios da ex-escravizada. Do início ao fim do livro, o autor reduz Chica da Silva a condição de ex-escrava e salienta constantemente os atributos físicos —perdidos, reduzindo a mulher negra a apenas um corpo, negando sua humanidade.

O autor realiza estas descrições depreciativas da personagem durante toda a obra. É chamada durante toda a obra de ex-escrava o que já apresenta um grande problema a escolha da expressão. Escrava e escravizada tem conotações completamente distintas, e mesmo assim o autor decide e escolhe utilizar a expressão —ex-escrava durante toda a obra e, mais do que isso, a enfatiza sistematicamente (Harkot, 2012).

Ainda na página 14 do livro : —Chica da Silva encantou com seus trejeitos sensuais os homens do tijuco. Reforçando o estereótipo da mulher negra hiper sexualizada. Quando Chica ainda menina foi sequestrada por traficantes de pessoas em Gana, leste africano, o autor novamente escolhe palavras peculiares para descrever o momento. Página 18: —Seu grito em nada a protegia pois era a caça. Novamente o autor nega a humanidade de uma criança e a animaliza. Ao relatar os momentos de horror sofridos pela criança durante o percurso, observa-se como o autor se refere à mulher presente no navio que passava pela mesma situação de sequestro e que testemunhou o sofrimento da menina na página 18: —Enlouqueceu, disse em baixa voz uma mulher de face larga e grande nariz.

Na página 125 do mesmo livro se explicita o racismo religioso, nomeando as religiões de matriz africanas como magia, feitiçaria: —Certa vez escutara que sua união com o contratador dera certo porque recorrera aos sortilégios e práticas de magia; aos orixás ou deuses de feitiçaria trazidos da África, nas constantes incursões pelos sombrios segredos dos cultos tribais africanos. A escolha da utilização da expressão —oull iguala os orixás a deuses de feitiçaria. Na página 178, quando o autor relata o fim da vida da protagonista, o autor realiza descrições sobre a aparência da mesma: —Você, bonita? Já se olhou: gorda, papuda, olhos esbugalhados, pelancas, cabelos brancos e crespos; melhor, crespos, crespos, além da imensa barriga... Interessante salientar a ênfase dada a textura dos cabelos, comprovando o racismo explícito. Chama um de seus filhos, uma criança, na página 179 de —fogosoll.

O autor se utiliza da força do discurso para enfatizar opressões como se fossem naturais ou normais (Bourdieu, 1989). E, ainda não satisfeito, romantiza situações de assédio sexual que configura violência. Durante toda a obra objetifica, sexualiza e desumaniza a protagonista e dá a entender que ela não se incomodava com as diversas violências, as palavras do autor indicam que ela até gostava, que era provocativa. Importante refletir sobre a postura do autor. Enquanto intelectual negro, a disputa de narrativas será sempre uma constante (Woodson, 2021). —E isso sendo uma verdade, aparece um desafio a todos os intelectuais —periféricos: não conciliar com essa forma de narrativa, nunca (Woodson, 2021). É necessário que intelectuais periféricos, acadêmicos e professores, lutem ferozmente contra às maravilhas que o mundo proposto oferece (Woodson, 2021). Jamais sentir-se confortável onde não seja contemplado (Woodson, 2021), ou mesmo subalternizado e estigmatizado ou ainda, pior que isso, utilizar o seu lugar de fala (Ribeiro, 2022), para divulgar epistemes do opressor.

Machado de Assis um dos mais importantes autores da Literatura Brasileira senão o mais relevante, é retratado como branco. —O mais extraordinário contista da Língua Portuguesa e um dos raros romancistas de interesse universall (Pereira, 2019, p. 19), que tanto contribuiu para a literatura brasileira e foi um dos fundadores da ABL (Academia Brasileira de Letras). O apagamento da negritude de Machado de Assis, não somente na escola analisada mas na História nacional, é um aspecto relevante do epistemicídio afro-brasileiro. Um autor brilhante e importante como ele, seria uma relevante representatividade positiva da negritude. —Quando retratamos a trajetória pessoal e profissional de Machado de Assis, devemos evidenciar que ele foi um homem negro, inclusive, era neto de escravos (Balbino, 2022 p.19). A biblioteca da escola conta com duas prateleiras dedicada a Monteiro Lobato, autor racista e participante de grupos supremacistas brancos.

Figura 7

Mural onde Machado de Assis é retratado como branco



(Fonte: Dados da pesquisa)

Monteiro Lobato, é uma figura controversa devido ao racismo presente em muitas de suas obras. Suas obras têm sido objeto de críticas por perpetuar estereótipos raciais e atitudes preconceituosas (Mendes & Maia, 2019). Um dos exemplos mais notórios do racismo na obra de Monteiro Lobato pode ser encontrado em "Caçadas de Pedrinho" (Mendes & Maia, 2019). Lobato utiliza expressões que diminuem a personagem, tanto em termos de inteligência quanto ao valor social. A forma como Tia Nastácia é tratada pelos outros personagens também reflete uma hierarquia racial implícita, onde ela é subserviente e frequentemente alvo de comentários desdenhosos (Mendes & Maia, 2019).

A linguagem usada por Lobato ao se referir a personagens negros é carregada de termos pejorativos (Mendes & Maia, 2019). No contexto de "Caçadas de Pedrinho", palavras e expressões racistas são utilizadas sem qualquer questionamento ou crítica, refletindo e perpetuando os preconceitos da época (Mendes & Maia, 2019). Isso não só reforça estereótipos negativos como também influencia a forma como leitores jovens percebem as pessoas negras (Mendes & Maia, 2019).

A naturalidade com que Lobato revela suas crenças racistas tira qualquer dúvida desconsiderando qualquer possibilidade de neutralidade em sua obra literária. Um homem que lamenta a inexistência e proibição da KKK (Ku Klux Klan) no Brasil. O autor, reverenciado e respeitadíssimo, afirma que o Brasil é um país de mestiços no qual os brancos não possuem força para organizar uma Ku, Klux, Klan (Negri, 2011, p. 26). O autor ovacionado nas escolas vai além e revela que a mestiçagem destrói a capacidade construtiva (Negri, 2011).

A obra de Monteiro Lobato carrega consigo o peso do racismo e mesmo assim, prateleiras inteiras são dedicadas às suas obras na escola pesquisada. Mais uma vez o dinheiro público financiando obras racistas. Nessa perspectiva, o texto de Lobato contém teoria racial, razão pela qual seus personagens são descritos sob a perspectiva de a raça negra ser considerada inferior (Mendes & Maia, 2019). Segundo esta visão, os negros são uma raça com características físicas e intelectuais —inferiores—. Ou seja, os africanos não tinham nada de positivo a oferecer na construção do Brasil moderno (Mendes & Maia, 2019). O problema aqui denunciado não é concluir que a literatura de Monteiro Lobato contém ideologia e estereótipos racistas. Estas questões estão mais do que comprovadas em suas obras e suas declarações explícitas. A identidade deste autor se configura como um racista convicto é fato inquestionável. Mesmo assim, na biblioteca da escola pesquisada uma prateleira inteira é dedicada ao autor, enquanto não existem prateleiras dedicadas a Machado de Assis, à história e cultura africana e afro-brasileiras, nem a autores negros brasileiros.

Portanto, as expressões de racismo que aparecem na obra de Lobato são, na verdade, sua percepção do negro na sociedade. Este campo, este ambiente, emite mensagens aos estudantes constantemente. Abaixo fotografias da prateleira dedicadas aos autores e de uma obra na qual o mesmo retrata um alemão que passou por grandes apuros ao encontrar uma tribo indígena com costumes canibalísticos, enfatizando constantemente a condição de vítima do europeu e indígenas na condição de canibais, selvagens incivilizados, além de uma postura completamente preconceituosa e estereotipada da cultura e costumes indígenas.

Figura 8

Prateleiras inteiras dedicadas a autor supremacista branco



Figura 9

As aventuras do inofensivo alemão que é pego por canibais



Nenhuma prateleira da biblioteca é dedicada a Machado de Assis, ou algum autor negro como Mário de Andrade, Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina, Conceição Evaristo, Joel Rufino, Djamilia Ribero ou Itamar Vieira Júnior, autor de Torto Arado livro vencedor de vários prêmios e publicado em 15 países. Importa ressaltar que exemplares destes autores também não foram encontrados na biblioteca desta escola.

Há de se ressaltar também que não existem prateleiras dedicadas à literatura africana ou afro-brasileira mas sim de literatura inglesa e espanhola. O clássico universal: Os três mosqueteiros e O Conde de Monte Cristo do autor preto Alexandre Dumas, nascido na França também não foi encontrado. Todos os elementos aqui explicitados corroboram a formação do *habitus* dos estudantes que realizam autodeclarações que negam ou se afastam da negritude e rechaçam a cultura musical negra como samba, pagode, rap e se aproximam do Funk. Embora o funk tenha influência afro, criado nos Estados Unidos por artistas negros (Licursi, 2020), o funk brasileiro utiliza-se de linguagem altamente violenta e sexualizada (Lima; Bedê, 2017), discursando sobre a questão do consumo cultural do funk.

—Os sistemas de ensino e o simbólico que os acompanha carregam consigo uma das marcas indelévels da colonização e da herança da colonialidade, sob a qual vivemos ainda hoje [...] (Tolentino, 2019 p.76). Os processos educacionais demonstram que o campo educacional é um campo de lutas no qual seus indivíduos impõem posições políticas e culturais (Bourdieu, 1984). Essa perspectiva teve impacto decisivo na organização e no sistema de gestão educacional brasileiro (Sander, 2009). Foi assim que perspectivas originais

sobre a gestão escolar deram origem a modelos dedutivos e práticas normativas que revelaram a preocupação prioritária com a manutenção e reprodução da estrutura e da cultura na organização das escolas e na gestão político-institucional dos sistemas educativos (Sander, 2009).

4.3 Construção da Identidade de jovens pretos

A pesquisa em campo demonstrou que a maior parte dos estudantes pretos se autodeclararam pardos e os estudantes pardos se autodeclararam brancos. Outro dado importante encontrado são as preferências musicais dos estudantes que estão diretamente relacionadas à cultura afro-brasileira. Quatro estudantes revelaram gostar de pop, gênero musical para a juventude que representa músicas internacionais e não música popular brasileira. Somente 8 dos 22 estudantes deram autodeclarações coerentes com a cor/raça, sendo assim, apenas 36% aproximadamente. Conclui-se que 64% dos personagens realizaram autodeclarações que se afastam ou negam a negritude.

Fato relevante a ser observado é que 13 dos 22 jovens pretos preferem manifestações culturais brancas, é o que Nascimento (1978), conceitua como embranquecimento cultural. A cultura africana e afro-brasileira são representadas como folclórica (Nascimento, 1978). Apenas 1 dos 22 personagens declarou gostar de ouvir samba.

Sete personagens afirmaram gostar de ouvir funk, samba e pagode e 15 estudantes, em sua totalidade preto ou pardos, ouvem e gostam de músicas gospel ou estrangeira. Apenas a Luzia, afirmou gostar de samba, pagode e rap. —O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação em termos de representação sociais e mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras. o que se observa é um racismo culturall (Gonzalez, 2020 p.42). As músicas gospel e estrangeiras são as preferidas dos estudantes. O fato de muitos estudantes declararem ter o funk como gênero musical preferido é simbólico. A escolha de palavras e denominações carregadas de violência fazem parte de uma espontaneidade do funk brasileiro, que reflete as ações dos costumes contemporâneos, enfatizando a lógica pornográfica juntamente a da hipersexualização explícita (Lima; Bedê, 2017). O consumo cultural gera identidades, estabelecendo padrões de comportamento, meios de aprendizagem, linguagem própria e sistemas de crenças partilhados (Oliveira, Souza, Souza, 2024).

Os membros do grupo agem de acordo com essas crenças. Nos grupos onde a música é o consenso, dela nasce a fé (Oliveira, Souza, Souza, 2024). A música influencia suas expressões, roupas, penteados, movimentos, dança, etc. (Oliveira, Souza, Souza, 2024). Esse

conjunto de crenças constrói a identidade desse conjunto de pertencas (Oliveira, Souza, Souza, 2024). Não é por acaso que o grupo demográfico mais jovem, que inicia o seu próprio processo de construção de identidade, é aquele com os níveis mais elevados de aquisição de material fonográfico do estilo musical funk, pois para fazer parte de uma comunidade cultural é necessário possuir uma gama de bens culturais (Licursi et al., 2020). A música tem o poder de influenciar as emoções e a representação social, refletindo aspectos históricos e sociais (Oliveira, Souza, Souza, 2024). Estudos tendem a se concentrar nos efeitos das letras musicais e comportamento sexual (Pimentel, 2012). A música, também influencia o comportamento, o pensamento e a interação social, desempenhando um papel importante na formação da personalidade e na comunicação (Pimentel, 2012).

O funk perpetua desigualdades de gênero objetificando o corpo feminino e vulnerabiliza jovens em seu desenvolvimento psicossocial (Mendes, 2021). A representação da estética negra nos meios de comunicação, na moda, na arte e na cultura popular é essencial para o senso de pertencimento dos jovens pretos. A visibilidade de modelos, atores, músicos e figuras públicas negras que exibem com orgulho sua estética natural e culturalmente rica, oferece aos jovens exemplos positivos a seguir. Isso é especialmente importante em uma sociedade onde os negros são constantemente sub-representados ou representados de maneira estereotipada. —Ou seja, construir novos cânones da beleza e da estética que dão positividade às características corporais do negro (Gomes, 2019 p.102).

A estudante Luzia é uma estudante negra retinta, que utiliza o cabelo *black* e que realizou uma autodeclaração condizente com sua cor/raça. A mesma também ao ser questionada, como seria um cabelo bonito afirmou: —É.. igual, tipo, pretinha, assim, que nem a gente. Eu acho lindo um cabelo *black*, entendeu? Uma trança, alguma coisa assim, tipo bem cultura. Eu acho bonito assim. Importa enfatizar que a mesma estudante está satisfeita com sua aparência e não deseja mudar nada. —O cabelo crespo figura como um importante símbolo de presença africana e negra na ancestralidade e na genealogia de quem o possui (Gomes, 2019 p.77). A estética negra é um importante pilar de resistência contra a opressão e a discriminação racial (Gomes, 2019). A celebração da estética negra é um ato de empoderamento que desafia as narrativas negativas e as políticas de assimilação que visam marginalizar a cultura negra. Ao abraçar e promover suas próprias formas de beleza e expressão cultural, os jovens negros se posicionam contra a opressão e afirmam sua identidade (Gomes, 2019).

Os intelectuais negros trazem sua contribuição intelectual também através da música. Não é necessário repetir as dificuldades de acesso e permanência à educação formal

fomentada pelo Estado à população preta. A produção cultural é uma produção intelectual, há reflexões, denúncias e produções de sentido. O afastamento ou a negação de tudo relacionado à cultura musical afro-brasileira é um desdobramento do epistemicídio é uma consequência deste processo. Negando a negritude, estudantes pretos acreditam se isentarem de admitir um problema grave da sociedade brasileira que é o racismo e acreditam assim se protegerem do mesmo. —E, o fato do negro não se reconhecer, faz com que ele tenda ao —universalismol proposto. Ou seja, o branco. O negro torna-se branco para —tentar| virar ser—humanol (Rangel, 2023, p.44). Além de incorporar, costumes, culturas, *habitus*, da branquitude, jovens pretos também se autodeclaram pardos ou mesmo indígenas, numa tentativa desesperada de se aproximar da branquitude, que representa ser universal e principalmente, ser-humano. No caso do personagem preto que se declarou indígena no gabarito da Olimpíada de Matemática, é o poder simbólico de Bourdieu 1989, agindo nas concepções e ideologias e construindo ações. Para este estudante, se declarar indígena é uma melhor estratégia já que possui a pele preta. —Pode-se constatar o quanto as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor, também discriminado, que não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os velhos mecanismos do ideal de branqueamentol (Gonzalez, 2022 p. 43).

Na infância, onde o processo de construção da identidade é iniciado, as crianças já apresentam percepções negativas relativas à negritude (Souza, et.al, 2018). Tomando como base a compreensão do racismo como um sistema de poder que marginaliza e inferioriza o outro, este mesmo sistema trabalha para que o cabelo crespo e a cor da pele transformem-se em sinais mais perceptíveis das identidades étnico-raciais, e esses sinais passam a ser ponto de conflito no que diz respeito à formação dessas mesmas identidades, estimulando os estereótipos. —O caminho é reconhecer o seu próprio mundo. Abraçar sua cosmovisão é compreender que há dois mundos: o mundo dos brancos e o mundo dos negros. Apenas no primeiro será possível ter a liberdade plena, ao passo que no último ela tem que ser disputadal (Rangel, 2023, p.44).

Dentro desse contexto, Araújo, Katrib e Santana (2014, p. 02), apontam que: —percebemos a força subjetiva que as denominações do cabelo têm na vida das pessoas negras, reforçando sempre os estereótipos que os objetiva e, não raras às vezes, animaliza o negro por conta de suas características físicas. Trazendo à reflexão, a ideia de Malachias (2007, p. 39), quando diz que —a negação de outros padrões de beleza transformou o cabelo liso em referencial máximo de beleza. Identidade coletiva é uma categoria que define um grupo (Munanga, 2012). —Trata-se aqui da identidade como categoria de autodefinição ou

auto atribuição, que sem dúvida carrega uma carga de subjetividade e de preconceitos em relação aos outros grupos (Munanga, 2012 p.9). É o caso dos 22 personagens pretos entrevistados, em que a maioria não possui a identidade coletiva negra ou preta. Refletir sobre identidade negra está intimamente ligado à cor da pele (Munanga, 2012). É importante salientar que a negritude, embora tenha sua origem na cor da pele, não é de ordem biológica (Munanga, 2012). O que significa que a tomada de consciência da identidade negra não é construída pela simples percepção das diferentes pigmentações de pele (Munanga, 2012). O processo de construção da identidade negra é justamente a consciência da coletividade, consciência das opressões que atingiram e atingem a si e ao seus.

Ser negro não se refere apenas pertencer à culturas de pele escura; na verdade, os humanos são todos culturalmente diferentes. Na verdade, o denominador comum fundamental entre estes grupos de humanos não é, como o termo —negro| sugere, a cor da sua pele, mas o fato de todos terem sido vítimas das mais flagrantes tentativas de desumanização ao longo da história. As culturas não são apenas alvo de políticas sistematicamente destrutivas, mas, mais importante ainda, a existência dessas culturas é simplesmente negada (Munanga, 2012).

Reconhecendo a condição histórica da comunidade que foi vítima da internalização (consolidação de valores sociais hegemônicos), e da negação da humanidade plena no mundo ocidental, a negritude também deve ser vista como uma confirmação e construção da solidariedade entre as vítimas (Munanga, 2012 p.12).

O pilar primordial para a constituição da identidade é a História (Munanga, 2012). Como construir identidade se a História do seu povo foi apagada? —No entanto, essa história, mal a conhecemos, pois ela foi contada do ponto de vista do —outro|, de maneira depreciativa e negativa (Munanga, 2012 p.10). É fundamental se reconectar ao fio condutor que leva à verdadeira História do povo negro que o liga à África isenta de distorções e falsificações (Munanga, 2012).

A construção da consciência histórica, estabelece relações de segurança com seu povo (Munanga, 2012). Cada povo se esforça para conhecer sua História e transmiti-la para as gerações futuras (Munanga, 2012). —Razão pela qual o afastamento e a destruição da consciência histórica era uma das estratégias utilizadas pela escravidão e colonização, para destruir a memória coletiva dos povos escravizados e colonizados| (Munanga, 2012 p.10). Por esta razão, o resgate da História autêntica do povo negro em África e aqui em diáspora está conectado à construção de uma identidade coletiva (Munanga, 2012). Atente-se à autodeclaração do Gabriel, um jovem preto que escuta Funk consciente:

Pesquisadora: Qual cor ou raça você se declara? Gabriel: Ah, eu me declaro preto. Porque escorregado de branco é preto. Moreno. É moreno. Moreno é cor. É cor? Moreno? Pardo. Pesquisadora: Que cor ou raça que você se declara? Gabriel: Qualquer cor? Pesquisadora: Você quem sabe. Gabriel: É moreno então. Pesquisadora: Moreno? Gabriel: É (Gabriel).

O Vinícius que se autodeclara pardo e se refere ao povo negro como eles. Não possui consciência de que pertence a este povo.

Pesquisadora: E aí, não só aqui nessa escola, mas durante todo o tempo que você vem estudando, desde a primeira vez que você entrou na escola, o que que você aprendeu sobre pessoas negras?

Vinicius: Na escola? Na escola eu aprendi sobre racismo, né? Que isso é ilegal. Na verdade, minha mãe já me ensinou isso bem antes de eu começar a escola, eu acho. Que a gente tem que respeitar as coisas diferentes das pessoas. Não ficar chamando a pessoa de tal, de não sei o quê, que é desrespeitoso. Eu sempre respeito qualquer tipo de pessoa. Eu nunca desrespeito ninguém. Pesquisadora: Entendi. Vinícius: Nas redes sociais tem gente que trata eles como escravos com desrespeito. Pesquisadora: E qual cor você se declara, Vinicius? Parda. (Vinícius)

O Brasil é um país negro que vive em negação constante do que ele se constitui (Gonzales, 2019). É o problema da denegação (Gonzales, 2019). —A ausência de questionamento pode levar inúmeras crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagem baseadas, muitas vezes, no comportamento acrítico dos adultos a sua volta (Souza et.al, 2018). A identidade negra ou afro-brasileira está diretamente ligada à negritude, enquanto categoria sócio-histórica e pela situação do negro em uma sociedade racista (Munaga, 2012). Desde a educação infantil, crianças negras possuem uma visão negativa da negritude, a negam, muitas vezes afirmando serem morenas e desejando serem brancas (Souza et.al, 2018). —Questionada sobre sua cor, ela se diz morena e se pudesse mudar, seria branca (Souza et.al, 2018 p.144). É exatamente o desejo da maioria dos personagens desta narrativa. Apenas Luzia, não deseja acessar o fenótipo da branquitude, através dos olhos ou cabelos mais claros. Assim como os jovens pretos, o Poder Simbólico (Bourdieu, 1989), opera desde os primeiros anos de vida em crianças pretas. Os jovens embora não declarem explicitamente o desejo de serem brancos, declaram subjetivamente o desejo de possuir traços fenotípicos da

branquitude, como olhos verdes ou azuis, cabelos claros e lisos. No caso das crianças de 10 anos, em seus desenhos pode-se observar quase todos traços da branquitude, seja nos cabelos amarelos, nos olhos claros ou na simbologia do vitiligo.

Pesquisadora: Você gostaria de mudar alguma coisa no seu corpo? Nádía: Acho que não. Pesquisadora: Não! Tá satisfeita? Nádía: Sim. Pesquisadora: E se você tivesse a oportunidade de mudar algo natural no seu corpo, assim, o olho, o cabelo? Se você tivesse a oportunidade de nascer de novo com outras características. Uma característica que você pudesse escolher, você escolheria alguma coisa? Nádía: Sim. Cor de cabelo diferente, tipo, mais claro e tal. Pesquisadora: Aham. Nádía: E acho que só. Pesquisadora: E só? Nádía: Só. Tipo, olho diferente também. Mais claro. Um castanho mais claro. Pesquisadora: Sei. Pesquisadora: É... outra coisa, e, qual cor você se declara? Cor ou raça, né? Nádía: Preta. (Nádía).

Nádía, embora tenha se declarado preta, relatou se tivesse a oportunidade de escolher suas características, ela gostaria de ter cabelos e olhos mais claros. Vale ressaltar que até mesmo os estudantes que possuem consciência da própria negritude e a declara, almejam acessar a branquitude através de uma situação hipotética. É possível inferir, que se a pergunta fosse direcionada a um ou a vários estudantes brancos, nenhum deles almejaria possuir características fenotípicas da negritude. Portanto, isto indica que o Brasil possui os padrões —feitura e —beleza que são construções culturais permeadas por uma discussão étnico-racial (Gomes, 2017). O mesmo autor afirma que o padrão estético construído sob esse sustentáculo gera tensões, pois: —Emerge um padrão de beleza corporal real e um ideal. No Brasil, esse padrão ideal é branco, mas o real é negro e mestiço (p. 111).

Carlos: tem o sangue negro, mas já é mais claro, o meu pai é branco. Mas acontece que ele é branco do cabelo, bem crespo mesmo, que a minha mãe já é morena assim, ela é da sua cor, mais escura que você. E ela, o cabelo dele é pretinho, lisinho, então... Aham, uma mistura (Carlos).

Luiz um rapaz preto que se declarou pardo, revela suas concepções sobre padrões estéticos:

Pesquisadora: Quais características físicas você acha bonita nas pessoas? Luiz: Característica da pessoa? Pesquisadora: É! fisicamente. Luiz: Ah, fisicamente? Pesquisadora: O que você acha bonito? Luiz: Eu acho esse tipo de cabelo bonito, essa cor de olho, essa... Para mim, tanto faz tem gente que tem cabelo crespo, e é bonita.(Luiz)

Luiz, apresentou desconforto com a pergunta. O mesmo repete a pergunta e a resposta; —Eu acho esse tipo de cabelo bonito, essa cor de olho...!, o mesmo se referia à autora, que usava o cabelo crespo solto no dia da entrevista. Embora o estudante afirme não ser ligado em padrões estéticos e achar bonito cabelos crespos e olhos castanhos escuros, logo após ele revela o que contradiz completamente sua resposta anterior. —Tem gente que tem cabelo crespo e é bonita!. Ou seja, até mesmo as pessoas que possuem cabelos crespos, podem ser bonitas, pois geralmente não são em sua concepção. O cabelo não é apenas uma característica biológica, é sobretudo linguagem corporal e social de resistência (Gomes, 2019). Outro dado a ser ressaltado é que o estudante gostaria de mudar os olhos para azuis, segundo ele, tem um primo com olhos desta cor e acha muito bonito. —A amargura, o desespero ou a revolta resultante da diferença em relação ao branco vai traduzir-se em ódio ao corpo negro! (Santos, 2022 p.31).

Luiz: Eu sempre pergunto isso pra minha mãe. Naquelas horas que na prova parece assim... Eu coloco que eu sou preto. Teve aí na semana passada... Pesquisadora: Há uns 15 dias atrás, né? Luiz: Eu coloco que eu sou preto. Porque tem gente que gosta de falar preto. Tem gente que gosta de falar negro. Tem gente que fala pardo. Eu comparo... Eu comparo com gente que eu conheço que é bem mais escuro que eu. Eu falo assim... Gente, aquele cara ali é preto. Eu sou pardo.Mas eu não sei. Eu falo pardo ou negro mesmo. Pardo. (Luiz)

Importa reafirmar que Luiz é um jovem preto retinto. A declaração inicial de não saber ou se comparar, são estratégias para negar a negritude e a predileção por todos os tipos de músicas internacionais inclusive em russo, é mais uma estratégia de desespero, de negar a si mesmo (Santos, 2022). A estética negra é fundamental na construção da identidade de estudantes negros, oferecendo-lhes ferramentas para aumentar sua autoestima, sentir-se representados e resistir à opressão, ao valorizar suas características físicas, expressões culturais e herança histórica (Gomes, 2019). A estética negra promove um senso de orgulho e

pertencimento que é crucial para a formação de uma identidade positiva e forte (Munanga, 2017). No país em que ainda luta contra o racismo e a discriminação são tão árduas, a celebração da estética negra é um passo essencial para a igualdade e a justiça social, proporcionando aos jovens negros a força necessária para enfrentar os desafios e afirmar sua identidade com confiança e orgulho (Gomes, 2019).

Além disso, a estética negra é frequentemente utilizada em movimentos sociais e políticos para transmitir mensagens de resistência e solidariedade. Essas expressões estéticas reforçam a ideia de que a identidade negra é algo a ser celebrado e protegido (Munanga, 2017). O Movimento Negro reconhece que a educação não possui sozinha a solução para todos os males que acometem a população negra (Gomes, 2011). Entretanto ocupa papel relevante no processo de produção de conhecimento sobre si e sobre o outro e é constantemente utilizada no mercado de trabalho para fornecer oportunidades ou excluir e marginalizar grupos (Gomes, 2011). Portanto, todas as pesquisas oficiais apresentadas nos últimos anos, demonstram como a Educação tem produzido e reproduzido desigualdades raciais (Gomes, 2011).

Em diferentes Estados e municípios, as práticas individuais de professores interessados em trabalhar e refletir sobre as desigualdades raciais ainda é uma prática recorrente nas escolas. As práticas coletivas são raras (Monteiro, 2010; Croso, 2007; Gomes et al., 2006; Abramovay e Castro, 2006; Santana, 2003; Santana, 2004). —As intuições de ensino, cuja gestão se desenvolve de forma mais democrática e participativa, tendem a desenvolver trabalhos mais dinâmicos, coletivos, articulados, enraizados e conceitualmente mais sólidos voltados para a educação das relações étnico-raciais (Gomes, 2011 p.119). Os problemas encontrados na escola pesquisada são muitos e não é exclusividade desta unidade escolar. A pesquisa tratou em nível micro o epistemicídio da história e culturas africanas e afro-brasileiras e que tem como um dos desdobramentos a negação da negritude de estudantes pretos. A pesquisa apresentou três faixas etárias: 10, 13 e 14 e maiores de 18 anos (jovens adultos). O poder simbólico (Bourdieu, 1989), opera nas três faixas. O problema da negação da negritude não é exclusivo da escola pesquisada. É um problema da sociedade brasileira e que Lélia Gonzalez sabiamente conceituou como denegação (Gonzalez, 2019). —Para que o sujeito contraria enunciados sobre sua identidade de modo a criar uma estrutura psíquica harmoniosa é necessário que o corpo seja predominantemente vivido e pensado como local e fonte de vida e prazer (Santos, 2022 p.30).

A positivação da imagem do fenótipo negro, pauta do movimento negro, está diretamente relacionada a aplicabilidade da lei 10.639, pela qual a história e culturas africanas

e afro-brasileiras sejam retiradas do lugar de dor e sofrimento e sejam apresentadas com potência, orgulho e beleza. —Uma proposta de caminho é: ao caminhar pela sobrevivência, um novo mundo deve ser criado. Ou melhor, continuar criando o mundo sonhado por nossos ancestrais, onde a liberdade é inegociável e que o verdadeiro humanismo seja a regra, onde todos sejam reconhecidos pelos seus feitos e que não haja uma narrativa universall (Rangel, 2023 p.44). A Stella confidenciou na entrevista que movara em uma cidade chamada Águas Formosas que fica localizada a 592 quilômetros de Belo Horizonte.

Pesquisadora: E o que que você acha do racismo? Stella: Ah, eu acho que é uma coisa que poderia ser, tipo, que poderia ser mais falada, na escola, em, tipo, fazer, tipo, palestra sobre isso. Porque, tipo, é uma coisa que até eu mesmo já sofri, sabe? Na escola, quando eu era mais nova. E, tipo, assim, não foi uma experiência muito boa, não. Então, tipo, eu, se fosse pra mim escolher e falar assim, aí eu queria acabar com isso, sabe? Porque, tipo, assim, é muito sofrido, sabe? Muitas pessoas já sofreram, então eu não desejo pra ninguém o que eu sofri. Pesquisadora: Dolorido, né? Stella: Sim. (Stella)

4.4 Autodeclarações e processo de embranquecimento

Embora o Brasil possua um percentual populacional majoritariamente preto, a colonialidade que permanece estruturando relações em nosso país, reproduz sistematicamente lugares destinados à subalternidade desta população (Munanga, 2019). No Brasil, as declarações de cor da pele ou raça são coletadas para fins estatísticos desde 1872. Na presente pesquisa, a pergunta realizada, deixou os entrevistados livres para se autodeclararem como preferissem. A pergunta realizada foi: Qual cor ou raça você se declara?

A autodeclarações são construções sociais que podem levar, em particular, a um fenômeno linguístico de embranquecimento (Munanga, 2019). Através do discurso, cria-se realidades (Foucault, 1970). Ou, ao menos é o desejo de jovens pretos, que suas narrativas sobre a sua identificação quanto à negritude, se materialize em realidade. Escolher uma categoria mais clara em relação à qual realmente pertence não é uma descrição puramente física. No entanto, essas declarações são usadas para compilar estatísticas e interpretar fenômenos de desigualdade e discriminação.

No Brasil, a questão racial é complexa e multifacetada, refletindo uma história marcada por séculos de colonização, escravidão e miscigenação (Munanga, 2019). Um dos

aspectos dessa complexidade é a autoidentificação racial, que pode variar amplamente entre os brasileiros, mesmo entre aqueles com características físicas semelhantes (Sansone, 1996). Um fenômeno notável e que deve ser observado e analisado, é o de pessoas negras que se identificam como pardas, uma escolha que revela as nuances das identidades raciais no país. A herança histórica tem relação direta com a construção da identidade racial (Gomes, 2019). Após a abolição da escravidão, ato realizado pelo Estado brasileiro após inúmeras revoltas dos escravizados (Gomes, 2022) a abolição foi fruto de luta do povo negro e não uma condescendência da família real (Gomes, 2022).

O período pós-abolição brasileiro, foi um momento em que, ao invés de criar políticas reparatórias para a população negra, foi um período de políticas estatais de embranquecimento da população que, dentre outras deliberações, incentivou-se massivamente a imigração europeia objetivando diminuir e até mesmo acabar com a população negra (Gomes, 2022). Cálculos foram realizados e em 2020 a população brasileira seria completamente branca (Gomes, 2022). A ideologia do embranquecimento, juntamente com a noção de miscigenação como um valor positivo, influenciou profundamente as percepções raciais no Brasil (Munanga, 2019). Há um imaginário nacional comum que desvirtua conceitos e desconsidera completamente as estatísticas. Além o mito da democracia racial (Freyre, 2019) há também o mito de que não se sabe quem é preto ou branco no Brasil, sendo que os índices de escolaridade, acesso à saúde e saneamento básico, emprego e renda são completamente discrepantes entre pretos e brancos. Portanto, os indicadores sociais demonstram quem é preto e quem é branco no Brasil.

A miscigenação foi exaltada como uma característica distintiva do Brasil, resultando na ideia de que a mistura de raças tornaria a nação única e harmônica (Fernandes, 2019). No entanto, essa ideologia também perpetuou uma hierarquia racial, onde o branco era valorizado e o negro, desvalorizado (Fernandes, 2019). Dentro desse contexto, a categoria "parda" emergiu como uma identidade racial que, para muitos, representava um afastamento das identidades negras e uma aproximação ao ideal de branqueamento. A autodeclaração como pardo, portanto, pode ser vista como uma tentativa de escapar do estigma associado à negritude e uma aproximação desesperada à branquitude (Santos, 2022; Fanon, 2019). Abaixo um quadro com as autodeclarações dos 22 estudantes pretos entrevistados juntamente com as respostas das perguntas: Como é um cabelo bonito para você? O cabelo é o maior marcador identitário da população preta (Gomes, 2017). As perguntas realizadas foram: Como é um cabelo bonito para você? Como são olhos bonitos?

Figura 10*Percepção dos personagens sobre cabelos e olhos bonitos*

| Entrevistado (a) | Cor/raça autodeclarada pelo estudante | Cabelo bonito | Olhos bonitos |
|-------------------------|--|--|--|
| Marcos | Pardo | Bom, cabelos longos, primeiramente. | Tipo asiáticos |
| Fábio | Moreninho índio | Cor, estilo, jeito de pentear. | Eu não importo com cor dos olhos não. |
| Carlos | Negro | Eu acho muito bonito o cabelo anelado. Mas tem cabelos lisos também que você olha assim, você fala assim, o da Sabrina Sato, por exemplo. Aquele cabelo lisinho dela é muito bonito, né? | Tem pessoas que têm os olhos verdes, que são muito bonitos. Tem outros que você olha assim, gente, o olho parece uma pedra azul. |
| Jonas | Negro | O cabelo grande, longo, lá na bunda. | Azul. A mesma coisa de castanho claro, também acho bonito. |
| Vitório | Preto | Cacheado | É, castanho escuro. |
| Vinicius | Pardo | Liso | Pra mim é tanto faz. Pode ser olho azul, preto. Pra mim, tanto faz |
| Marcelo | Não sabe | Cabelo cacheado, eu amo | Castanho |
| Otávio | Pardo | Cabelo na bunda | Verdes |
| Luiz | Pardo | Tem gente que tem cabelo crespo, e é bonita. | Azuis |
| Breno | Branco | Ondulados | Castanho cor de mel |

| | | | |
|-----------------|--------------|---|---|
| Gabriel | Moreno | Cabelo grande e liso | Castanho claro |
| Henrique | Meio moreno | É, cabelão | Qualquer cor serve. |
| Maria | Morena clara | Um cabelo bem cuidado | Bom, verde é bonito, azul, castanho claro. |
| Stella | Preta | Cacheado | Ah, tipo, o olho, tipo assim, tanto faz pra mim. |
| Jordana | Parda | Cabelo cacheado. Assim, igual o seu, eu gosto. Acho bem chamativo também. | Aí eu gosto desses olhos mais grandões. |
| Juliana | Parda | Cacheado | Castanhos cor de folha seca |
| Stefane | Morena clara | Cacheado | Eu acho castanho bonito. Castanho claro, bem bonito |
| Maia | Parda | Liso | Castanhos claros. |
| Luana | Branca | Lisinho | Castanhos |
| Eduarda | Parda | Cabelo é liso, preto | O olho é tipo assim, é claro. |
| Luzia | Preta | Eu acho lindo um cabelo black, entendeu? | Pretos |
| Nádia | Preta | Olha, eu acho muito bonito cabelo liso e grande. | Eu acho o olho verde muito bonito e castanho claro também. Tipo cor de folha seca. Isso, eu acho muito lindo. |

A branquitude é representada como a humanidade completa (Mills, 2018). Deste modo, tudo aquilo não é branco, é percebido como —outroll. O Não-branco é compreendido através de uma série histórica de conceitos no qual o denominador comum é a localização dos seus sujeitos em um degrau ontológico e moral mais baixo. (Mills, 2018, p.426).

Os personagens: Marcos, Carlos, Jonas, Vinícius, Otávio, Gabriel, Henrique, Maia, Luana, Eduarda, Nádia, afirmaram acharem bonito cabelos longos e lisos. O projeto político de branqueamento da população brasileira é um capítulo da história do Brasil que não deve ser esquecido, pois deixou impactos profundos na sociedade e explica muitos aspectos da desigualdade racial. As lutas contínuas por igualdade e justiça social do povo negro demonstram o compromisso em enfrentar as consequências desse projeto e construir uma sociedade inclusiva e igualitária (Gomes, 2019). Reconhecer e compreender o passado é fundamental para moldar o futuro de uma nação, a dupla textura do cabelo e cor da pele são fatores preponderantes para as reflexões acerca da construção da consciência negra e dos espaços reservados à população negra, pautados no colorismo (Gomes, 2004).

Ao longo da história e da cultura, apenas os salões étnicos e a comunidade negra contemporânea consideraram a combinação de —cabelo e corl. Os tipos de cabelo e cor da pele foram os critérios utilizados para classificar escravos e escravas, ajudando a determinar sua distribuição no trabalho escravo, nos afazeres domésticos da casa grande e nas atividades laborais. Assim, dentro da relação senhor-escravo, esses dois elementos passaram a ser utilizados como os principais definidores dos padrões de beleza negra. (Gomes, 2004 p.138).

Estou em transição há oito meses e agora cortei. Não usei tranças porque acho que não combina comigo. Sei que não sou branca, mas as pessoas têm preconceito com trança (Juliana).

Utilizando a técnica de autoetnografia, serão transcritas a seguir algumas falas dos estudantes, observadas por esta autora desde o início do Mestrado em outubro 2022. Foram usados nomes fictícios para se referir aos estudantes. Naquele ano a autora lecionou no sexto ano, para estudantes entre 10 e 11 anos, a disciplina de Língua Portuguesa. No mês de outubro de 2022 trabalhou com uma turma de sexto ano sobre amizade, uma interpretação de texto. Perguntado, de maneira escrita, quais características uma pessoa deveria ter para ser um bom amigo, João Pedro, de 10 anos, escreveu que para ser um bom amigo, o menino deveria ter cabelos lisos. Portanto, para João Pedro uma pessoa boa é necessariamente uma pessoa branca. —A alternativa que se propõe é óbvia: a partir de uma descolonização mental, em outras palavras, uma deseducação do —universal branco, começa a existir o levante de novas epistemologias que abarcam o todo (Woodson, 2021 p.24).

A Maria Eduarda, uma menina negra de 10 anos, em conversa com uma colega, confidenciou que sua mãe estava pensando em colocar tranças e Maria Eduarda a alertou que,

se ela realizasse o procedimento nos cabelos, as pessoas pensariam que a mesma possuía cabelos —duros—. —A criança em processo de socialização, interioriza um mundo já posto, que lhe é apresentado com uma configuração já definida, construída anteriormente à sua existencial (Souza et.al, 2018 p.141). Para estudantes nesta fase, a identidade resulta da percepção de si proveniente da percepção de como os outros nos veem (Souza et.al, 2018 p.142).

No mesmo ano, no mês de novembro, a autora e a professora de Ensino Religioso, executaram um projeto com o nome: Solte seu cabelo e prenda o preconceito, no qual primeiramente foi ensinado aos alunos representações positivas da história e culturas africanas e afro-brasileiras, na comemoração da data da Consciência Negra. Foram montados murais com mulheres negras com cabelos soltos e turbantes e com frases que estimulam o uso do cabelo natural e solto que combatem o racismo. Como são alunos de sexto ano, com idades entre 10 e 11 anos, foi-lhes solicitado colorir mulheres negras e explicado que a grande maioria das mulheres negras não possuem olhos claros.

A maioria dos desenhos foram representados com mulheres de olhos azuis e verdes. Aparece também uma representada pelo vitiligo em que a parte branca é maior que a negra. É relevante salientar que, quando Michael Jackson morreu em 2009, a maioria destes estudantes nem havia nascido, eles nasceram entre os anos de 2011 e 2012. O astro do Pop utilizou-se da mesma justificativa do vitiligo para transformar sua pele negra em branca e não só a pele, arrancou de sua face todo e qualquer traço negroide. A triste história do artista, é um exemplo de como o racismo pode interferir na subjetividade e no emocional das pessoas negras.

No mural também apareceram muitas mulheres de cabelos coloridos, rosa, vermelho, o que é algo comum entre as adolescentes da escola. Pode-se observar que no mural muitos estudantes coloriram os cabelos crespos com a cor amarela, o que representa cabelos loiros. Tudo isso é devido ao epistemicídio da história e culturas africanas e afro-brasileiras, os estudantes não possuem representações positivas da negritude o que interfere diretamente nas subjetividades moldando padrões hegemônicos de beleza (Rangel, 2023). A partir da construção da ideologia racista, a branquitude e suas características sempre foram consideradas padrões estéticos de beleza (Gomes, 2019).

Para estes estudantes, o padrão de belo são olhos e cabelos claros, uma mulher completamente negra não pode ser bela, ela tem de ter obrigatoriamente algum traço fenótipo da branquitude, ela tem de se aproximar desse ideal que representa o belo e o desejável. —A ideia de que o preto é feio está impregnada na maioria das pessoas, inclusive nas crianças.

Tanto é que a maioria delas se recusa a colorir seus desenhos de preto (Araujo Pestana, & de Oliveira, 2020 p.13).

A naturalização do ideal de branquitude bloqueia o reconhecimento de traços com os quais se possa se identificar (Munanga, 2019). —É notável que na representação das figuras femininas, tanto na Arte quanto na Literatura, as mulheres que possuem o tom de pele mais claro e os cabelos longos e cacheados são consideradas mais próximas de um ideal desejável de beleza do que as negras de pele preta, cabelos curtos e crespos (Araujo Pestana, & de Oliveira, 2020 p.5). Apenas a personagem Luzia, uma jovem negra de cabelo crespo, afirmou achar bonito o cabelo *black*, que é o cabelo crespo, volumoso, e armado, com toda sua naturalidade. Os outros 21 personagens declaram achar bonito cabelos lisos ou cacheados. O cabelo cacheado, como autodeclaração parda, realiza o mesmo movimento de aproximação da branquitude. O resultado do cabelo cacheado e a junção do crespo com o liso. Importante enfatizar que a personagem Luzia realizou uma autodeclaração coerente com sua cor/raça, gosta de escutar músicas da cultura afro brasileira e não gostaria de modificar absolutamente nada em seu fenótipo. Em seguida o Fábio, um rapaz preto, se declara moreninho indígena:

Luzia: Ah, depende, seria em mim ou nos outros? Pesquisadora: Nos outros e em você. Luzia: Ah, depende também do estilo da pessoa. Entendeu? É igual, tipo, pretinha, assim, que nem a gente. Eu acho lindo um cabelo *black*, entendeu? Uma trança, alguma coisa assim, tipo bem cultura (Luzia)

Fábio: Moreninho, a minha família é indígena, índio, né, então meio que a gente é misturado, a mãe também é, então eu tenho um pouquinho de cada. Então eu me considero moreninho mesmo. Moreninho índio. Pesquisadora: Tá. Se você tivesse a oportunidade de escolher todas as suas características físicas, se você fosse nascer hoje, você gostaria de mudar alguma coisa? Fábio: Alguma coisa? Você fala, nascer de novo, mudança física em mim? Ah, sei lá, acho que o sorriso, o nariz e a cor dos olhos, eu não importo com a pessoa que eu vou me relacionar com a cor dos olhos, mas eu queria ter uma cor de olho diferente, tipo um verde, um claro.

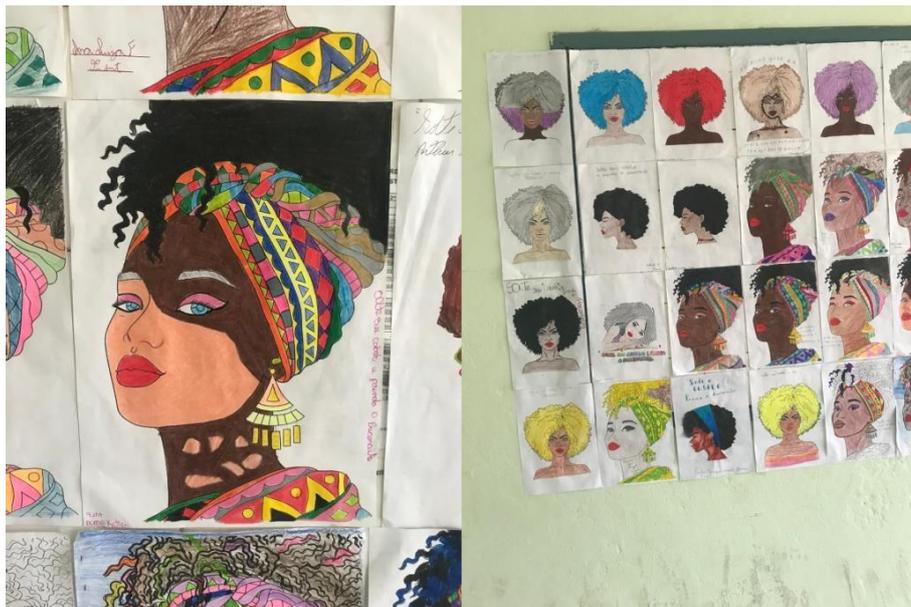
Fábio, além de negar a cultura negra e sua própria negritude já inicia a construção de um discurso sobre a cor/raça do filho, afirmando que a mãe de sua prole é também indígena.

Figura 11

Imagem do Projeto da consciência negra

Figura 12

Imagem do Projeto consciência negra



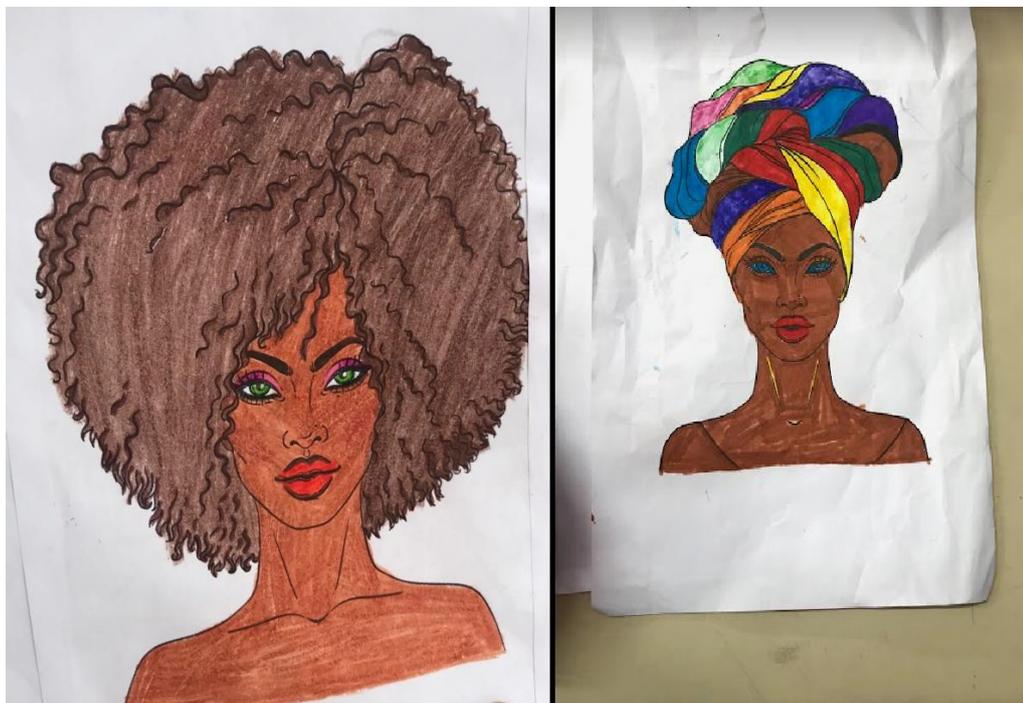
(Fonte: Dados da pesquisa)

Figura 13

Imagem do Projeto da Consciência Negra

Figura 14

Imagem do Projeto Consciência Negra



(Fonte: Dados da pesquisa)

A seguir, fotografias dos gabaritos da Olimpíada de Matemática que ocorreu dia 04/06/2024. Os estudantes que preencheram os gabaritos estão matriculados no turno da manhã no 9º ano e possuem entre 14 e 15 anos. Os nomes dos estudantes e da escola foram suprimidos por questões éticas. Estudantes pretos se declararam pardos e pardos se declararam brancos.

Figura 15

Declaração da cor no gabarito da Olimpíada de Matemática

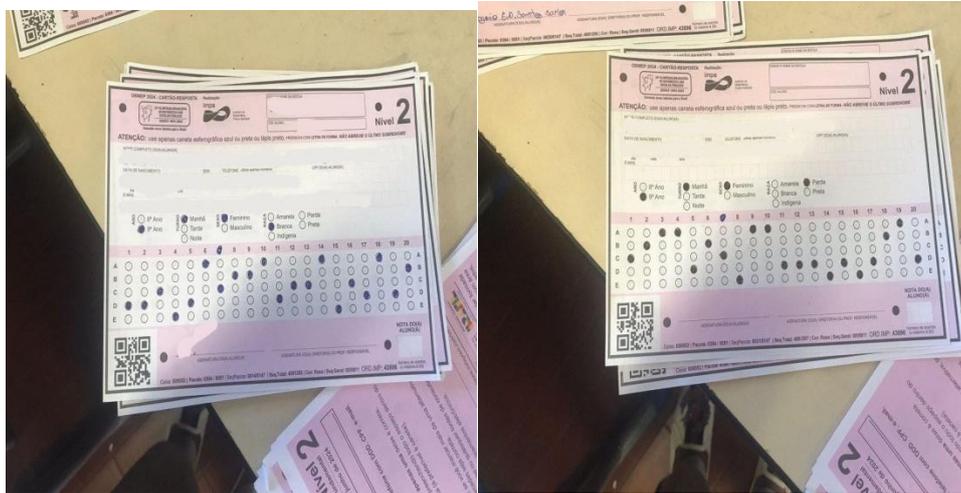


Figura 16

Declaração da cor no gabarito da Olimpíada de Matemática

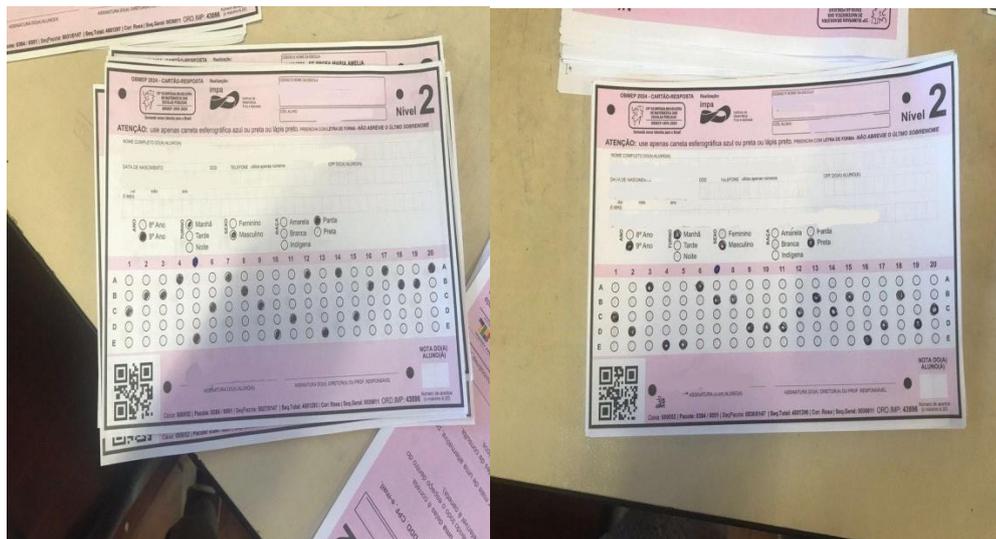


Figura 17

Declaração de cor no gabarito da Olimpíada de Matemática

Figura 18

Declaração de cor no gabarito da Olimpíada de Matemática

No Brasil, o termo "pardo" é extremamente ambíguo e pode incluir uma vasta gama de aparências físicas, desde aquelas com traços predominantemente negros até aquelas com características mais próximas do branco (Munanga, 2017). A autoidentificação como pardo, especialmente entre pessoas que socialmente seriam vistas como negras, pode ser influenciada por vários fatores, incluindo a pressão para se conformar a ideais estéticos e sociais que favorecem a branquidão (Munanga, 2017). Muitas pessoas negras, ao se identificarem como pardas, estão, conscientemente ou não, reagindo a um sistema que desvaloriza a negritude. É o poder simbólico, agindo sobre corpos e mentes destes jovens (Bourdieu, 1989). Em muitos casos, essa escolha pode estar ligada ao desejo de evitar a discriminação racial que historicamente tem sido mais severa para aqueles que se identificam ou são percebidos como

negros. Os estudos indicam que pessoas realmente pardas tendem a ter melhor acesso a oportunidades econômicas e educacionais do que aquelas que possuem traços negroides mais acentuados e pele mais escura (Souza, 2023). A negação da negritude objetiva deixar pardo o que é preto, e branco o que é pardo. O tópico a seguir tratará deste assunto.

4.5 A Negação da Negritude

Através dos diversos dados colhidos em campo, os desenhos, as falas, os gabaritos da Olimpíada de Matemática, a organização da biblioteca e seu acervo, além das entrevistas, pode-se afirmar que a negação da negritude é um problema que atinge quase a totalidade dos estudantes de diferentes faixas etárias. Não é um problema exclusivo de uma escola periférica de Belo Horizonte. As pesquisas comprovam que os pretos são discriminados e vivem em situações de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos raciais do país, sejam estes brancos ou pardos. Primordialmente, quando se constata que o racismo atua de maneira distinta quando se trata da pigmentação da pele, quanto mais escura ela for, mais forte e cruel se dá o preconceito (Araujo Pestana, & de Oliveira, 2020).

A negritude, enquanto identidade cultural, racial e filosófica dos povos africanos e afrodescendentes foi sistematicamente negada e subjugada (Munanga, 2017). A herança cultural africana e afro-brasileira é marginalizada e suas epistemes, práticas e valores desvalorizados, estigmatizados e apagados. O epistemicídio refere-se à destruição sistemática de saberes, conhecimentos e epistemologias de povos colonizados. No caso dos africanos e afro-brasileiros, isso significa a negação e a supressão de suas contribuições epistêmicas, culturais, intelectuais e religiosas, assim como a imposição de um modelo de conhecimento, padrão estético e cultura eurocêntrica, que desconsidera e desumaniza outras formas de existência e saber.

O epistemicídio opera na história, na cultura africana e afro-brasileiras, e produz consequências sociais, culturais e políticas nesse processo, promovendo a negação da negritude e a ausência da formação identitária com o povo preto. Maria foi aluna da autora deste trabalho no sexto ano há alguns anos atrás, exatamente em 2017, e possuía cabelos cacheados.

Maria: Ah, eu sempre quis ter um cabelo liso, porque meu cabelo era cacheado, não sei se você lembra. Meu cabelo era cacheado. E tipo assim, eu acho que a maioria

das pessoas quer ter um cabelo cacheado, ela quer passar para o liso. E você se considera de qual cor ou raça? Se autodeclara de qual cor, Maria? Maria: Parda. Morena Clara. (Maria)

A colonização europeia, tanto no continente africano quanto aqui na América do Sul, utilizou-se da violência física e simbólica para estabelecer a supremacia branca e eurocêntrica (Fanon, 2022). No caso da escravização, milhões de africanos foram retirados de seus territórios e obrigados a trabalhar sob condições desumanas nas colônias europeias, incluindo o Brasil. Este processo, não apenas devastou a população africana, mas também iniciou o apagamento sistemático de suas culturas, crenças, formas de conhecimento e valores estéticos (Rangel, 2023). No Brasil, por exemplo, a cultura africana foi relegada à esfera do exótico ou do folclórico e os saberes e filosofias afro-brasileiros foram desconsiderados ou criminalizados (Rangel, 2013).

A colonização europeia teve um impacto profundo e duradouro sobre diversos aspectos culturais e sociais nas regiões colonizadas, incluindo os padrões estéticos (Gomes, 2019). Durante esse período, os colonizadores europeus impuseram seus próprios ideais de beleza, fortemente baseados em características físicas brancas, como pele clara, cabelos lisos e traços faciais específicos (Gomes, 2019). Esses padrões estéticos foram amplamente difundidos através de mecanismos de poder, como a religião, a educação e a mídia. A valorização da estética europeia reforçou a superioridade racial dos brancos e marginalizou traços físicos nativos ou africanos, vistos como inferiores ou "primitivos". Esse legado ainda reverbera nas sociedades pós-coloniais, onde padrões estéticos brancos frequentemente permanecem como referência principal, influenciando a autoimagem e gerando preconceitos estéticos e raciais. A desconstrução desses padrões é um processo contínuo, que busca valorizar a diversidade e desafiar a hegemonia da beleza eurocêntrica. Personagens que se declaram negros, como o aluno entrevistado Carlos, desejam acessar a branquitude através da ascendência paterna, como ele mesmo afirmou que o pai é branco e a mãe preta de cabelos lisos, ou comparando sua tonalidade de pele com os outros pretos.

Eu tenho um colega que ele é mais escuro que eu. A gente chama, todo mundo que é amigo dele, a gente chama ele de pretão. E ele mesmo, quando ele vê uma outra pessoa de outra cor, ele usa o termo pretão, seu macaco, não sei o quê.

A negação da negritude no Brasil, um país cuja formação social e econômica foi profundamente marcada pela escravização, foi uma política explícita após a abolição formal da escravidão em 1888. Ao invés de integrar a população negra como cidadãos de plenos direitos, a sociedade brasileira adotou uma série de políticas e práticas que continuavam a marginalizar o povo preto (Fernandes, 2021). O Marcelo, um rapaz de 23 anos, não sabe qual cor ou raça se declarar. Como já mencionado no início deste trabalho, preto, pardo é cor, negro é povo, é pertença.

Marcelo: Não sei. Pardo? Não? Não sei. Pesquisadora: Vocês participaram na semana passada da Olimpíada de Matemática? Marcelo: Isso!! Pesquisadora: Aí lá pergunta, né? O que que você coloca lá naquele gabarito? Marcelo: Não sei se eu coloquei pardo ou negro, eu não sei.

A negritude continua a ser negada, e a herança africana e afro-brasileira é vista com desprezo e estigma (Rangel, 2023). As contribuições dos africanos e afro-brasileiros nas culturas, artes, ciências, na filosofia e em outras áreas do conhecimento foram frequentemente apagadas ou usurpadas. A história e cultura africanas e afro-brasileiras ensinadas nas escolas, ainda está centrada na perspectiva europeia, glorificando os colonizadores e minimizando a resistência e as realizações dos africanos e seus descendentes. O movimento de afrocentrismo, busca recentralizar a África como uma fonte legítima e importante de conhecimento e filosofia. Esse movimento desafia as premissas eurocêntricas da modernidade e propõe uma visão de mundo que valoriza as contribuições africanas nas áreas da ciência, arte, religião e política (Pinheiro, 2023).

A negação da negritude que é um desdobramento do epistemicídio da história e culturas africanas e afro-brasileiras, é parte de um processo maior de dominação colonial que, infelizmente, ainda reverbera nas sociedades contemporâneas (Fanon, 2022). A sociedade brasileira recebeu a maior diáspora da África e teve como ideologias estruturantes o mito da democracia racial (Fernandes, 2019) e *apud* O paraíso das raças (Munanga, 2019). A descolonização do conhecimento, isto é, o reconhecimento e a valorização de epistemologias não ocidentais, é um passo crucial para corrigir os erros históricos e construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e plural (Pinheiro, 2023). No Brasil, isso significa não apenas celebrar a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros em festas e manifestações culturais, mas integrar suas epistemes e suas percepções de mundo no sistema educacional, na política e no cotidiano (Pinheiro, 2023). É um grande desafio garantir que essas vozes

silenciadas possam ser ouvidas e que o epistemicídio seja definitivamente superado, permitindo que a riqueza e a profundidade da negritude possam florescer plenamente.

A seguir, o tópico sobre epistemicídio, motivo pelo qual ocorre a negação da negritude e a falha no processo de construção de identidades.

4.5 Epistemicídio da história e cultura africana e afro-brasileira

O epistemicídio da história e cultura africanas e afro-brasileiras não é apenas a destruição da história, da cultura e do conhecimento de um povo, mas também a destruição do seu modo de compreender o mundo, de se enxergar de se identificar. O epistemicídio da história e cultura africana e afro-brasileira é um processo de apagamento sistemático do conhecimento, saberes, tradições e produções intelectuais dos povos africanos e seus descendentes na diáspora brasileira. Esse fenômeno está diretamente ligado às dinâmicas de colonização, escravização e racismo estrutural (Almeida, 2019). O processo de colonização que ainda permanece vivo e latente (Fanon, 2022), busca não apenas subjugar fisicamente os africanos escravizados, mas também erradicar os valores culturais, históricos e epistemológicos, impondo uma visão eurocêntrica de mundo (Rangel, 2023). As línguas e tradições orais africanas foram silenciadas, proibidas e substituídas pela língua do colonizador juntamente com seus valores culturais, estético e epistêmicos (Fanon, 2020).

Pesquisadora: O que você gosta de ouvir? Luiz: Meu estilo geral eu gosto de vários tipos de músicas. Eu particularmente gosto muito de músicas internacionais. Pode ser francesa, pode ser música em russo, inglês. Também gosto de cantar nessas línguas.

O apagamento não se limitou à educação formal. Na cultura popular, as manifestações afro-brasileiras, como o samba, o maracatu e a capoeira foram inicialmente criminalizadas ou marginalizadas (Pinheiro, 2023). Atualmente, conforme demonstrou a pesquisa de campo, a maioria dos participantes não consome, não admira e não gosta da produção cultural afro-brasileira. Apesar da sistemática negação e destruição de seus saberes e identidades, os povos africanos e afro-brasileiros nunca deixaram de resistir (Rangel, 2023). Os quilombos, como o célebre Quilombo dos Palmares, foram espaços de resistência física, mas também

cultural e epistemológico, onde se preservaram tradições, práticas religiosas e saberes africanos. Gabriel, mecânico de embreagem que escuta funk é consciente e declara: —Bate direto na mentel, ou seja, provoca reflexões. Ele se autodeclarou moreno sendo preto e afirma ter enfrentado um passado de dor e humilhações durante toda a sua vida escolar.

Pesquisadora: Desde quando você era pequenininho, lá com seis aninhos, o que que você estudou na escola sobre pessoas negras?_Gabriel: Ah, dos escravos, que eles eram tratados de qualquer jeito. Porque a maioria dos brancos fazia covardia com eles, deixava eles escravos, e foi assim que eu fui aprendendo.

A resposta de Gabriel demonstra que o epistemicídio é um processo que operou durante os 388 anos de escravização e segue forte e potente até a atualidade. Desde os seis anos, ou seja, na educação infantil ou nos anos iniciais do ensino fundamental, os estudantes são bombardeados com histórias de dor, humilhação e sofrimento. O epistemicídio refere-se à destruição de conhecimentos e formas de saber de determinados grupos, oriundo de relações de poder desiguais (Carneiro, 2005). No caso da história e cultura africanas e afro-brasileiras, o epistemicídio envolveu a desvalorização das cosmovisões, línguas, religiões, ciências e filosofias dos povos africanos. Essas formas de saber foram marginalizadas ou deliberadamente omitidas das narrativas históricas oficiais (Carneiro, 2005).

Pesquisadora: Na escola, desde que você entrou, não só aqui, desde que você era pequenininha lá, a primeira vez que você entrou na escola, o que você lembra de ter estudado sobre pessoas negras? Eduarda: Nada. Pesquisadora: Nada? Eduarda: Uhum.

As 4 figuras abaixo demonstram a distribuição por gênero, o desejo dos personagens de realizar algum procedimento estético, o desejo de realizar alguma mudança física, caso houvesse a oportunidade, como a cor dos olhos, e os assuntos abordados ao longo da trajetória escolar sobre pessoas negras e sobre negritude.

Figura 19

Distribuição de Gênero

Figura 19

Desejo de Procedimentos Estéticos

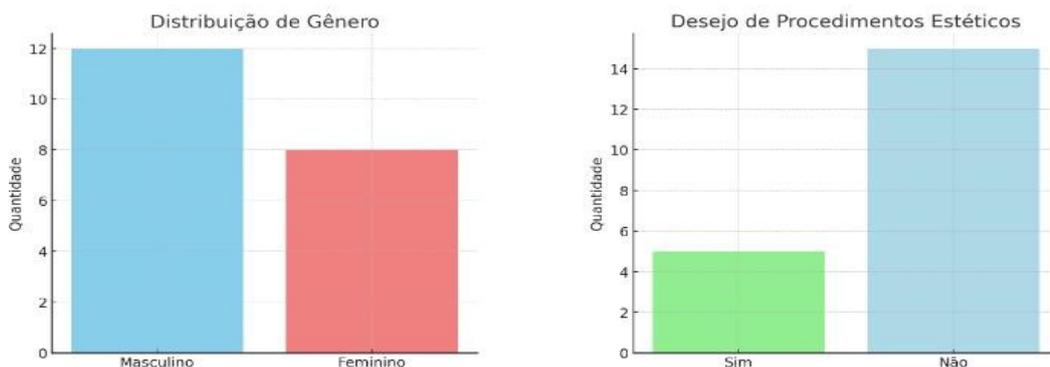
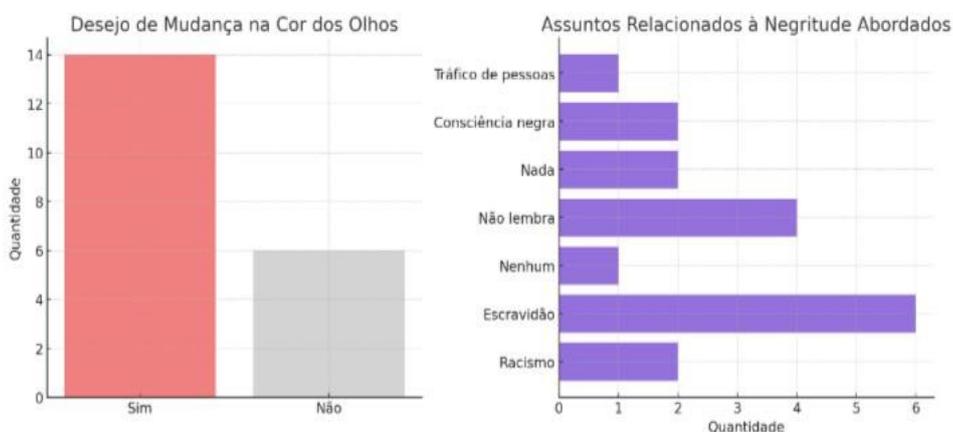


Figura 20

Desejo de Mudança na cor dos olhos

Figura 21

Assuntos Relacionados à Negritude Abordados



O ideal de beleza é intrinsecamente complexo atingindo diversas perspectivas, abordagens e prismas. A noção de beleza pode-se iniciar no entendimento corporal e físico em que a visão das pessoas sobre seu corpo é suporte para a compreensão das motivações para

promover modificações estéticas (Gomes, 2019). Os parâmetros de beleza que causam a noção de atratividade são concepções sociais influenciadas. Gonzalez, 2020, p.95).

Luana: Não me lembro nada. Nossa, eu tô com esquecimento. Ah, eu não me lembro muito, viu? Pesquisadora: Uhum. Luana: Mas na escola não fala muito isso, não. Pesquisadora: Nem aqui? Não (Luana)

Pesquisadora: O que que você aprendeu na escola Sobre as pessoas negras?

Marcelo: O que que eu aprendi? Pesquisadora: É. Marcelo: Em que sentido

Pesquisadora: Teve alguma matéria? Teve alguma temática? Teve algum assunto relacionado a isso? Durante o tempo que você está estudando aqui? Ou em outra escola que você tenha estudado? Marcelo: Não. Nunca. Que eu me lembre não tem muito matéria assim (Marcelo)

É o reconhecimento afirmativo da corporeidade (Gomes, 2017), o que não ocorre com os 21 dos 22 personagens, nem com os adolescentes pretos que se autodeclararam nos gabaritos da Olimpíada de matemática. E muito menos com as crianças de 10 anos que coloriram mulheres negras com olhos, verdes, azuis, cabelos amarelos e vitiligo.

Van Dijk (1997 p.49), —Embora as ideologias sejam evidentemente sociais e políticas estão relacionadas com grupos e estruturas societais (...). A língua e a linguagem são instrumentos de dominação e poder. Cada grupo social é possuidor de suas ideologias, códigos, acordos, que se materializam através da linguagem. O conceito do autor levanta importantes questões para a construção da narrativa da percepção que estes jovens e adolescentes têm de si. Os estudantes, através da linguagem e das narrativas, utilizam-se de estratégias, construídas e consolidadas socialmente através do *habitus* e realizam autodeclarações sobre cor ou raça, que se afastam ou negam a negritude. E além desse fato, negam a cultura preta através das preferências musicais e confirmam o epistemicídio da história e cultura africana e afro-brasileira.

O epistemicídio se manifesta na invisibilidade dos intelectuais negros e das contribuições africanas e afro-brasileiras nos currículos escolares (Pinheiro, 2023). Durante muitos anos, a história do Brasil foi ensinada a partir de uma perspectiva eurocêntrica, na qual a África era retratada apenas como um —continente de escravos, sem qualquer reconhecimento de suas complexas civilizações e contribuições intelectuais (Pinheiro, 2023). A África é retratada como um continente com uma mesma história, cultura e realidade, miséria, escassez do básico, seca e doenças. O filme, O menino que descobriu o vento,

relatado por Jonas se passa no Malawi situado no sudeste da África e sua comunidade enfrenta miséria, seca e fome. O garoto estuda em uma escola precária paga e enfrenta grandes dificuldades para estudar.

Jonas: Ah, eu já li, tipo, vários livros, tipo, falando sobre esse negócio de raça, que tem uns... tem umas culturas, uns negócios assim, eu não vou lembrar de muita coisa, muita coisa assim, não. Já assisti filmes também. Pesquisadora: Aham. E o filme você lembra o nome? Jonas: É o nome do filme, era O Menino que descobriu o vento. Eles eram pobrezinhos (Jonas).

Stella afirma ter estudado sobre a cultura africana e afro-brasileira nos projetos de consciência negra. Importa salientar que Vitório, embora tenha relatado em sua entrevista que está satisfeito com sua aparência e não deseja realizar nenhuma mudança em seu corpo, possui cabelos alisados. Abaixo serão transcritas algumas das respostas dos personagens sobre quais assuntos foram abordados sobre a história e culturas africanas e afro brasileiras. O epistemicídio da história e cultura africanas e afro-brasileiras tem consequências profundas na formação identitária do povo negro. A marginalização dos saberes africanos e afro-brasileiros perpetua a desigualdade racial e reforça a ideia de que a cultura negra é inferior (Carneiro, 2005). Esse fato impacta a autoimagem e a identidade dos afrodescendentes, além de perpetuar o racismo institucional. Jordana é mais uma jovem preta que se declara parda.

Pesquisadora: E o que que você aprendeu na escola até agora, desde que você era pequenininha, que você entrou lá com seis aninhos, cinco, sobre pessoas negras? Jordana: Nada. Pesquisadora: O que que você acha do racismo? Jordana: Eu acho que não é uma coisa legal, né? Porque eu acho que não é uma cor que tem que definir a pessoa. E sim o caráter dela, porque as pessoas dizem que as pessoas das cores mais escuras, elas são ruins assim, mas eu já vi várias pessoas das cores mais claras, e elas tipo assim, fazem coisa pior. Então, eu acho que não é a cor que define sim o caráter da pessoa (Jordana).

A recuperação e valorização desses saberes é essencial para construir uma sociedade mais inclusiva e justa, onde a contribuição africana à formação do Brasil seja reconhecida em sua complexidade e riqueza. É preciso não só reconhecer a presença negra na história, mas também legitimar suas formas de conhecimento, dando espaço para vozes que foram

historicamente silenciadas (Pinheiro, 2023). Abaixo o depoimento de Maria, uma jovem preta que se declara morena clara e acha que pertence e seu senso de pertença está voltado para a branquitude.

Pesquisadora: O que você lembra que você aprendeu sobre o meu povo, sobre as pessoas negras? Maria: Ah, eu lembro que eu aprendi sobre racismo, sobre preconceito por causa da cor, por causa do cabelo, essas coisas eu lembro. A gente deve respeitar o próximo, se você não gosta de alguma coisa do tipo, você respeita. Pesquisadora: E o que você ouviu falar de pessoas negras fora da escola, na internet, no Instagram? O que você ouviu? A verdade é que a pessoa branca com a pessoa negra tem um preconceito por causa da cor, entendeu?

Breno, além de ser um rapaz pardo e se autodeclarar branco se refere às pessoas negras como —como os outros, eles! não sente pertença em relação a este grupo. A Eduarda acha atraente rapazes brancos, de cabelos lisos e olhos claros. Ela é preta e se declara parda e afirma nunca ter estudado nada durante toda a sua trajetória escolar sobre pessoas negras. Eduarda cursa o último ano no ensino médio e, portanto, no final do ano concluirá a escolarização básica.

Breno: Eu sou branco. Pesquisadora: E na escola, durante todo o seu tempo, desde que você entrou na escola, o que você aprendeu sobre pessoas negras? Breno: Eu aprendi pouca coisa, mas meu avô era negro, então nunca tive respeito. Pesquisadora: E na escola, você lembra de alguma coisa que você aprendeu? Breno: Não, não lembro nada.

A ausência a aplicabilidade da lei 10.639 que foi sancionada há 21 anos, ocasiona grandes prejuízos para estudantes negros (Rangel, 2023). É o epistemicídio sistemático da história e culturas africanas e afro-brasileiras com o aval do poder público que não fomenta políticas públicas de incentivo à aplicação da lei (Rangel, 2023).

Como demonstrado, a maioria dos estudantes, ao longo de toda a sua trajetória escolar, acessam conteúdos relativos ao racismo e ao período da escravização. Nenhum conteúdo é ensinado relativo à história, cultura africana e afro-brasileira durante todo o período escolar relativo à dor, sofrimento, subordinação, humilhação e subalternização, apenas conteúdos que contribuem para formação de imagens estereotipadas. —Todavia, as ações postas em

execução em nível nacional, estadual e municipal podem ser consideradas ainda tímidas diante do caráter urgente do conteúdo da lei (Gomes, 2011 p. 118).

Pesquisadora: E o que você viu na sua trajetória escolar, em todas as escolas que você passou, e aqui, o que você ouviu falar nas escolas, o que você aprendeu nas escolas sobre pessoas negras? Vítório: É que nós sofremos bastante, o negócio de escravidão, que tudo para preto é mais difícil, realmente é. (Vítório)

Cursos de capacitação e disciplinas com o tema nas licenciaturas são primordiais para que a legislação seja cumprida. Os estudos demonstram que são nas escolas que as crianças pretas sofrem as primeiras agressões racistas (Gomes, 2017), seja por seus pares, ou por parte dos docentes. Kilomba 2019 conceitua como triangulação a agressão racista testemunhada por alguém. A autora afirma que neste tipo de violência, existe o agressor, a vítima e uma terceira pessoa que presencia o ato passivamente. Muitas vezes os professores assistem passivamente às agressões ou os próprios professores a praticam como relatado pelos personagens Luiz e Stella. Luiz relata que havia boatos de que a professora de história era racista e a Stella relata a agressão sofrida na Educação Infantil.

Pesquisadora: E na escola você sofria muito? Ninguém fazia nada? Os professores?

Stella: Não. Até os professores fazem isso, tipo, e uma vez na escola, quando eu estava na creche, eu tinha, acho que, seis anos. Aí uma professora também já foi racista comigo, não queria deixar eu dançar, quadrilha, porque eu era preta.(Stella)

A branquitude é representada como a humanidade completa. Deste modo, tudo aquilo não é branco, é percebido como —outroll. O não-branco é compreendido através de uma série histórica de conceitos no qual o denominador comum é a localização dos seus sujeitos em um degrau ontológico e moral mais baixo. (Mills, 2018, p.426). Stella se autodeclara preta, mas na hora de relatar a agressão racista vivida pela professora utiliza o verbo ser no passado. Porque eu era preta. A Stella afirma também gostar muito do momento da Consciência Negra os poucos momentos em toda sua trajetória escolar no qual a negritude foi abordada de maneira positiva. Com beleza, potência e riqueza estética, epistêmica e cultural.

Pesquisadora: Então lá, nessa escola, você estudou lá onde você morava e aqui. O que você ouviu falar na escola, o que você estudou na escola sobre pessoas negras?

Stella: Não muita coisa. Só que, tipo assim, nas aulas, tipo, sobre escravidão, teve muito sobre isso também. E também, tipo, lá também dava, tipo, atividades no Dia da Consciência Negra, dava atividades específicas pra aquela data. Então, tipo assim, eu gostava muito dessas datas, sabe? Porque eu me sentia muito especial e também, às vezes, aí na escola também tinha um desfile das pessoas negras. Da beleza negra. Aí eu gostava muito. Aí é mais isso mesmo, nessa data, eles dava, tipo, atividades e tal pra gente fazer. Porque ali eles abordavam as pessoas negras de uma outra maneira, ali na consciência negra. Pesquisadora: Por isso que você gostava? Stella: Sim. Que, tipo assim, exaltava mais a beleza, sabe? A beleza da pessoa preta. Aí eu gostava muito. Eu me sentia mais, tipo, mais bonita. Pesquisadora: Aham. Stella: Eu via que tem beleza. (Stella)

O epistemicídio da história e cultura africanas e afro-brasileiras é uma das dimensões mais insidiosas do racismo, pois atua na eliminação de um legado de saberes fundamentais. A luta contra esse apagamento passa pela reeducação da sociedade, pela promoção do respeito à diversidade de epistemologias e pelo resgate da rica herança cultural dos povos africanos e afro-brasileiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade preta, histórica e socialmente é subordinada às narrativas oficiais que circulam hegemonicamente em diferentes espaços intelectuais (Adichie, 2019). Notavelmente, o epistemicídio da história e cultura africanas e afro-brasileiras interferem na autopercepção e no empoderamento das identidades e raízes culturais desta comunidade.

Jovens e adolescentes pretos que se autodeclaram pardos, branco, moreno claro, indígenas, moreninho índio, sendo pretos, além de negar a negritude, estão declarando também não serem completamente pretos. A autodeclaração revela que na percepção destes estudantes eles não são completamente pretos. Metade deles é branca e tem desejo de fazer parte da branquitude de maneira completa. Declaram achar bonitos cabelos lisos ou cacheados, não possuem apreço pela produção musical preta nacional ou internacional, e fundamentalmente almejam possuir olhos azuis, verdes e castanho claros. O problema analisado ao longo do trabalho não é exclusividade da juventude preta de uma escola da região periférica de Belo Horizonte. É um problema da sociedade brasileira. Quem é branco sabe que o é e não deseja de maneira alguma pertencer à negritude através de qualquer traço negroide.

O epistemicídio da história e cultura africanas e afro-brasileiras deixa sequelas profundas nas subjetividades e nas percepções identitárias dos estudantes. Aquele que pensa o currículo inclui e exclui certas obras e autores no PNL (Plano Nacional do Livro Didático). O poder simbólico age nas estruturas (Bourdieu, 1989). Portanto, todo o sistema educacional é pautado em uma lógica hegemônica excludente que emite mensagens de maneira constante do que é valorizado e o que é estigmatizado socialmente.

A relevância das cotas está justamente nestas questões. O Estado brasileiro tem por obrigação a reparação histórica e promover o posicionamento de pessoas negras em espaços de poder e decisão. Pessoas negras possuidoras da consciência de sua negritude posicionadas em setores estratégicos poderão promover mudanças nas estruturas. A formulação de políticas públicas deve promover o fomento de ações com o objetivo de realização da aplicabilidade da lei nº 10639/2003 no combate ao racismo dentro e fora dos ambientes escolares (Cardoso; Silva, 2021), a aplicabilidade da educação étnico-racial embasada no protagonismo negro apresentando a História e Culturas Afro-brasileira e Africana (Cardoso & Silva, 2021).

A representatividade fomenta a autoestima e a construção de uma identidade positiva em estudantes pretos. Por fim, de fato, instaurar a educação negra e antirracista e normalizá-la nos ambientes escolares é uma tarefa urgente e necessária, pois significa melhorar a qualidade

da educação, valorizar a nação e gerar novas subjetividades em estudantes negros (Woodson, 2021; Pinheiro, 2023).

As limitações deste trabalho se dão no desconforto em que a maioria dos estudantes sentiu ao declarar sua cor ou raça. É uma temática bastante sensível para o público entrevistado. Apresentaram muita dificuldade para se autoidentificarem e para tratar a questão do negro no Brasil e nos conteúdos estudados ao longo da vida escolar. Em vários momentos apresentaram desconforto com a temática. Tal desconforto evidencia a presença forte do epistemicídio em curso. Sugere-se, para futuros estudos com públicos semelhantes, a utilização da técnica de coleta de dados com vieses mais subjetivos como técnicas projetivas.

Dois questionamentos para pesquisas futuras devem ser levantados: Professores conscientes de sua negritude promoviam a aplicabilidade da lei 10639? Em cidades como Rio de Janeiro e Salvador nas quais a cultura afro-brasileira é exaltada e vivida rotineiramente através de músicas, costumes, cultura e onde as religiões de matriz africana são mais atuantes e presentes, jovens estudantes pretos e periféricos também negam a negritude?

Dentre as contribuições do presente estudo, o epistemicídio é um fenômeno multifacetado e sua ocorrência é materializada através de diversas perspectivas. O contexto escolar deve ser visto como um ambiente relevante para se discutir tais questões, pois o dever social da escola é formar cidadãos. Importa salientar a região periférica e marginalizada na qual a escola e seus estudantes estão inseridos. Portando, os projetos eugenistas de branqueamento do início do século não estão anulados, pelo contrário, estão mais fortes do que nunca. O projeto de branqueamento continua em ação e não é somente uma política de Estado mas um viés ideológico de pessoas pretas. As contribuições para os Estudos Organizacionais vem da relevância de se pensar este fenômeno dentro da Administração. A escola, enquanto organização, é o espelho da sociedade para que as organizações repensem suas políticas e práticas de diversidade, especialmente as questões raciais. As políticas públicas sobre questões que envolvem raça, visto que ocorre assimetria de informações, não mensuram o percentual de pretos nas escolas Estaduais de Minas Gerais.

As contribuições sociais da pesquisa aborda o epistemicídio de saberes, culturas e formas de conhecimento de povos historicamente marginalizados, como indígenas e africanos durante e após o colonialismo. A análise ilumina como o apagamento dessas epistemologias não apenas empobreceu o patrimônio cultural brasileiro, mas também reforçou estruturas de poder que legitimam o conhecimento ocidental como único válido. Incentiva a valorização e a revitalização de saberes subjugados, contribuindo para processos de descolonização educacional e cultural. Além disso, promove a justiça epistêmica, ajudando a criar um espaço

para que vozes silenciadas sejam ouvidas e integradas nas esferas acadêmicas, políticas e sociais, promovendo a inclusão e o respeito pela diversidade de pensamentos e experiências.

REFERÊNCIAS

- Adichie, C. N. (2019). O perigo de uma história única. Companhia das Letras.
- Almeida, S. (2019). Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Alves, M.A., & Galeão-Silva, L.G. (2004). A crítica da gestão da diversidade nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 44(3), 20-29.
- Amaral, Arleandra Cristina Talin do. A infância pequena e a construção da identidade étnicoracial na educação infantil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. 228 p. 2013.
- André, M. E. D. A. D. (2008). Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Líber livro.
- Araújo, H. D. L. M. R., & Clemente, B. C. (2019). A escola de todas as cores: o papel do gestor escolar no combate ao racismo. *Revista Exitus*, 9(2), 263-291 RUIZ, C. M. B., & Balbino, J. L. (2022). A trajetória de Machado de Assis e sua negritude (não) reconhecida. *Revista Água Viva*, 7(2).
- Bastos, L. C., & Biar, L. D. A. (2015). Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, 31(spe), 97-126.
- Bartolomé, M. M. (2004). Os dispositivos de poder da sociedade de controle e seus modos de subjetivação. *Filosofia Unisinos*, 5(9), 61-98.
- Bernardino-Costa, J. (2013). Colonialidade e Interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI. *Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes*. Brasília: Ipea, 45-58.
- Borges, J. (2019). Encarceramento em massa. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Bourdieu, P. (1983). Gostos de classe e estilos de vida. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 82-121.
- Bourdieu, P. (1989). O poder simbólico. trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2006). Lutas simbólicas. BOURDIEU Pierre. *A Distinção Crítica Social do Julgamento*. Trads. Daniela Kern y Guilherme JF Teixeira. Porto Alegre: Zouk.
- Brasil. (2003). Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática —História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências. *Diário oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 09 jan. 2003
- Brasil. (2008) Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática —História e Cultura Afro-Brasileira e indígena. *Diário oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 mar 2008

- Brasil. (1996) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 des.1996
- Bueno, W. D. C., & ANJOS, J. C. D. (2022). Da interseccionalidade à encruzilhada: operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 21, 359-369.
- Bento, C. (2022). O pacto da branquitude. Companhia das letras.
- Butler, J. (2018). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio.
- Carneiro, A. S., & Fischmann, R. (2005). A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.
- Castro, M. C. C. S., Neto, J. E. B., & da Cunha, J. V. A. (2022). Governança pública: uma revisão sistemática de sua aplicação a entes públicos. *Contabilidade, Gestão e Governança*.
- Cavalleiro, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.
- Cavalleiro, Eliane dos Santos. O Processo de Socialização na Educação infantil: a construção do silêncio e da submissão. *Journal of Human Growth and Development*, v. 9, n. 2, 1999.
- Ceneviva, R., & Farah, M. F. S. (2012). Avaliação, informação e responsabilização no setor público. *Revista de Administração Pública*, 46, 993-1016.
- Césaire, Aimé. Discurso sobre a Negritude. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.
- Collins, P. H., & BILGE, S. (2021). Interseccionalidade. Boitempo Editorial.
- Collins, P.H. (2022). Bem mais que ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica. Boitempo Editorial.
- Conceição, E. B. A negação da raça nos estudos organizacionais. In: XXXIII EnANPAD, 2009, São Paulo. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.
- Cook, R. D., & Yin, X. (2001). Theory & methods: special invited paper: dimension reduction and visualization in discriminant analysis (with discussion). *Australian & New Zealand Journal of Statistics*, 43(2), 147-199.
- Cox, Taylor H., & Blake, Stacy. (1991). Managing cultural diversity: Implications for competitiveness organizational. *The Executive (Academy of Management)*, 5(3), 45-56. Doi: 10.5465/ame.1991.4274465
- Costa, J. F. (2021). Da cor ao corpo: a violência do racismo. In Souza, Neusa Santos. Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Schwarcz; Companhia das Letras.
- DAS, A. S. A. E. (2021). Docentes negras e negros das universidades brasileiras.

- Da Silva, J., & Oliveira, F. D. N. S. D. (2023). Auto etnografia negra feminista: uma experiência educativa de pensadoras negras.
- Davis, A. (1992) *Mulheres, cultura e política*, trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo. 2017. Freire, P.R.N. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Davis, A. (2016) *Mulheres, raça e classe*, trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo.
- Davis, M. D. (2020). Suffering in new jim crow schools: under the cover of diversity in post-brown education. *Planning & Changing*, 49.
- Do Nascimento Santos, A., & Cardoso, E. (2021). Racismo e educação: breves considerações sobre o impacto da lei 10.639/03 e da conferência de Durban na construção de uma liderança educativa para a equidade racial. *Ione da Silva Jovino*, 10.
- de Araujo Pestana, C. V., & de OLIVEIRA, M. V. F. (2020). A morenização predominante na literatura infantil: um projeto de apagamento da identidade negra. *VERBO DE MINAS*, 21(37), 150-169.
- Dei, G. S. J. Critical Perspectives in Antiracism: an introduction, *Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie*, v. 33, n.3, 1996, p. 247-267
- Dei, G., & Kempf, A. (2006). *Anti-colonialism and education. The Politic of Resistance*.
- Dei, G. S. J. Reframing critical anti-racist theory (CART) for contemporary times. In: DEI, G. S. J.; LORDAN, M. (dir.), *Contemporary issues in the sociology of race and ethnicity. A critical reader*. New York: Peter Lang, 2013, p. 1-14.
- Dei, G. J. S. Personal reflections on anti-racism education for a global context, *Encounters* 15, 2014, p. 239-249.
- Devulsky, A. (2021). *Colorismo*. Editora Jandaíra.
- de Souza, S. C., da Silva Ramos, J. C., & Góis, J. B. H. A juventude negra no mercado de trabalho.
- de Oliveira, Á. S. M., de Souza, G. N. P., & de Souza, J. S. (2024). A Influência do funk no aumento do comportamento feminino sexualizado na sociedade. *Revista Mato-grossense de Gestão, Inovação e Comunicação*, 3(1), 24-37.
- Domingues, H. M. B., SÁ, M. R., & Glick, T. (2003). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Editora Fiocruz.
- Durkheim, É. D. (1998). *Lições de sociologia: a moral, o direito e o Estado*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ellis, C. (2004). *The Ethnographic I: A Methodological Novel about Autoethnography*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press.
- Fairclough, N. (2001) *Discurso e Mudança Social*. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB.
- Fanon, F. (2020) *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Sebastião Nascimento com colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu.

- Fanon, F. (2022) *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fernandes, D.C. (2011) *As cores da desigualdade*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- Fernandes, F.(2021). *A integração do negro na sociedade de classes*. Editora Contracorrente.
- Fleury, M. T. L. (2000). Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, 40, 18-25.
- Freyre, G. (2019). *Casa-grande & senzala*. Global Editora e Distribuidora Ltda.
- Fontes, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São.
- Foucault, M. (1992) *A escrita de si*. In.: Foucault, M. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, p. 129-160.
- Foucault, M. (1996) *A ordem do discurso*. Edições Loyola.
- Foucault, M. (2014) *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 35º ed. São Paulo: Vozes.
- Fraga, A. M., Gemelli, C. E., & Rocha-de-Oliveira, S. (2019). Cenário das publicações científicas em carreira e gênero. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 13(3), 158-178.
- Fraga, A. M., Colomby, R. K., Gemelli, C. E., & Prestes, V. A. (2022). As diversidades da diversidade: revisão sistemática da produção científica brasileira sobre diversidade na administração (2001-2019). *Cadernos Ebape. Br*, 20(1), 1-19.
- Freire, A., Masson, P., & Turgeon, M. (2018). E se soubéssemos mais? Simulando os votos e as opiniões dos eleitores mais informados no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 26, 39-66.
- Freire, P. (2001). Carta de Paulo Freire aos professores. *Estudos avançados*, 15, 259-268.
- Freire, P., & Guimarães, S. (2021). *A África ensinando a gente*. Paz e Terra.
- Freire, P.R.N. (1996.) *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P.R.N. (1993) *Política e educação: ensaios*. São Paulo: Cortez Editora.
- García, T., Vázquez, R., & Calvo, G. (2022). Las políticas educativas para la equidad en la formación del profesorado. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 30, 119.
- Gil, A. C. (2002). Como classificar as pesquisas. *Como elaborar projetos de pesquisa*, 44-45.
- Giroux, H. (2013). La pedagogía crítica en tiempos oscuros de Henry Giroux. Obert, G. y Eliggi. G. (Traductoras)/Critical Pedagogy in dark times Obert, G. y Eliggi. G. (Translators). *Praxis educativa*, 17(2), 13-26.
- Gonzalez, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Organização de: Flávia Rios e Márcia Lima.

- Gomes, N. (2008) A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10639/03. In: Moreira, A.F. (Orgs). *Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gomes, N. L. (2011). Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 27(1).
- Gomes, N. L. (2017). *Um olhar além das fronteiras-educação e relações raciais*. Autêntica.
- Gomes, N. L. (2019). *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Autêntica Editora.
- Gomes, N. L. (2019). *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Editora Vozes Limitada.
- Gomes, Nilma Lino. Raça e educação infantil: à procura de justiça. *Revista e-Curriculum*, v. 17, n. 3, p. 1015-1044, 2019.
- Gomes, Laurentino. *Escravidão: da independência do Brasil à Lei Áurea*. volume 3. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.
- Gonçalves, Petronilha Beatriz et al. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 2, p. 161-188, 2015.
- Gonçalves, Luiz Alberto Oliveira. O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial:(um estudo acerca da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de primeiro grau-1ª a 4ª série). 1985.
- Gonzalez, L. (1983). Racismo e sexismo na cultura Brasileira. SILVA, Luiz Antônio. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília, DF: Anpocs, 223-244.
- Gonzalez, L. (2018). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...* Editora Filhos da África.
- Gonzalez, L., & Hasenbalg, C. (2022). *Lugar de negro*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Gouvêa, J. B., & de Oliveira, J. S. (2020). Por que branquitudes, por que (somente) agora? *Caderno de Administração*, 28(2), 5-14.
- Grohs, G. K. (1968). Frantz Fanon and the African revolution. *The Journal of Modern African Studies*, 6(4), 543-556.
- Grosfoguel, R; & Mignolo, W. (2008). Intervenciones decoloniales: una breve introducción. *Tabula Rasa*, 9, 29-37. Recuperado de <https://doi.org/10.25058/20112742.337>
- Grosfoguel, R. (2020). Pensamiento descolonial afro-caribeño: Una breve introducción. *Tabula Rasa*, (35), 11-33.
- Guimarães, A. S. A. Raça, cor, cor da pele e etnia. *Cadernos de Campo*, v. 20, p. 265-272, 2011.

- Hall, S. (ed.). (2003) *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage,
- Harkot-de-La-Taille, E., & Santos, A. R. D. (2012). Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. *Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade*, 3.
- Helal, D. H., & Rocha, M. (2011). O discurso da empregabilidade: o que pensam a academia e o mundo empresarial. *Cadernos Ebape*. Br, 9, 139-154.
- HellerE, M. (2011). *Paths to post-nationalism: A critical ethnography of language and identity*. Oxford University Press.
- Jones, S. H. (2008). Making the personal political. *Collecting and interpreting qualitative materials*, 3(205).
- Hooks, bell. (2022) *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Hooks, bell. (2017) *Ensinando o pensamento crítico sabedoria prática*. São Paulo: Elefante.
- Kauark, F. D. S., Manhães, F. C., & Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da pesquisa: um guia prático*.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação*. 5ªed. Rio de Janeiro. Cobogó.
- KRÜGER, Heinz-Hermann. *Entwicklungslinien, Forschungsfelder und Perspektiven der erziehungswissenschaftlichen Biographieforschung*. In: ____; Marotzki, Winfried (Org.). *Handbuch erziehungswissenschaftliche Biographieforschung*. 2ª ed. Opladen: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2006, p. 13-33.
- LavilleA, C; DionneE, J. (1999) *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed: Belo Horizonte: Editora UFMQ 339 p.
- Leite, Maria do Carmo Luiz Caldas; Salvador, Maria Nazaré; Cunha Júnior, Henrique. *A criança (negra) e a educação*. *Cadernos de Pesquisa*, n. 31, p. 69-72, 1979.
- Licursi, Maria Beatriz; MORGADO, Elsa; Leonido, Levi. *Música e sociedade: repercussões nas ordens sociais e mentais*. *ERAS| Revista Europeia de Estudos Artísticos*, v. 11, n. 4, p. 45-59, 2020
- Lima, Vinícius; BEDÊ, Heloísa Moura; BELO, Fábio. *Sexualidade e violência no funk: dominação masculina, psicanálise e adolescência*. *Revista Percurso (Online)*, v. 59, p. 27-36, 2017.
- Lobato, José Bento Monteiro, 1882-1948. *A Barca de Gleyre (Correspondência com Godofredo Rangel; prefácio de Edgard Carvalheiro)* 14ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- Lourenço, N., & Costa, A. (2023). *Estratégia de Segurança Nacional-Portugal Horizonte 2030*. Leya.
- Mbembe, A. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Editora Antígona, 2018.

- Masolo, D. (2010) Filosofia e conhecimento indígena: uma perspectiva africana. In: Santos, Boa Ventura; Meneses, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Tradução e revisão organizada por Margarida Gomes. São Paulo: Cortez, p. 313 – 339.
- Masson, G., & de Fátima Flach, S. (2018). O materialismo histórico-dialético nas pesquisas em Políticas Educacionais. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, 3, 1-15.
- Matias-Pereira, J. (2022). Governança no setor público: ênfase na melhoria da gestão, transparência e participação da sociedade: Governance in the public sector: emphasis on improving management, transparency and society participation. *Brazilian Journal of Development*, 56419-56441.
- Mazzotti, A. J. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez.
- Mendes, N. S., & Maia, F. N. (2019). Monteiro Lobato, Racismo e Literatura: narrativas de um eugenista. *Revista Espaço Livre*, 14(28), 53-65.
- Mendonça, A., FRAGA-alinmf, A., Colomby-renato, R. K., & Gemelli-catia, C. E. A Diversidade da Diversidade: Análise Sistemática da Produção Científica Brasileira sobre Diversidade na Administração (2001-2019).
- Moura, C. (2020). *Sociologia do negro brasileiro*. Editora Perspectiva SA.
- Munanga, K. (2012). Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 4(8), 06-14.
- Munanga, K. (2017) As ambiguidades do racismo à brasileira. In Noemi M.Kon, Cristiane C. About, & Maria L. Silva (orgs), *O racismo e o negro na Brasil: questões para psicanálise* (pp.33-34). Perspectivas.
- Munanga, K. (2019). *Negritude-Nova Edição: Usos e sentidos*. Autêntica Editora.
- Munanga, K. O mundo e a diversidade: questões em debate. *Estudos avançados* 36. Disponível em: <https://www.institutooportunidade.org.br>
- Nascimento, A. *Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- Nascimento, A., & Quilombismo, O. (2019). *Documentos de Uma Militância Pan-Africana*. Prefácio de Kabengele Munanga, texto de Elisa Larkin Nascimento E Valdecir Nascimento. Rev.
- Negrão, Esmeralda Vailati. Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos e infantojuvenis. *Cadernos de pesquisa*, n. 65, p. 52-65, 1988.
- Nigri, André. Monteiro Lobato e o Racismo. *Revista Bravo*. 2011.
- Ramos, P. C. (2019). Nascimento, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016. *Conexão Política*, 8(1), 93-96.

- Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, 1(3), 1-5.
- Nogueira, R. (2010). Afrocentricidade e Educação: os princípios gerais para um currículo afro centrado. Revista África de Africanidades, Cidade Rio de Janeiro, ano 3, n. 11, nov.
- Pastor, Alfredo. El Estado: un nuevo socio. Revista de Antiguos Alumnos. IESE. España. 12/1999. PECEI, Alketa. Novo marco regulatório para o Brasil.
- PEREIRA, Lucia Miguel. Machado de Assis: estudo crítico e biográfico. 6. ed. -1. Reimpr. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.
- Pereira, B. A. D., & Ckagnazaroff, I. B. (2021). Contribuições para a consolidação da New Public Governance: identificação das dimensões para sua análise. Cadernos EBAPE.BR,
- Pereira, J. R., Santos, J. V. P. D., & Oletto, A. D. F. (2023). —Eu respeito seu amém, você respeita meu axé?!: um estudo etnográfico sobre terreiros de candomblé como organizações de resistência à luz de um olhar decolonial. Cadernos EBAPE. BR, 21, e2022-0149.
- Pereira, J. R., Paiva, K. C. M. de, & Irigaray, H. A. R. (2021). —Trabalho sujeito, significado, sentido e identidade: proposição de análise integrada e perspectivas de pesquisas. Cadernos EBAPE.BR, 19(4), 829–841.
- Pimentel, Carlos Eduardo. Efeitos de letras de músicas em comportamentos pró-sociais: teste do modelo geral da aprendizagem. 2012. xiv, 122 f., il. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) —Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- Pinheiro, B. C. S. (2023) Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta do Brasil.
- Quijano, A., & Wallerstein, I. M. (1992). Americanity as a Concept; or, the Americas in the Modern World-System.
- Quijano, A. (2010) Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos, B. V.; Meneses, M. P. Epistemologias do Sul. Tradução e revisão organizada por Margarida Gomes. São Paulo: Cortez. p. 84 - 130.
- Quingala, A. C.; Razia, D.; Costa, A.; Ferreira, D. (2015) Branco não é uma cor (entrevista com Grada Kilomba). Distrito Federal: Preta, Nerd & Burning Hell.
- Quintão, A. A. (2004). A imagem das mulheres negras na televisão brasileira. Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 47-59.
- Queiróz, A. N., & Monteiro, A. O. (2008). Marco regulatório e assimetria de informações. Gestão & Planejamento-G&P, 1(9).
- Ramose, M. (2011). Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. v. 4, p. 06-24, out. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf.

- Rangel, T. L. V. (2023). Educação, Raça e racismo.
- Rosa, A. R. Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil: dimensões esquecidas de um debate que (ainda) não foi feito. In: XXXVI EnANPAD, 2012. Anais...Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.
- Rezende, A. F. & Pereira, J. J. (2023). Kandandu: Identidade da Mulher Negra, Racismo e o Carnaval de Rua. Revista de Administração Contemporânea, e220341-e220341.
- Ribeiro, D. (2019). Lugar de fala. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Richardson, R.J. (1999) Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas
- Rosa, T. B. (2017). O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. Revista Sem Aspas, 3-12.
- Rudio, C. et.al. (1985). Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo. Herder.
- Salles, H. K. D., & Dellagnelo, E. H. L. (2019). A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. Organizações & Sociedade, 26, 414-434.
- Selltiz, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 9º ed. Petrópolis: Vozes. 1967
- Sansone, L. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. Afro-Ásia, v. 18, p. 165-87, 1996.
- Santomé, J. T. (1991). El curriculum oculto. Ediciones Morata.
- Santos, Boaventura de Souza; Nunes, João Arriscado; Meneses, Maria Paula. Opening up the Canon of knowledge and recognition of difference. In: SANTOS, Boaventura de Souza (ed.). Another knowledge is possible: beyond Northern epistemologies. London: Verso, 2007. p. XIX – LXII. (Reinventing Social Emancipation: Toward New Manifestos, v. 3)
- Sander, B. (2009). Gestão educacional: concepções em disputa. Retratos da Escola, 3(4).
- Santos, Joel. R. D. dos. (1999). A inserção do negro e seus dilemas. Parcerias Estratégicas, 4(6), 110-154.
- Saraiva, L, A. S., & Irigaray, H.A.D.R (2009). Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? Revista de Administração de Empresas, 49(3), 337-348.
- SCHÜTZE, Fritz. Biographieforschung und narratives Interview. Neue Praxis, n.3, p. 283-293, 1983.
- Silva, K. S., & Valério, M. E. (2019). O racismo nosso de cada dia. SEPE-Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS, 9.
- Silva, M. A. B. (2017). Racismo institucional: pontos para reflexão. Laplage em Revista, 3(1), 127-136.
- Souza, J. (2017) A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Editora Leya.

- de Souza, I. S., De Souza, L. E. L., de Queiroz Alves, L. T., Mendes, L. A. N. D. S., & Do Vale, V. P. (2018). Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. *Revista em Favor de Igualdade Racial*, 1(1), 137-146.
- de Souza, K. C. C. (2018). *Mestres/as negros/as: trajetórias na pós-graduação dos/as egressos/as do curso de formação pré-acadêmica Afirmção na Pós.*
- Souza, M. L. D. (2022). Capitalismo e racismo: uma relação essencial para se entender o domínio do racismo na sociedade brasileira. *Revista Katálysis*, 25, 202-211.
- Souza, N. S. (2022). *Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.* Rio de Janeiro: Zahar. 171 pp.
- Stake, R. E. Case Studies. In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (1994) (Ed.). *Handbook of qualitative research.* London: SAGE Publications, p. 236-247.
- Teixeira, J. C. (2015). *As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas.*
- Teixeira, J. C., de Oliveira, J. S., & de Pádua Carrieri, A. (2020). Por que falar sobre raça nos Estudos Organizacionais no Brasil? Da discussão biológica à dimensão política. *Perspectivas Contemporâneas*, 15(1), 46-70.
- Teixeira, J. C., Oliveira, J. S. D., Diniz, A., & Marcondes, M. M. (2021). Inclusão e diversidade na administração: Manifesta para o futuro-presente. *Revista de Administração de Empresas*, 61, e0000-0016.
- Tolentino, Joana. Lélia Gonzalez: uma filósofa brasileira abalando as estruturas. Em *Construção*, [S.L.], v. -, n. 5, p. 73-83, 7 jun. 2019. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.40848>.
- Tonnelli, M. J. (2023). Nada de Novo no Front: As Mulheres no Mercado de Trabalho. *Revista de Administração Contemporânea*, 27, e230210.
- Trinidad, Cristina Teodoro. *Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil.* 2011. 221f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- Weber, Max. (1991). *Economia e sociedade.* Brasília: Editora UNB, Volume I, capítulo I p.35
- Woodson, Carter. *A deseducação do negro.* São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2021.
- Valente, G. (2020). Entre a sociologia da socialização e a sociologia pragmática: desafios para pensar as práticas docentes. *Educação & Sociedade*, 41, e223387.
- Vergara, S.C. (2006) *Projetos e relatórios de pesquisa em administração.* São Paulo: Atlas.



ANEXO 1 - Termo de consentimento livre esclarecido

Dados de identificação

Título do Projeto: O EPISTEMICÍDIO DA HISTÓRIA E CULTURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS: A Negação da Negritude no Ambiente Escolar

Pesquisador Responsável: Nivea Rocha Fernandes

Nome do participante: Data de nascimento: Você está
sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa: Em caso de recusa Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assinie ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao(a) pesquisador(a) responsável você não sofrerá nenhuma penalidade. Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos: 1. O trabalho tem por objetivo investigar a autodeclaração da negritude. Para tanto, a pesquisa será realizada com estudantes maiores do turno noturno. 2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder a algumas questões sobre Identidade negra. Poderão ser utilizadas imagens, trazidas pelos entrevistados, desde que sejam de domínio público (revistas, livro, internet, entre outros) durante a condução das entrevistas. Haverá o registro de áudio das entrevistas. Os áudios serão utilizados exclusivamente para fins da pesquisa e ficarão em posse do(a) pesquisador(a). Na apresentação dos resultados da pesquisa os entrevistados não serão identificados. Não haverá qualquer mecanismo de registro de imagem dos entrevistados, como câmeras ou o uso do celular. 3. A coleta de dados será realizada na Escola Estadual Maria de Lourdes de Oliveira. 4. O(a) pesquisador(a) poderá utilizar um roteiro, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Unihorizontes, para a condução da entrevista.

ANEXO 2 - Roteiro de Entrevista:

- 1 – Me fale um pouco sobre você? Quem é você? Idade? Profissão?
- 2 – Como é sua rotina durante a semana e aos finais de semana?
- 3 – Quais tipos de música você curti? Estas músicas falam sobre o quê?
- 4 – Você gostaria de formar uma família, casar, morar junto com alguém? Por quê?
- 5 – Como seria essa pessoa se você pudesse escolher cada detalhe dela?
- 6 – Para você, quais as características de um homem bonito?
- 7 - Para você, quais as características de uma mulher bonita?
- 8 - Para você, como é um cabelo bonito?
- 9 - Para você, como são olhos bonitos?
- 10 – Se você pudesse escolher a cor dos seus olhos, qual cor escolheria?
- 11 – Se você pudesse escolher, como seria seu cabelo?
- 12 – Qual cor ou raça você se declara?
- 13- Você gostaria de modificar algo no seu corpo através de procedimento ou cirurgia?
- 14- Se você tivesse a oportunidade de nascer novamente e escolher suas características físicas você mudaria algo?
- 15– O que você aprendeu na escola sobre pessoas negras até agora?
- 16 – O que você ouviu falar de pessoas negras fora da escola?
- 17 - Como as pessoas negras são retratadas nas redes sociais, memes e televisão?
- 18 – O que você acha do racismo?
- 19 – Você já sofreu, percebeu ou presenciou algum ato racista? Me fale mais sobre.
- 20 – Tem algo que você gostaria de acrescentar a nossa conversa?

ANEXO 3 – Parecer Comitê de Ética

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA****PARECER FINAL****Protocolo: 2024051424310****IDENTIFICAÇÃO:****Nome da(s) pesquisador(a):** Nives Rocha Fernandes**Nome da(s) Professor(a) orientador(a):** Jefferson Rodrigues Pereira**Curso:** Mestrado Acadêmico em Administração**Nome do Projeto: : O EPISTEMICÍDIO DA HISTÓRIA E CULTURAS AFRICANAS:
A Negação da Negritude no Ambiente Escolar****Instituição(m) envolvidas na realização do projeto:****Centro Universitário Unihorizontes**

**QUANTO AO PROJETO DE PESQUISA:**

1- Os objetivos do projeto são apresentados claramente?

Sim

Não

2- No item referente à metodologia há descrição da amostra pretendida?

Sim

Não

Não se aplica: []

4- Os possíveis benefícios a serem alcançados justificam a realização da pesquisa?

Sim

Não

Não se aplica: []

5- Há riscos para os sujeitos envolvidos na pesquisa?

Sim

Não

Não se aplica: []

Se sim explique:

6- Há conflito de interesses? Caso positivo quais?

Sim

Não

Se sim explique:

**QUANTO AO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:**

1-O pesquisador está fornecendo aos sujeitos da pesquisa documento escrito que os esclareça dos objetivos, benefícios e risco da pesquisa proposta?

() Sim

() Não

Não se aplica: []

2-Nesse documento existe clara referência sobre o sujeito estar ciente que ele tem a liberdade de se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem ser penalizado?

() Sim

() Não

Não se aplica: []

3- Quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, foram citadas garantias sobre o sigilo que defende a privacidade dos sujeitos?

() Sim

() Não

Não se aplica: []



AVALIAÇÃO FINAL sobre todos os itens:

- Bem qualificado em todos os itens – aprovado.
- Bom com reservas – deve ser revisado conforme Tabela 1.
- Inadequado – não aprovado.



**INFORMAÇÕES PARA USO EXCLUSIVO DO CONSELHO DE ÉTICA DO
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES:**

Belo Horizonte, 04 de junho de 2024

PARECERISTAS:

NOME: Jerson Tasso Moreira Silva

ASSINATURA:

 Documento assinado eletronicamente
JERSON TASSO MOREIRA SILVA
Data: 04/06/2024 14:57:47 -0100
Verifique em: <https://validar.fgov.br>

NOME: Fernanda Versiani de Rezende

ASSINATURA:

 Documento assinado eletronicamente
FERNANDA VERSIANI DE REZENDE
Data: 04/06/2024 15:20:07 -0100
Verifique em: <https://validar.fgov.br>

NOME: Thaís Pinto da Rocha Torres

ASSINATURA:

 Documento assinado eletronicamente
THAÍS PINTO DA ROCHA TORRES
Data: 04/06/2024 15:22:28 -0100
Verifique em: <https://validar.fgov.br>

Rua Paracatu, 400 | Barro Preto | CEP: 30.180-090
Av. Afonso Vaz da Melo, 465 | Barreiro de Bicas | CEP: 30.640-070
Belo Horizonte - MG
(31) 3349-2918
www.unihorizontes.br

ANEXO 4 – SEI 97475701 – Termo de Anuência



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Educação

Assessoria de Ensino Superior - Políticas e Programas de Educação Superior

Termo de Anuência - SEE/ASU/PESQUISA/EXTENSÃO

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2024.

TERMO DE ANUÊNCIA

A Assessoria de Ensino Superior da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, após análise da documentação encaminhada, referente ao Projeto de Pesquisa **O EPISTEMICÍDIO DA HISTÓRIA E CULTURAS AFRICANAS: A NEGAÇÃO DA NEGRITUDE NO AMBIENTE ESCOLAR**, que será conduzido pela pesquisadora **NÍVEA ROCHA FERNANDES** sob orientação do Prof. Dr. **JEFFERSON RODRIGUES PEREIRA**, vinculados ao **CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES**, manifesta-se **ciente** à realização da pesquisa, destacando ser importante a avaliação ética e os aspectos protocolares e normativos definidos pelo Sistema CEP/CONEP, sendo de responsabilidade da pesquisadora, bem como da Instituição de Ensino Superior à qual esteja vinculada, a observância de tais aspectos normativos, protocolares e orientadores.

Esta Assessoria de Ensino Superior recomenda e destaca a importância de se observar os Protocolos de Pesquisa de acordo com os normativos.

Compreendemos não ser de responsabilidade da Rede Estadual de Ensino a verificação/solicitação do Protocolo de avaliação do Sistema CEP/CONEP.

Todos os dados, arquivos, informações disponibilizadas, deverão ser preservados em sigilo, sendo que a eventual utilização científica e manipulação deverão observar as prerrogativas da Constituição da República Federativa de 1988, especialmente, no que tange ao direito da intimidade e a privacidade dos seres humanos; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - que regula o acesso a informação; Lei nº 10.741, de

1 de outubro de 2003 - que estabelece o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências; Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira; a Resolução CNS n.º 466, de 12 dezembro de 2012 - que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos; a Resolução CNS n.º 510, de 7 de abril de 2016 - que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis, ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana; Resolução CNS nº 674, de 06 de maio de 2022; ofício Circular nº 12/2023/CONEP/SECNS/DGIP/SE/MS; Norma Operacional CNS nº 001/2013, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP; os princípios éticos para o desenvolvimento da pesquisa das Instituições de Ensino Superior à qual o(a) pesquisador(a) esteja vinculado, da Rede Estadual de Educação, entre outros normativos que regem a ética na pesquisa, o envolvimento com seres humanos e o tratamento dos dados.

A identidade dos envolvidos na pesquisa deverá ser mantida em sigilo, de acordo com os normativos legais e avaliação ética da pesquisa.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, as Instituições de Ensino, setores envolvidos e os colaboradores da pesquisa da Rede Estadual não terão nenhum tipo de ônus.

As informações constantes nos dados, arquivos disponibilizados ou observados poderão ser utilizadas especificamente para fins científicos e acadêmicos, produzidos com essa finalidade, sendo vedado o uso desses dados, arquivos ou informações em outros projetos e estudos.

As informações obtidas por meio dessa pesquisa são exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, sendo vedado o uso dessas informações em quaisquer meios de mídia (jornais, televisão, rádio, cinema, Internet, entre outros aqui não especificados), salvo os resultados da pesquisa que, com a ciência do orientador da Instituição ao qual se vincula o (a) pesquisador(a), poderão ser cientificamente veiculadas.

Destacamos a necessidade de o(a) pesquisador(a) realizar os contatos prévios em articulação com os responsáveis dos Setores e/ou Superintendências Regionais de Ensino, direção das escolas, entre outros colaboradores da pesquisa, apresentando a proposta metodológica e as necessidades da pesquisa. É importante que o (a) pesquisador(a)

verifique o interesse dos profissionais em participarem, bem como, a disponibilidade dos mesmos respeitando: os que optarem por não participarem; a confidencialidade das informações, tratamento e veiculação dos dados, a não exposição das escolas e profissionais, de acordo com os normativos legais, que regem a ética na pesquisa, entre outros documentos legais.

Os trabalhos e interação do(a) pesquisador(a) não poderão afetar as atividades e/ou rotinas das escolas e dos setores.

A Emissão deste Termo não garante ao(à) pesquisador(a) acesso automático aos dados e documentos. Dessa forma, as solicitações de dados, poderão ser encaminhadas, diretamente pelo(a) pesquisador(a) para os setores responsáveis que promovam e/ou detenham esses dados e informações, que analisará a solicitação de acordo com normativos legais e orientações necessárias, considerando a classificação dessas informações. É importante registrar que muitos desses dados e/ou documentos já se encontram disponibilizados nas redes de forma aberta. Como as informações não estão centralizadas normalmente em apenas um local (setor), cada setor e/ou departamento apreciará o fornecimento das informações que estejam em sua guarda ou produzidos por estes. Para isso será necessário que a solicitação para obtenção de dados e informações sejam dirigidas a esses setores/departamentos diretamente pelo Interessado(a).

A gestão dos documentos produzidos ou analisados, quanto à sua guarda, preservação, manuseio e descarte, deve observar os normativos legais e éticos sobre a gestão de documentos públicos e demais normativos éticos da Pesquisa.

As pesquisas que envolvem a participação de seres humanos devem respeitar os princípios éticos de dignidade, liberdade e autonomia. Assim, a pesquisa deverá prever o processo de consentimento livre e esclarecido para sua realização. O (A) pesquisador(a) deve esclarecer ao participante sobre a pesquisa, em local adequado, com a devida preparação, conceder o tempo necessário para a decisão sobre a participação na pesquisa, obter o consentimento e registrá-lo por meio de um documento que se denomina Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com os normativos citados neste termo e outros normativos legais e suas alterações. No caso da participação de menores ou incapazes, além do processo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) dos pais ou responsáveis, autorizando quem está sob sua tutela, também é necessário realizar o processo de assentimento livre e esclarecido, com a elaboração de um documento que se denomina Termo de Assentimento

Livre e Esclarecido (TALE), de acordo com os normativos citados neste termo e outros normativos legais.

A SEE/MG, caso julgue pertinência, poderá disponibilizar, criar, promover, aprimorar, aperfeiçoar políticas públicas, programas e ações, utilizando-se dos decorrentes dados e/ou dos resultados e estudos publicados.

A emissão deste termo está em consonância com o termo de responsabilidade assinado pelo(a) pesquisador(a) no que tange à concordância de todos os normativos legais mencionados, entre outros que regem o tema e orientações posteriores.

Esta Anuência refere-se às Escolas Estaduais e Setores Jurisdicionados à Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A - MG.

Leandra F. Martins

Assessoria de Ensino Superior

Secretaria de Estado de Educação do Estado de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por Leandra Felícia Martins, Assessora Chefe, em 18/09/2024, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_confirma&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 97475701 e o código CRC 26C91BE9.